



# RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

Empresa de Planejamento e Logística S. A. - EPL  
Brasília, 2018.

## **SUMÁRIO**

LISTA DE SIGLAS .....	6
LISTA DE TABELAS .....	9
LISTA DE FIGURAS .....	10
1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	12
2.1 Finalidade e Competências .....	12
2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade .....	14
2.3 Ambiente de Atuação.....	14
2.4 Organograma .....	16
2.5 Macroprocessos Finalísticos .....	16
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL .....	18
3.1 Planejamento Organizacional .....	18
3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício .....	18
3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	20
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos .....	20
3.3 Desempenho Orçamentário.....	21
3.3.1 Informações sobre a execução das despesas .....	28
3.3.2 Análise Crítica da Realização da Despesa .....	30
3.3.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos.....	31
3.4 Desempenho Operacional .....	31
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....	51
4.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	51
4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais .....	52
4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados .....	53
4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna .....	54



Empresa de Planejamento e Logística

4.3	Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	56
4.4	Gestão de Riscos e Controles Internos .....	57
4.5	Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados .....	58
4.6	Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores .....	61
4.7	Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	62
5.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	63
5.1	Gestão de Pessoas .....	63
5.1.1	Estrutura de Pessoal da Unidade .....	64
5.1.2	Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	65
5.1.3	Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal .....	65
5.1.4	Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários.....	67
5.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura .....	68
5.2.1	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União .....	68
5.3	Gestão da Tecnologia da Informação .....	68
5.3.1	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI.....	68
5.3.2	Descrição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 68	
5.3.3	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI.....	69
5.3.4	Sistemas .....	71
5.3.5	Capacitação.....	72
5.3.6	Força de Trabalho de TI.....	72
5.3.7	Processos de Gerenciamento de Serviços de TIC:.....	72
5.3.8	Projetos de TIC: .....	73
5.3.9	Medidas para Mitigar Dependência Tecnológica de Empresas Terceirizadas: .....	77
5.3.10	Principais Sistemas de Informações.....	77
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade .....	78

5.4.1	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras .....	78
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	80
6.1	Canais de Acesso do Cidadão .....	80
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão .....	81
6.3	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários .....	81
6.4	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade .....	81
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	82
7.1	Desempenho Financeiro no Exercício .....	82
7.2	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	83
7.3	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade .....	83
7.4	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas.....	84
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	85
8.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	85
8.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno .....	85
8.3	Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário ...	86
8.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 .....	86
8.5	Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento .....	86
8.6	Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	87
9.	RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES .....	88
9.1	Relatório de Instância ou Área de Correição .....	88
9.2	Declarações de Integridade .....	88
9.2.1	Declaração de Integridade e Completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissões e Concessões .....	88



9.2.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto á entrega das declarações de Bens e Rendas .....	89
10. ANEXOS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	90
ANEXO I: Balanço Patrimonial.....	90
ANEXO II: Demonstrações de Resultado.....	91
ANEXO III: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	92
ANEXO IV: Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	93
ANEXO V: Demonstração do Resultado Abrangente .....	94
ANEXO VI: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2017 .....	95
ANEXO VII: Parecer da Unidade de Auditoria Interna .....	108
ANEXO VIII: Manifestação do Conselho de Administração.....	117
ANEXO IX – Parecer do Conselho Fiscal .....	120
ANEXO X: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras ..	122
ANEXO XI: Declaração de Integridade .....	126

## LISTA DE SIGLAS

ABCR	Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGO	Assembleia Geral Ordinária
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTP	Associação Nacional de Transportes Públicos
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AUDINT	Auditoria Interna
BI	<i>Business Intelligence</i>
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BR GAAP	<i>Brazilian Generally Accepted Accounting Principles</i>
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CISSET/PR	Secretaria de Controle Interno da Presidência da República
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CEEPL	Comissão de Ética da EPL
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCER	Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio de Janeiro
CONFIS	Conselho Fiscal
CONIT	Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte
CONSAD	Conselho de Administração
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPPI	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRT	Concessionária Rio Teresópolis
CTI	Comitê de Tecnologia da Informação
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DIREX	Diretoria Executiva
DERSA	DERSA Desenvolvimento Rodoviário S.A
DGE	Diretoria de Gestão
DPL	Diretoria de Planejamento
DIREX	Diretoria Executiva
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EBP	Estruturadora Brasileira de Projetos
EIA/RIMA	Estudos de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental

ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EPL	Empresa de Planejamento e Logística S. A.
e-contas	Sistema de Prestação de Contas
e-OUV	Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ETAV	Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A.
FDC	Fundação Dom Cabral
FEP	Fundo de Estruturação de Projetos
FEPASA	Ferrovias Paulista S.A.
FICO	Ferrovias de Integração Centro-Oeste
FIOL	Ferrovias de Integração Oeste-Leste
GEINF	Gerência de Engenharia e Infraestrutura
GELIC	Gerência de Licitações e Contratos
GEMAB	Gerência de Meio Ambiente
GENEC	Gerência de Estruturação de Negócios
GEPDL	Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico
GEPAS	Gerência de Passageiros
GEPES	Gerência de Pessoas
GIHUB	<i>Global Infrastructure Hub</i>
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMA	Instituto de Energia e Meio Ambiente
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IN	Instrução Normativa
INECO	<i>Ingeniería y Economía del Transporte</i>
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INTOSAI	<i>International Organization of Supreme Audit Institutions</i>
IPA	<i>Infrastructure and Projects Authority</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPF	<i>Infrastructure Priorization Framework</i>
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Licença Prévia
MBA	<i>Master in Business Administration</i>
MME	Ministério de Minas e Energia
MPDG	Ministério do Planejamento, Orçamento, Desenvolvimento e Gestão
MP	Medida Provisória
MPI	Metodologia de Priorização de Investimentos
MTPA	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade
ONTL	Observatório Nacional de Transporte e Logística
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAP	Programa de Arrendamentos Portuários
PCTI	Planejamento da Contratação de Tecnologia da Informação
PDN	Plano Diretor Nacional

PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PLS	Planos de Gestão de Logística Sustentável
PMB	Produto Mundial Bruto
PMIs	Procedimento de Manifestação de Interesse
PNL	Plano Nacional de Logística
PNLI	Plano Nacional de Logística Integrada
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
PPP	Plano de Providências Permanente
PR	Presidência da República
RAE	Reunião de Análise da Estratégia
RIR	Regulamento do Imposto de Renda
SCRP	Sistema de Custos de Referência Padrão
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SGDOC	Sistema Gerenciador de Documentos
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SICRO	Sistema de Custos Referenciais de Obras
SISCAP	Sistema de Capacitação
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPPI	Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
Telebrás	Telecomunicações Brasileiras S.A.
TFAD	Transporte Ferroviário de Alto Desempenho para Passageiros
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UnB	Universidade de Brasília
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VALEC	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Macroprocessos Finalísticos.....	17
Tabela 2 - Estruturação do Planejamento Estratégico .....	20
Tabela 3- Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais.....	22
Tabela 4 - Administração da Unidade .....	22
Tabela 5 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores Civis, Empregados, Militares e Dependentes .....	23
Tabela 6 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares .....	23
Tabela 7 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares .....	24
Tabela 8 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares .....	24
Tabela 9 - Pagamento de Pessoal Ativo da União.....	25
Tabela 10 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (PAC) 25	
Tabela 11 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC .....	26
Tabela 12 - Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	26
Tabela 13 - Assistência Médica e Odontológica Aos Servidores Civis .....	27
Tabela 14 - Pessoal Ativo da União .....	27
Tabela 15 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes .....	27
Tabela 16 - Despesas por modalidade de contratação .....	28
Tabela 17 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	29
Tabela 18 - Execução descentralizada com transferências de recursos.....	29
Tabela 19 - Carteira de estudos técnicos - Rodovias.....	32
Tabela 20 - Estágio dos estudos técnicos – Rodovias .....	34
Tabela 21 - Carteira de estudos técnicos - Ferrovias.....	34
Tabela 22 - Carteira de projetos ferroviários – EPL.....	35
Tabela 23 - Estágio dos estudos técnicos - Ferrovias.....	36
Tabela 24 - Terminais com estudos iniciados em 2017.....	37
Tabela 25 - Terminais com estudos iniciados e concluídos em 2017 .....	37
Tabela 26 - Terminais cujos estudos foram readaptados em 2017, após análise TCU ..	38
Tabela 27 - Licenças ambientais obtidas pela EPL .....	45
Tabela 28 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal .....	60
Tabela 29 - Síntese da Remuneração dos Administradores .....	61
Tabela 30 - Força de Trabalho da UPC .....	64
Tabela 31 - Distribuição da Lotação Efetiva .....	64
Tabela 32 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC .....	64
Tabela 33 - Despesas de Pessoal .....	65
Tabela 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade .....	67
Tabela 35 - Sistemas da EPL.....	71
Tabela 36 - Plano de Capacitação .....	72
Tabela 37 - Força de Trabalho da TI .....	72
Tabela 38 - Processos de Gerenciamento de Serviços de TIC Implementados.....	72

Tabela 39 - Projetos de TIC.....	76
Tabela 40 - Principais Sistemas de Informações .....	78
Tabela 41 - Informações Econômico-Financeiras EPL 2017 .....	82
Tabela 42 - Prejuízos .....	82
Tabela 43 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	87

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Organograma Geral da EPL 2017.....	16
Figura 2 - Relação de Sindicâncias – Constituída e/ou Concluída em 2017.....	57
Figura 3 - Recomendações Plano de Providência Permanente.....	85

## 1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Empresa de Planejamento e Logística - EPL contempla as principais atividades e ações realizadas pela Empresa no exercício de 2017. A elaboração do Relatório de Gestão seguiu as determinações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, bem como na Portaria TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018.

O Relatório de Gestão e as informações suplementares obedeceram às orientações e estrutura de conteúdos definidas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Durante o ano de 2017, a atuação da EPL manteve o foco na estruturação de projetos e no suporte às decisões estratégicas relativas a rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos federais.

Para dar efetividade a esta atuação, reforçou o compromisso de manter-se como empresa pública ágil, enxuta e com capacidade de respostas às demandas setoriais, fundamentando seus produtos no conhecimento técnico de sua equipe de colaboradores e na gestão orientada para resultados.

Além das entregas de projetos e das contribuições na estruturação das concessões federais, nesse ano foi possível concluir uma valiosa ferramenta de planejamento que é o Plano Nacional de Logística - PNL. A partir do diagnóstico setorial, o PNL identifica pontos de estrangulamento na rede de transportes (rodoviária, ferroviária e hidroviária), apresenta projeções de demanda e previsão de conclusão de obra para, em sequência, sugerir investimentos para melhoria do sistema, em termos de modernização, otimização, disponibilidade, conforto e custos, no horizonte temporal de 2025.

A tônica do planejamento obedece a critérios técnicos e econômicos, assim como tem presentes os conceitos de integração, intermodalidade e sustentabilidade. Tudo isso deve ser ofertado para que as instâncias governamentais, a quem cabe decidir acerca das prioridades, o façam com segurança e transparência.

O relatório do recém-concluído Plano Nacional de Logística foi disponibilizado no início de 2018 para consulta pública e contribuições dos interessados e da sociedade em geral. Sua atualização será periódica, permitindo revisões no planejamento dos investimentos, inclusive orientando as programações orçamentárias a cada exercício fiscal.

A EPL, em 2017, tratou ainda de atender a demandas importantes para a continuidade das concessões federais, como a obtenção de licenças ambientais de rodovias concedidas e a conceder, e um estudo específico sobre metodologia para identificação e precificação de ativos não amortizados em concessões rodoviárias e aeroportuárias que venham a ser encerradas antes do prazo original de contrato.

## 2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 2.1 Finalidade e Competências

A Lei nº 12.404, de 04 de maio de 2012, alterada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, dispôs sobre a criação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL - uma empresa estatal, atuando no âmbito do direito privado, com o objetivo social vinculado ao planejamento da logística e dos transportes do país.

A nova vinculação da EPL à Secretaria-Geral da Presidência da República, promovida por uma conjuntura inovadora de iniciativas, em especial, o Decreto nº 8.981, de 02 de fevereiro de 2017, propôs um conjunto de novos desafios que foram enfrentados em 2017.

Para o atendimento destes novos desafios, a EPL empenha-se no atingimento das suas competências elencadas no art. 8º do seu Estatuto Social transcritas abaixo:

*I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;*

*II – realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnicoeconômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;*

*III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia nos setores de infraestrutura, logística e transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;*

*IV - participar das atividades relacionadas aos setores de infraestrutura, logística e transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;*

*V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas aos setores de infraestrutura, logística e transportes;*

*VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;*

*VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito dos setores de infraestrutura, logística e transportes em outros segmentos da economia;*

*VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos nas áreas de infraestrutura e de transportes;*

*IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;*

*X – acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;*

*XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão dos setores de infraestrutura, logística e transportes;*

*XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão dos setores de infraestrutura, logística e transportes;*

*XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;*

*XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;*

*XV – administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;*

*XVI – promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;*

*XVII – promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República;*

*XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;*

*XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;*

*XX – elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;*

*XXI - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura, de logística e de transportes;*

*XXII – apoiar o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – CPPI em suas competências, conforme previsto na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016;*

*XXIII – prestar serviços na elaboração e estruturação de projetos de infraestrutura, estudos, planejamento e gestão; e*

*XXIV - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto.*

*Parágrafo único. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPL poderão subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações de órgãos e entidades da administração pública federal, no âmbito da política de infraestrutura, de logística e de transporte.*

Nesse sentido, a EPL é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.

## **2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade**

A EPL é vinculada às seguintes normas relacionadas à sua criação e alteração:

- (i) Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011;
- (ii) Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, a qual altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008;
- (iii) Decreto nº 7.755, de 14 de junho de 2012, o qual cria a ETAV, especifica o seu capital social e dá outras providências;
- (iv) Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências, convertida na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.
- (v) Decreto nº 8.791, de 29 de junho de 2016, o qual dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República;
- (vi) Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, o qual dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta; e
- (vii) Decreto nº 8.981, de 2 de fevereiro de 2017, o qual altera o Anexo ao Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

Com relação à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas (UPC), têm-se as seguintes normas infralegais que no decorrer de 2017 se encontravam em revisão:

- (i) Estatuto Social da Empresa de Planejamento e Logística; e
- (ii) Regimento Interno da Empresa de Planejamento e Logística S.A.

## **2.3 Ambiente de Atuação**

No âmbito da sua missão institucional de planejar a infraestrutura de transportes e a logística do País, a EPL realizou estudos e pesquisas, elaborando cenários na busca de soluções e alternativas para os gargalos físicos/operacionais do setor.

A Empresa planeja e estrutura projetos de forma a apoiar os diversos entes federativos do setor celebrando, contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção, transferência e licenciamento de tecnologias. A EPL assumiu também a função empreendedora, para efeito de licenciamento ambiental, nos projetos de rodovias e ferrovias.

A tônica do Governo Federal em 2017 foi criar oportunidades de investimentos, geração de renda e emprego, dando celeridade aos projetos de infraestrutura, em especial por meio do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, criado para reforçar a coordenação das políticas de investimentos em infraestrutura através de parcerias com o setor privado.

Alinhada a esse esforço, a EPL investiu na sua reorganização interna, reposicionou-se e assumiu atribuições importantes para o desenvolvimento do Programa Avançar Parcerias do Governo Federal como:

- Realização de estudos e projetos voltados para as novas concessões federais de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- Resgate da capacidade de planejamento do Estado Brasileiro, com visão crítica e adequação dos projetos ao interesse público, buscando soluções inovadoras e modelos de concessões internacionalmente experimentados; e
- Preparação dos estudos e relatórios requeridos para o licenciamento ambiental das rodovias e ferrovias federais concedidas, eliminando um dos principais entraves para a implantação dos projetos.

Com um quadro de profissionais com perfil essencialmente técnico, atuou e tem atuado na estruturação das concessões do Governo Federal previstas para o período 2017/2018, e também está em elaboração o PNL – Plano Nacional de Logística, um estudo abrangente e orientador dos investimentos de médio e longo prazo, necessários para dotar o país de uma infraestrutura de transportes e logística que favoreça o desenvolvimento econômico.

Desenvolvendo novas ferramentas de Gestão, reestruturando suas prioridades e esforços, buscando parcerias técnicas de ponta, aprimorando suas práticas técnicas e gerenciais, a EPL buscou em 2017 cumprir os desafios propostos no Planejamento Estratégico da instituição e seguir as diretrizes formuladas pelo seu órgão de vinculação, a Secretaria do PPI.

Consolidar e aprimorar estas práticas são desafios da EPL para 2018.

## 2.4 Organograma

A EPL possui, atualmente, um quadro autorizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST de 143 (cento e quarenta e três) profissionais. A Diretoria Executiva – DIREX é composta pela Presidência, Diretoria de Gestão – DGE e Diretoria de Planejamento - DPL. As atribuições de cada uma das unidades organizacionais estão dispostas no Regimento Interno da EPL (aprovado pelo Conselho de Administração – CONSAD por meio da Resolução nº 02, de 1º de junho de 2016) e suas respectivas vinculações estão representadas no organograma a seguir.

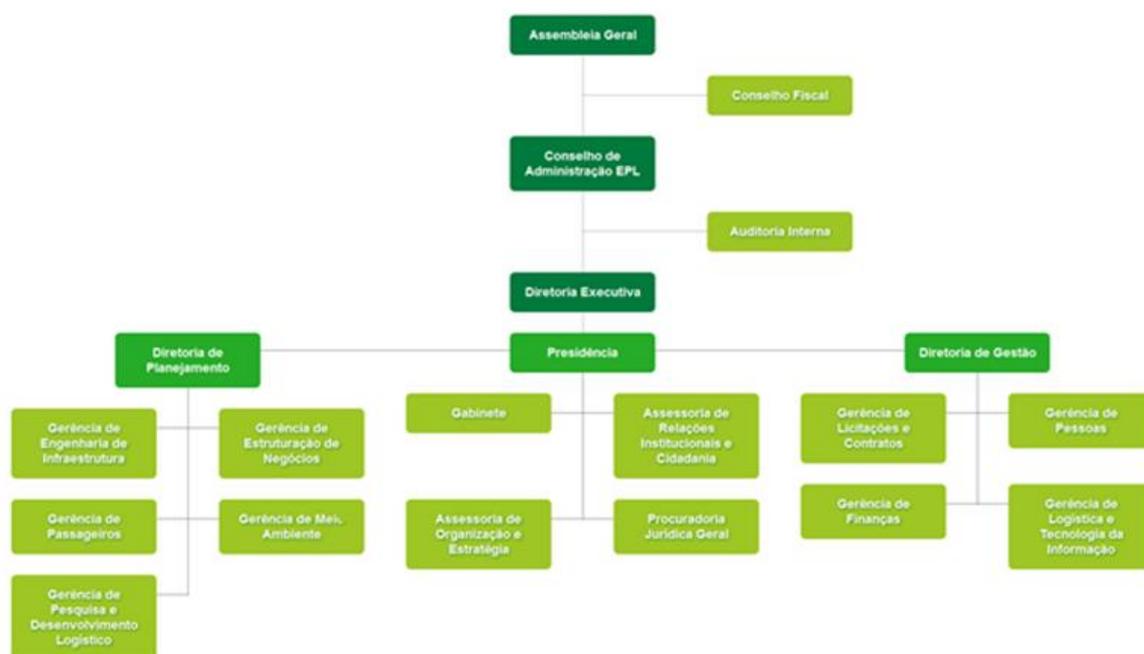


Figura 1 - Organograma Geral da EPL 2017

## 2.5 Macroprocessos Finalísticos

Os processos internos da Empresa são essenciais para que a EPL possa exercer suas atividades rotineiras. Em 2017 a Empresa priorizou quatro macroprocessos finalísticos: Plano Nacional de Logística, Licenciamento Ambiental, Estudos para Concessões e Observatório Nacional de Transporte e Logística.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Plano Nacional de Logística	Elaboração de uma proposta para modernizar e integrar os diversos modos de transporte visando atingir uma maior efetividade dos investimentos na infraestrutura para a movimentação de cargas no país.	Relatório Executivo	SPPI; MTPA; CONIT.	DPL; GEPDL.

<b>Macroprocessos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidades Responsáveis</b>
Licenciamento Ambiental	Elaboração dos Estudos Ambientais relativos ao licenciamento ambiental para fins de obtenção das Licenças Ambientais Prévia e de Instalação, e Autorizações Específicas necessárias ao início das obras.	3 (três) Estudos Ambientais analisados, aprovados e protocolados em órgão competente.	IBAMA; SPPI; MTPA.	GEMAB; GELIC; Demais órgãos envolvidos no licenciamento ambiental; Órgãos licenciadores
Estudos para Concessões	Desenvolvimento de estudos, análises e modelos necessários para viabilizar empreendimentos.	36 (trinta e seis) análises de Estudos e Projetos	MTPA, EPL	DPL GENEC GEINF Empresa Contratada Demais órgãos envolvidos na análise de PMI's.
ONTL – Observatório Nacional de Transporte e Logística	Consolidar informações que caracterizem a infraestrutura e a operação do setor de transportes no Brasil	Boletim de Logística	MTPA; Sociedade.	GEPDL; GEINF; GEPAS; GENEC; GEMAB.

**Tabela 1 - Macroprocessos Finalísticos**

### 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

#### 3.1 Planejamento Organizacional

O início de 2017 foi marcado pela aprovação do novo mapa estratégico EPL, onde ficou clara, para todos os níveis hierárquicos da Empresa, a missão de “Planejar e promover os transportes e a logística do País” e a importância de motivar suas atividades em prol do atingimento da missão e visão de “Ser referência em planejamento (nacional, integrado, sustentável) de transportes e logística até 2020”.

Em atendimento à demanda da SEST e em cumprimento ao Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, foram elaborados indicadores para medir o atingimento de objetivos estratégicos. Estes indicadores tiveram sua aferição realizada nos quatro trimestres de 2017.

#### 3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

##### I. Objetivo Estratégico: Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.

##### a) Indicador: Índice de Execução Financeira PAC:

- Métrica: relação entre a soma de pagamentos de despesas contratadas com dotação do PAC e a disponibilidade financeira alocada para este fim.
- Objetivo: medir a agilidade e a eficácia do processo de liquidação de compromissos financeiros assumidos com fornecedores.
- Comentário: o indicador demonstrou-se parcialmente aderente ao processo interno, porém inadequado para espelhar as reais situações que ocorrem no âmbito da EPL, onde a conclusão do objeto, por diversas ocasiões, independe de ações desta Empresa, ficando, portanto, sob a análise de órgãos públicos externos, impactando assim, no atingimento da meta estabelecida.

##### b) Indicador: Índice de Execução Orçamentária PAC:

- Métrica: relação entre a soma dos empenhos realizados com dotação do PAC e a disponibilidade orçamentária alocada para este fim.
- Objetivo: medir a eficácia do processo de execução orçamentária, concretizada pela emissão de empenhos, a partir do limite orçamentário disponibilizado.
- Comentário: o indicador demonstrou-se parcialmente aderente ao processo interno, porém inadequado pela existência de fatores relacionados às alterações orçamentárias alheias à vontade da EPL, dificultando a efetivação dos empenhos pelo limite orçamentário disponibilizado à EPL ao final do exercício corrente, dificultando o exercício orçamentário.

##### c) Indicador: Índice de Execução de Aquisições:

- Métrica: relação entre o número de itens (insumos, equipamentos, instalações, software, hardware) identificados como necessários pelas áreas da empresa e as efetivas aquisições.
- Objetivo: medir a agilidade e a eficácia do processo de adquirir bens e serviços solicitados pelas áreas técnicas e operacionais, como forma de dar suporte à atividade fim da empresa.

- Comentário: o indicador demonstrou-se pouco aderente ao processo interno, uma vez que as aquisições inicialmente declaradas como necessárias foram reavaliadas ao longo do exercício, e as prioridades foram revistas. O contingenciamento de investimentos ocorrido durante determinado período do ano também impactou no andamento dos processos. Porém, de maneira geral, os insumos suficientes e necessários ao bom desempenho empresarial foram disponibilizados, sendo possível concluir que a administração alcançou os objetivos de prover a infraestrutura essencial. O indicador necessita de aprimoramentos para melhor espelhar o desempenho da organização.

## **II. Objetivo Estratégico: Atrair e reter talentos e desenvolver competências na quantidade adequada e com tempestividade.**

### **a) Indicador: Quantidade de horas de capacitação por colaborador:**

- Métrica: número absoluto, média global entre os colaboradores, de horas dedicadas à capacitação com conteúdo autorizados pela empresa.
- Objetivo: medir o investimento em capacitação a partir de um desafio médio anual, para desenvolvimento de conhecimentos importantes para o perfil técnico da equipe.
- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente.

## **III. Objetivo Estratégico: Elaborar o planejamento socioambiental e estratégico de transportes.**

### **a) Indicador: Estudos Ambientais analisados, aprovados e protocolados:**

- Métrica: número absoluto de Estudos Ambientais concluídos no exercício. A meta é dada pela previsão de demanda identificada no início do ano.
- Objetivo: medir a efetividade da área técnica na entrega do estudo demandado.
- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente. Convém prever revisões de meta ao longo do exercício.

## **IV. Objetivo Estratégico: Elaborar o planejamento integrado de transportes de cargas para o Brasil.**

### **a) Indicador: Relatórios Técnicos do PNLI - Plano Nacional de Logística Integrada aprovados:**

- Métrica: número absoluto de Relatórios Técnicos concluídos no exercício. A meta é dada pela previsão de demanda identificada no início do ano.
- Objetivo: medir a efetividade da área técnica na entrega do estudo demandado.
- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente. O indicador pode ser melhorado com produtos intermediários que avaliem a proximidade de atingimento da meta global.

## **V. Objetivo Estratégico: Promover melhores práticas e inovações tecnológicas em soluções de transportes.**

**a) Indicador: Publicação de Boletim de Logística:**

- Métrica: número absoluto de Boletins concluídos no exercício. A meta é dada pela programação acordada no início do ano.
- Objetivo: medir a efetividade da área técnica na entrega da publicação.
- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente. O indicador pode ser melhorado medindo a pontualidade das entregas.

**VI. Objetivo Estratégico: Elaborar os estudos, análises e modelos necessários para viabilizar os empreendimentos derivados dos planos.**

**a) Indicador: Análise de Estudos e Projetos:**

- Métrica: número absoluto de Relatórios Técnicos concluídos no exercício. A meta é dada pela previsão de demanda identificada no início do ano.
- Objetivo: medir a efetividade da área técnica na entrega dos estudos demandados.
- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente. O indicador pode ser melhorado com produtos intermediários que avaliem a proximidade de atingimento da meta global, ou a contribuição das áreas internas, ou grau de governabilidade que a área detém sobre cada produto sujeito a condicionantes externos.

**3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico**

No decorrer do ano, as medições foram apresentadas em Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, e disponibilizadas e apresentadas à Diretoria Executiva. O resultado final do exercício foi explicitado ao Conselho de Administração.

**3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos**

O Planejamento Estratégico foi desenvolvido utilizando com referência a metodologia do BSC - *Balanced Scorecard* e mensurado em 2017 contemplando serviços de formulação, desdobramento, alinhamento, implementação e monitoramento, conforme quadro abaixo:

ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO			
Etapas	Descrição		% Executada
<b>Etapa 1 Desdobramento da Estratégia</b>	1.1	Revisão do Mapa Estratégico	100%
	1.2	Elaboração e definição de indicadores e metas	100%
	1.3	Definição e composição da carteira de iniciativas estratégicas	100%
<b>Etapa 2 Alinhamento</b>	2.1	Elaboração de Painel de Contribuição de áreas da EPL (Painel Estratégico)	100%
<b>Etapa 3 Monitoramento da Gestão</b>	3.1	Estruturação da área responsável pelo monitoramento da estratégia (área de monitoramento)	100%
	3.2	Desenho do processo de monitoramento da estratégia	80%
	3.3	Implementação e acompanhamento do processo de monitoramento da estratégia	30%

**Tabela 2 - Estruturação do Planejamento Estratégico**

### 3.3 Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual inscrita sob o nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, disponibilizou de dotação final para a EPL o montante de R\$ 84 milhões nas dotações orçamentárias de Pessoal/Encargos; Sentenças Judiciais; Demais (despesas para arcar com gastos diversos com a estrutura necessária às atividades administrativas da Empresa); e para o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com a finalidade de fazer face às realizações dos projetos de responsabilidade da EPL, os quais visam à melhoria da eficiência da infraestrutura e logística de transportes no país considerando os modais rodoviário, ferroviário, dutoviário e aquaviário, tal como o Plano Nacional de Logística - PNL, o Observatório Nacional de Transportes e Logística - ONTL e os Licenciamentos Ambientais.

Relativamente aos atos orçamentários, ao longo do ano os limites sofreram diversas alterações, nesse sentido registra-se que a proposta orçamentária para as despesas custeadas com recursos do PAC, no exercício de 2017, foi no montante de R\$ 107 milhões, porém foi aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA/2017 apenas R\$ 44 milhões. Com a publicação do Decreto nº 9.018, de 30 de março de 2017, o limite para movimentação de empenhos foi reduzido para R\$ 32 milhões, e no final do 1º semestre, com a edição do Decreto nº 9.113, de 28 de julho de 2017, esse limite sofreu mais uma redução para apenas R\$7,3 milhões, situação que se estendeu até o mês novembro, quando houve uma expansão deste limite para R\$ 27 milhões, por meio do Decreto nº 9.205, de 24/11/2017, ratificado pelo Decreto nº 9.248, de 22/12/2017. Expansão conseguida após tratativas da Diretoria Executiva da EPL junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com o apoio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - SPPI/PR.

A EPL se deparou com um cenário restritivo em função das limitações orçamentárias ocorridas no ano em referência e pelo limite ofertado à EPL de apenas R\$ 7,3 milhões, para fazer face aos investimentos de estruturação dos projetos prioritários de concessões rodoviárias, ferroviárias e portuárias, bem como dos novos desafios assumidos junto à SPPI/PR, isso impactou severamente os projetos em andamento da EPL.

No tocante às dotações orçamentárias destinadas para custear as demais despesas com o funcionamento da EPL, registra-se que a dotação inicial contemplada na LOA/2017 foi de R\$ 21 milhões, sendo disponibilizado, inicialmente, o valor de R\$ 11 milhões e, no mês de dezembro foi ampliado em mais R\$ 1,7 milhão, totalizando o valor de R\$ 13 milhões.

O total de R\$ 74 milhões de empenhos emitidos pela EPL foi distribuído da seguinte forma: R\$ 34 milhões para despesas Obrigatórias; R\$ 13 milhões para arcar com as demais despesas de custeio; e R\$ 26 milhões de PAC. Essa última, do limite disponibilizado à EPL de R\$ 27 milhões, representou um total empenhado de 96% (noventa e seis por cento).

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	0022 <span style="float: right;">Tipo: Operação Especial</span>
<b>Título</b>	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais
<b>Iniciativa</b>	
<b>Objetivo</b>	
<b>Programa</b>	Cumprimento de Sentenças Judiciais
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras
<b>Lei Orçamentária 2017</b>	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
280.000	280.000	31.235	31.235	31.235	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			N/A	N/A	N/A	N/A

Tabela 3- Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2000			Tipo: Atividade		
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416					
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.103.674	21.103.674	12.998.798	7.398.347	7.398.347		2.661.969
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
69.717	14.470	55.247	N/A		N/A	N/A

Tabela 4 - Administração da Unidade

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2004			Tipo: Atividade		
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416					
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

315.516	315.516	273.222	268.672	268.672	-	Processados 13.602
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Pessoas Beneficiadas-</b>			-	-	<b>Unidade</b>	N/A N/A N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
N/A	N/A	-	N/A		N/A	N/A

**Tabela 5 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores Civis, Empregados, Militares e Dependentes**

SIAFI/Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2010		Tipo: Atividade			
<b>Título</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416					
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria (x) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
155.232	155.232	143.473	143.473	143.473	N/A	61.440
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Pessoas Beneficiadas</b>			-	-	<b>Unidade</b>	N/A N/A N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A		N/A	N/A

**Tabela 6 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2011		Tipo: Atividade			
<b>Título</b>	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416					
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
528	528	N/A	N/A	N/A	-	5.973

Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Servidores Beneficiadas</b>	-	-	<b>Unidade</b>	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

**Tabela 7 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2012			Tipo: Atividade		
<b>Título</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416					
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
900.000	1.300.000	1.300.000	867.388	867.388	N/A	420.716
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Servidores Beneficiados</b>	-	-	<b>Unidade</b>	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

**Tabela 8 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20TP			Tipo: Atividade		
<b>Título</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416					
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
31.698.099	33.507.818	32.472.431	31.358.336	31.358.336	120.691	7.827.411		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Pessoas Beneficiadas</b>			-	-	<b>Unidade</b>	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas					
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada		
139.874	-	139.874	-		-	-		

**Tabela 9 - Pagamento de Pessoal Ativo da União**

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Identificação da Ação								
<b>Código</b>	20UA		Tipo: Atividade					
<b>Título</b>	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (PAC)							
<b>Iniciativa</b>								
<b>Objetivo</b>								
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção							
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416							
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras							
Lei Orçamentária 2017								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
41.631.172	24.631.172	24.631.172	1.052.116	1.052.116	895.599	20.125.801		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Estudos Realizados</b>			-	-	<b>Unidade</b>	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas					
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada		
6.336.080	3.647.134	100.746	N/A		N/A	N/A		

**Tabela 10 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (PAC)**

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	8785 Tipo: Atividade
<b>Título</b>	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<b>Iniciativa</b>	
<b>Objetivo</b>	
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416

<b>Ação Prioritária</b>		(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.580.254	2.580.254	1.299.412	1.073.655	1.073.655	-	583.679
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Pesquisa Realizada</b>			-	-	<b>Unidade</b>	N/A
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A		N/A	N/A

**Tabela 11 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencia

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	2000				Tipo: Atividade
<b>Título</b>	Administração da Unidade				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção				
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416				
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
69.717	14.470	55.247	N/A	N/A	N/A

**Tabela 12 - Restos a Pagar de exercícios anteriores**

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2004				Tipo: Atividade	
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416					
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária 2017</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
315.516	315.516	273.222	268.672	268.672	-	13.602
<b>Execução Física</b>						

Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Pessoas Beneficiadas-</b>	-	-	<b>Unidade</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	

**Tabela 13 - Assistência Médica e Odontológica Aos Servidores Civis**

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	20TP			Tipo: Atividade	
<b>Título</b>	Pessoal Ativo da União				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção				
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416				
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
139.874	0	139.874	N/A	N/A	N/A

**Tabela 14 - Pessoal Ativo da União**

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	20UA			Tipo: Atividade	
<b>Título</b>	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura De Transportes				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção				
<b>Unidade Orçamentária</b>	EPL – 20416				
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( )Não Caso positivo: (X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.336.080	3.647.134	100.746	N/A	N/A	N/A

**Tabela 15 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes**

### 3.3.1 Informações sobre a execução das despesas

#### (i) Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b)	2.820.503	6,68	7.606.880	19,19	2.820.503	6,68	7.606.880	19,02
a) Pregão	2.635.232	6,25	3.460.412	10,93	2.635.232	6,25	3.460.412	11,04
b) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	185.270	0,44	4.146.467	8,26	185.270	0,44	4.146.467	7,98
2. Contratações Diretas (c+d)	5.321.553	12,61	5.888.224	13,89	5.320.065	12,61	5.888.224	13,07
c) Dispensa	3.927.297	9,31	5.754.444	13,27	3.925.810	9,30	5.754.444	12,44
d) Inexigibilidade	1.394.255	3,30	133.779	0,63	1.394.255	3,30	133.779	0,64
3. Pagamento de Pessoal (e+f)	31.358.336	74,69	30.734.167	66,91	31.358.336	74,32	30.613.476	67,91
e) Diárias	155.183	0,36	53.241	0,12	155.183	0,37	53.241	0,12
f) outras	2.539.135	6,01			2.539.135	6,02		
6. Total das Despesas acima (1+2+3)	42.194.712		44.229.272		42.193.224		44.108.580	
6. Total das Despesas da UPC	<b>42.194.712</b>	<b>100</b>	<b>44.229.272</b>	<b>100</b>	<b>42.193.224</b>	<b>100</b>	<b>44.108.580</b>	<b>100</b>

Tabela 16 - Despesas por modalidade de contratação

#### (ii) Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	<b>32.472.431</b>	<b>37.469.543</b>	<b>31.358.334</b>	<b>29.642.131</b>	<b>7.827.411</b>	<b>139.874</b>	<b>395.600</b>	<b>29.521.439</b>
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil (1º Elemento)	21.612.246	26.873.683	21.612.246	22.316.192	4.557.491	-		22.316.192
Obrigações patronais (2º Elemento)	6.780.972	9.000.000	6.487.827	6.482.799	2.517.200	-		6.362.107
Ressarcimento despesas pessoal requisitado (3º Elemento)	3.789.929	1.295.859	2.968.978	666.309	629.549	139.874	395.600	666.309
Demais elementos do grupo	289.283	300.000	289.283	176.829	123.170	-		176.829

Grupos de Despesa	Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores Pagos				
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>15.882.648</b>	<b>15.628.746</b>	<b>9.726.772</b>	<b>11.950.965</b>	<b>3.677.780</b>	<b>1.006.094</b>	<b>2.793.576</b>	<b>11.950.965</b>
Outros serviços de terceiros PJ (1º Elemento)	10.976.924	9.186.778	6.938.408	7.787.801	1.398.977	472.143	1.212.812	7.787.801
Locação de mão-de-obra (2º Elemento)	2.406.154	2.003.330	685.688	1.199.888	803.442	226.140	753.993	1.199.888
Passagens e despesas com locomoção (3º Elemento)	1.093.770	1.347.772	793.262	777.022	570.750	124.063	380.275	777.022
Demais elementos do grupo	1.405.799	3.090.865	1.309.412	2.186.254	904.610	183.747	446.494	2.186.254
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>4. Investimentos</b>	<b>24.794.664</b>	<b>24.351.663</b>	<b>1.108.116</b>	<b>4.156.261</b>	<b>20.195.401</b>	<b>13.311.307</b>	<b>11.694.185</b>	<b>4.156.261</b>
Obras e Instalações (1º Elemento)	2.371.744	15.436.042		3.614.004	11.822.037	10.962.191	10.135.668	3.614.004
Serviços de Consultoria (2º Elemento)	1.928.916	6.165.866		532.463	5.633.403	2.342.184	1.488.917	532.463
Contribuições (3º Elemento)	3.500.000	2.670.360		-	2.670.360	-		-
Demais elementos do grupo	16.994.004	79.394	1.108.116	9.794	69.600	6.931	69.600	9.794

Tabela 17 - Despesas por grupo e elemento de despesa

<b>Nome:</b>	Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL					
<b>CNPJ:</b>	15.763.423/0001-30					
<b>UG/GESTÃO:</b>	395001/39253					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
<b>Termo de Execução Descentralizada IPEA e ENAP</b>	1	1	-	756.387	402.200	
<b>Termo de Compromisso DERSA</b>	-	-	1	4.396.577	-	923.131
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5.152.964</b>	<b>402.200</b>	<b>923.131</b>

Tabela 18 - Execução descentralizada com transferências de recursos

## **Termo de Execução Descentralizada e Congêneres**

### 1. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA:

A EPL celebrou, em 2013, o Termo de Execução Descentralizada nº 02/2013 com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, no valor de R\$ 522.225. O instrumento teve como objetivo a elaboração de Matriz de Origem e Destino de transporte de carga e de passageiros em âmbito nacional, visando auxiliar a identificação de gargalos e projetar a necessidade de melhorias, como a construção ou ampliação de rodovias, ferrovias e portos.

Em 2016, houve a necessidade de revisar, expandir e aprimorar essas projeções das Matrizes de Origem e Destino relativamente à movimentação de cargas e passageiros, incluindo os impactos e mudanças climáticas. Dessa forma, com o término do TED nº 02/2013, celebrou o segundo Termo de Descentralização de nº 1/2016 com este Instituto, no valor de R\$ 2.355.884, sendo que foi repassado no exercício de 2016, o valor de R\$ 402.200 e em 2017, o valor de R\$ 700.587.

### 2. Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A:

A EPL celebrou, em 2015, o Termo de Compromisso nº 001/2015, com o Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A., cuja finalidade é a realização de estudos técnicos necessários ao planejamento da implantação do Tramo Norte do Ferroanel Metropolitano de São Paulo, compostos por Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), promovendo o licenciamento ambiental do empreendimento, até a obtenção da Licença Prévia - LP; e o Projeto de Engenharia, contendo os elementos necessários, com nível de precisão adequado a caracterizar a obra a ser futuramente executada, com parâmetros que possibilitem a avaliação do custo da obra, métodos e prazo de execução.

O valor pactuado, inicialmente, foi de R\$ 9.954.388, o qual sofreu supressão no valor de R\$ 1.895.654, finalizando no valor total de R\$ 8.058.735; foi repassado em 2015, o valor de R\$923.131 e em 2017, o valor de R\$ 4.396.577.

### 3. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP:

A EPL celebrou, em 2017, com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, o Termo de Execução Descentralizada nº 001/2017, com a finalidade de capacitação dos Diretores da EPL e teve por objeto a realização do Curso de Liderança e Inovação em contextos de Mudança, ministrado por profissionais da *Harvard Kennedy School*, no valor de R\$ 55.800,00.

### **3.3.2 Análise Crítica da Realização da Despesa**

Relativamente às despesas com pagamento de Pessoal, a dotação final aprovada na LOA/2017 foi no valor de R\$ 33.507.818, foi pago R\$ 31.358.336; Benefícios, no valor de R\$ 1.771.333 e foi pago, R\$ 1.280.061; Sentenças Judiciais, no valor de R\$ 280.000, pago R\$31.235; Administração da Unidade, no valor de R\$ 21.103.674, porém o limite de movimentação e empenhos foi de R\$ 13.107.000 e pago o valor de R\$ 7.398.347; Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), no valor de R\$ 24.631.172, pago R\$ 1.052.116 e Gestão e Coordenação do PAC, no valor de R\$ 2.580.254, pago R\$ 1.073.655.

A respeito dos restos a pagar, foram inscritos da funcional programática Administração da Unidade, o valor de R\$ 2.731.686, pago R\$ 2.412.947 e cancelado o valor de R\$ 97.406. Quanto aos Estudos e Projetos do PAC, foi inscrito o valor de R\$ 27.974.021, pago R\$ 11.985.122 e cancelado o valor de R\$ 4.327.950.

Nesse contexto, cabe mencionar que na Ação Administração da Unidade, utilizada para abarcar as despesas com vistas à manutenção da estrutura necessária às atividades da Empresa, para enfrentar o contingenciamento de 38% (trinta e oito por cento), a EPL teve que se ajustar fazendo mais com menos, renegociando contratos e diminuindo despesas.

Diante das novas atribuições delegadas à EPL na estruturação dos projetos prioritários de concessões ferroviárias, rodoviárias e portuárias, bem como na condução dos licenciamentos ambientais dos empreendimentos prioritários da PPI/PR, os compromissos assumidos ficaram prejudicados em função das recorrentes alterações dos limites orçamentários instituídos pelo cenário restritivo dos investimentos de infraestrutura do país.

Em adição, cumpre destacar que o fato dos aludidos limites terem sido disponibilizados somente no final do exercício de 2017, impactou na realização de novas contratações/aquisições e mesmo diante das dificuldades, a EPL conseguiu empenhar 96% (noventa e seis por cento) do limite disponibilizado para os projetos finalísticos.

### **3.3.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos**

Tal regra decorre do art. 5º da Lei nº 8.666/93, onde preconiza que “cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem de cronológica das datas de suas exigibilidades”.

A EPL esclarece que não elabora lista com ordem cronológica de pagamentos em razão de não haver, no âmbito da Empresa, histórico de processos pendentes de pagamento ou outra situação que pudesse gerar dúvida quanto à quebra de cronologia dos compromissos pagos pela Empresa.

Contudo, a EPL segue as melhores práticas de gestão, entre as quais se insere a transparência. Nesse sentido, planeja ajustar suas rotinas para disponibilizar, no exercício de 2018, listagem que demonstre a sequência cronológica de pagamentos em seu website ([www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br)), bem como encontra-se em elaboração norma interna para instituir a cronologia de pagamentos no âmbito da EPL.

## **3.4 Desempenho Operacional**

Ao longo de 2017, a EPL atuou em várias frentes nas áreas finalísticas. Abaixo, segue o relato dos principais resultados alcançados.

### **ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS**

Em apoio ao Programa Avançar Parcerias, conduzido pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos – SPPI, e com o objetivo de dar continuidade à expansão e modernização da infraestrutura de transportes do País, encontra-se sob

responsabilidade da EPL a análise, o aperfeiçoamento e a consolidação de estudos técnicos de projetos destinados a concessões de infraestrutura de transporte.

A inserção da Empresa neste processo visa assegurar o olhar público, associado à expertise técnica e mercadológica, sobre os projetos de infraestrutura em estruturação pelo poder concedente, reduzindo-se assim potenciais assimetrias de informação no processo de delegação.

Em 2017, a EPL manteve sua atuação no apoio à estruturação de projetos, referentes aos modais rodoviário, ferroviário e portuário, atendendo assim os projetos até então qualificados pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, conforme preconiza o Decreto nº 8.916, de 25 de novembro de 2016.

A seguir, são apresentadas as principais atividades realizadas ao longo de 2017, em cada setor que conta com o apoio da EPL, assim como os trabalhos previstos para o exercício 2018.

### Setor Rodoviário

Fazem parte da carteira de estudos técnicos para concessões de rodovias os seguintes empreendimentos:

1.	Rodovia de Integração do Sul – (BR-101/290/448/386-RS, trechos da divisa SC/RS até Osório e de Porto Alegre até Carazinho)
2.	BR-364/365-GO/MG, trecho Jataí/Uberlândia
3.	BR-101-SC - Rodovia Governador Mário Covas, entre a ponte sobre o Rio da Madre, Paulo Lopes/SC, até a divisa SC/RS, abrangendo do km 244+680 até o km 465+100
4.	BR-364-MT/RO, entre o entroncamento com a BR-174 em Comodoro/MT e Porto Velho/RO, acesso Ulisses Guimarães
5.	BR-116/RJ/SP – Rodovia Presidente Dutra
6.	BR-040/MG/RJ – Juiz de Fora/MG a Rio de Janeiro/RJ
7.	BR-116/RJ – Além Paraíba/MG, na divisa MG/RJ, à BR-040-RJ
8.	BR 153/GO/TO - Aliança do Tocantins/TO a Anápolis/GO

**Tabela 19 - Carteira de estudos técnicos - Rodovias**

Adicionalmente aos projetos rodoviários priorizados pelo CPPI, acima, também faz parte da carteira de projetos sob os cuidados da EPL o estudo de viabilidade de concessão das rodovias BR-381/262-ES/MG, por demanda do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e que se encontra em desenvolvimento por meio do Contrato EPL 013/2016.

Relativamente à carteira de projetos qualificados pelo CPPI – Rodovias - Tabela 19, em 2017, a EPL participou ativamente no processo de análise e reformulação dos estudos técnicos originalmente elaborados por meio de Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI referentes às rodovias BR-364/365-GO/MG (Jataí/GO/Uberlândia/MG), BR-101/290/448/386-RS (divisa SC/RS até Osório e de Porto Alegre até Carazinho), BR-101/SC (Rodovia Governador Mário Covas) e BR-364/MT/RO (Comodoro/Porto Velho).

Como resultado desta ação, foram protocolados pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres no Tribunal de Contas da União - TCU, ainda em 2017, os estudos da

BR-101/290/448/386-RS e BR-364/365-GO/MG, dando assim prosseguimento ao rito de delegação destes sistemas rodoviários. Para as rodovias BR-101-SC e BR-364-MT/RO, o processo em curso de avaliação e ajustes dos estudos pela EPL subsidiará o Governo Federal na abertura das Audiências Públicas necessárias para dar amplo conhecimento dos estudos técnicos à sociedade, em consonância ao rito ordinário existente para delegação de projetos de infraestrutura.

No tocante aos estudos técnicos das rodovias BR-116-RJ/SP, BR-040-MG/RJ, BR-116-RJ e BR 153-GO/TO, trata-se de estruturas emblemáticas no sistema de transportes do país, para os quais houve o entendimento de que mereciam nova abordagem. Após criterioso processo de avaliação e negociação, foi firmado contrato com o *International Finance Corporation – IFC*, organismo técnico vinculado ao Banco Mundial. Desta forma, foram iniciados em 2017 os trabalhos de estruturação dos referidos projetos, com a definição das frentes de trabalho necessárias e as respectivas equipes dedicadas a cada etapa.

Cabe ressaltar que o contrato com o *International Finance Corporation – IFC* foi assinado em 01 de novembro de 2017, com prazo contratual de 24 meses. O objetivo da contratação do IFC é justamente trazer um agente experiente e com credibilidade para atuar na qualidade de consultor líder exclusivo auxiliando a EPL nas várias fases de estruturação e implantação do projeto. Este bloco de concessões, estruturadas segundo as melhores práticas internacionais, deve significar um avanço no programa de rodovias, marcando uma nova fase em que sustentabilidade e incorporação de tecnologia tragam benefícios concretos ao usuário e favoreçam a regulação ao longo do prazo de concessão.

Quanto ao estudo da rodovia BR-262/381-ES/MG, o ano de 2017, foi dedicado ao desenvolvimento dos Estudos de Tráfego (contagens volumétricas e classificatórias e desenvolvimento do estudo propriamente dito), Cadastro Geral da Rodovia, Estudos Ambientais e Estudos de Engenharia contemplando Trabalhos Iniciais, Ampliação de Capacidade e Restauração do sistema rodoviário em questão.

Para 2018, a EPL manterá sua atuação na preparação dos estudos de viabilidade, conforme os estágios em que se encontram dentro do rito ordinário de delegação, quais sejam: i - preparação dos estudos para Audiência Pública, ii - TCU e iii - Publicação do Edital para Licitação. Ademais, novos sistemas rodoviários derivados do Plano Nacional de Logística – PNL que sejam alvo de futuras delegações definidas pelo Governo Federal serão incorporados à carteira de projetos a serem preparados pela EPL.

O quadro a seguir resume o estágio em que se encontram os estudos técnicos anteriormente destacados:

RODOVIAS	Estados	Extensão	2017	2018
Rodovia de Integração do Sul – (BR-101/290/448/386-RS, trechos da divisa SC/RS até Osório e de Porto Alegre até Carazinho)	RS	474km	Analisado	Leilão
BR-364/365-GO/MG, trecho Jataí/Uberlândia	MG/GO	437km	Analisado	Leilão
BR-101-SC - Rodovia Governador Mário Covas - entre a ponte sobre o Rio da Madre, Paulo Lopes/SC, até a divisa SC/RS	SC	220km	Analisado	Leilão
BR-364-MT/RO (Comodoro/Porto Velho)	MT/RO	808km	Estudo em análise	Análise será finalizada
BR-116/RJ/SP - Rodovia Presidente Dutra	RJ/SP	Em estudo	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
BR-040/MG/RJ – Juiz de Fora a Rio de Janeiro	MG/RJ	Em estudo	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
BR-116/RJ – Além Paraíba à BR-040	RJ	Em estudo	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
BR 153/GO/TO - Aliança do Tocantins a Anápolis	GO/TO	Em estudo	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
BR-381/262-MG/ES - Estudo de viabilidade para concessão das rodovias	MG/ES	685km	Estudo em andamento	Estudo será finalizado

**Tabela 20 - Estágio dos estudos técnicos – Rodovias**

### Setor Ferroviário

Da mesma forma como ocorre com os demais setores de transporte, a EPL também atua na análise, aperfeiçoamento e consolidação de estudos técnicos de ferrovias. Fazem parte da carteira de estudos técnicos e projetos no setor de ferrovias:

1. Ferrovias Norte-Sul EF-151 SP/MG/GO/TO, trecho entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP
2. Ferrogrão - EF-170 MT/PA, trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA
3. Ferrovia de Integração Oeste - Leste – FIOL EF-334 BA/TO, trecho: Ilhéus/BA – Caetitê/BA

**Tabela 21 - Carteira de estudos técnicos - Ferrovias**

Em 2017, a EPL contribuiu com a estruturação, análise e aperfeiçoamento dos estudos referentes aos trechos ferroviários qualificados pelo CPPI, quais sejam: Ferrovia Norte-Sul-EF-151 SP/MG/GO/TO, trecho entre Porto Nacional e Estrela D'Oeste; Ferrogrão - EF-170 MT/PA, trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA; e FIOL -Ferrovia de Integração Leste-Oeste-EF-334 BA/TO, trecho Ilhéus/BA – Caetitê/BA.

O processo de avaliação e ajustes realizado pela EPL subsidiou o Governo Federal na realização das Audiências Públicas da Ferrovia Norte-Sul e Ferrogrão, necessárias para dar amplo conhecimento dos estudos técnicos à sociedade. No caso da FIOL, a EPL iniciou, ainda em 2017, o processo de apoio ao desenvolvimento dos estudos técnicos da ferrovia, em elaboração em parceria com O Governo do Estado da Bahia, com vistas a viabilizar o processo de concessão do trecho.

No que tange aos referidos projetos priorizados pelo CPPI, vale destacar os seguintes aspectos:

**a. Ferrovia Norte-Sul EF-151 SP/MG/GO/TO, trecho entre Porto Nacional e Estrela D'Oeste**

Em 2017, as principais atividades desenvolvidas para a Ferrovia Norte-Sul foram o acompanhamento e participação nas Audiências Públicas promovidas pela ANTT, municiando o Governo Federal com contribuições e subsídios técnicos na preparação de sua concessão e também apoiando o processo de análise e preparação de respostas às contribuições encaminhadas.

Para o ano de 2018 está programada a entrega final do Relatório da ANTT e continuidade do processo de licitação da referida ferrovia.

**b. Ferrogrão EF-170 MT/PA, trecho entre Sinop/MT e porto de Miritituba/PA**

Em 2017, foram concluídos os estudos de viabilidade entregues via o Procedimento de Manifestação de Interesse, momento em que a EPL atuou na análise e revisão das entregas realizadas, consolidando o estudo final, o que permitiu a abertura das Audiências Públicas.

Para o ano de 2018, a EPL manterá seu apoio técnico ao processo de análise e preparação de respostas às contribuições coletadas na fase de Audiência Pública, o que permitirá dar continuidade ao seu processo de licitação.

**c. Ferrovia FIOI, EF 334, trecho: Ilhéus/BA – Figueirópolis/TO**

Em 2017, a EPL acompanhou, revisou e indicou diretrizes para desenvolvimento dos estudos, hoje em elaboração pelo Governo do Estado da Bahia.

Em 2018 serão concluídas as análises e revisões dos estudos referentes à Ferrovia EF 334/BA - Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho entre Ilhéus e Caetitê/BA.

Adicionalmente aos projetos ferroviários qualificados pelo CPPI, anteriormente citados, também fazem parte da carteira da EPL os seguintes projetos:

1. Ferroanel Norte Região Metropolitana de São Paulo/SP
2. Ferrovia de Integração Oeste - Leste – FIOI EF 334 BA/TO, trecho: Caetitê/BA – Figueirópolis/TO
3. Estudos de Viabilidade da Ferrovia EF-118 RJ/ES, trecho: Nova Iguaçu/RJ – Vitória/ES.
4. Bioceânica Norte, trecho: Campinorte/GO – Porto de Bayovar/Peru.
5. Bioceânica Sul, trecho, Santos/SP – Santa Cruz de La Sierra/Bolívia – Porto de Ilo/Peru

**Tabela 22 - Carteira de projetos ferroviários – EPL**

Em relação aos projetos constantes da Tabela 22, os trabalhos desenvolvidos ao longo de 2017 corresponderam à assistência técnica para realização de estudos preliminares, análises técnicas, elaboração e estruturação de projetos e estudos ambientais.

No caso específico do Ferroanel Norte de São Paulo, o estudo está sendo elaborado em parceria com a empresa DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A e estruturado e consolidado pela EPL, conforme Termo de Compromisso nº 001/2015. Os estudos técnicos encontram-se no seguinte estágio:

- Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, para obtenção de licença prévia - LP. Estes documentos foram concluídos em 2017 e encaminhados ao órgão de licenciamento estadual. Atualmente, estão em fase final de análise.

- Projetos de Engenharia para implantação do segmento ferroviário em linha dupla, na extensão de 53,7 km. Esse empreendimento tem o objetivo de segregar o transporte de cargas com direção ao Porto de Santos do transporte de passageiros (CPTM), hoje realizados na mesma linha.

Outro importante foco de atuação da empresa no setor ferroviário durante o ano de 2017 diz respeito à análise de potenciais investimentos nas concessões existentes. Essa análise resulta de avaliação dos fluxos de cargas no País, capacidade das vias existentes, avaliação do impacto de projetos *greenfield* na rede ferroviária e acionamento de trechos ferroviários não operacionais. A análise contou com o apoio de simulações realizadas sobre a rede definida pelo Plano Nacional de Logística – PNL e permitiu à empresa entender a dualidade entre causa e consequência dos movimentos ferroviários observados.

Para 2018, a EPL manterá sua atuação no sentido de prover o apoio técnico necessário à preparação dos estudos de viabilidade dos projetos ferroviários anteriormente citados, considerando o rito ordinário de delegação e conforme os estágios em que se encontram, quais sejam: i - preparação dos estudos para Audiência Pública, ii - TCU e iii - Publicação do Edital para Licitação.

A tabela abaixo resume o estágio dos estudos técnicos anteriormente destacados:

FERROVIA	Estados	Extensão	2017	2018
Ferrovias Norte-Sul EF-151 SP/MG/GO/TO, trecho entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP	SP/MG/GO/TO		Analisado	Leilão
Ferrogrão - EF-170 MT/PA, trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA	MT/PA		Analisado	Leilão
Ferrovia de Integração Oeste - Leste – FIOLE EF 334 BA/TO, trecho: Ilhéus/BA – Caetité/BA	BA/TO		Analisado	Leilão
Ferrovia de Integração Oeste - Leste – FIOLE EF 334 BA/TO, trecho: Caetité/BA – Figueirópolis/TO	BA/TO		Em análise	Leilão
Estudos de Viabilidade da Ferrovia EF 118 RJ/ES, trecho: Nova Iguaçu/RJ – Vitória/ES.	RJ/MS		Estudo em análise	Estudo será finalizado
Ferroanel Norte Região Metropolitana de São Paulo/SP	SP		Estudo em análise	Estudo será finalizado
Bioceânica Norte, trecho: Campinorte/GO – Porto de Bayovar/Peru.	Brasil/Peru		Estudo em andamento	Estudo será finalizado
Bioceânica Sul, trecho, Santos/SP – Santa Cruz de La Sierra/Bolívia – Porto de Ilo/Peru	Brasil/Bolívia/Peru		Estudo em andamento	Estudo será finalizado

**Tabela 23 - Estágio dos estudos técnicos - Ferrovias**

### Setor Portuário

A EPL foi instada pela Secretaria-Geral da Presidência da República – Secretaria do Programa de Parceiras de Investimentos – SPPI, por meio do Ofício nº 576/2016/SPP/SEP/PR, de 04 de novembro de 2016, a realizar a atualização de estudos de terminais portuários que foram elaborados em 2013 pela Estruturadora Brasileira de Projetos

– EBP, inaugurando assim o papel da Empresa na efetiva estruturação de projetos para o setor portuário.

O processo de atualização de estudos consiste na revisão das informações e premissas anteriormente adotadas, em especial as seguintes verificações:

- Atualização da situação jurídica e contratual das áreas/instalações a serem licitadas, incorporando o resultado das discussões dos processos das demais áreas já licitadas no Programa de Arrendamentos Portuários – PAP;
- Atualização da situação atual da área, como dimensão da área, layout, tipo de carga, acessos, inventário de bens existentes, operação etc.;
- Atualização das premissas operacionais do estudo, como demanda, preços, custos, investimentos, capacidade, taxa de câmbio, impostos, valor de arrendamento, licenciamento ambiental etc.;
- Incorporação de determinações/contribuições de órgãos intervenientes, tais como Tribunal de Contas da União – TCU, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, ocorridas nas primeiras rodadas de leilões portuários;
- Incorporação de normas/regras supervenientes à elaboração original dos estudos.

Fazem parte da carteira de estudos técnicos no setor de portos:

Terminais com estudos iniciados em 2017, que prosseguirão em 2018:

<b>Terminal</b>	<b>Localização</b>	<b>Vocação do Terminal</b>
VIX 30	Vitória (ES)	Terminal Aquaviário de Combustível - Porto Marítimo

**Tabela 24 - Terminais com estudos iniciados em 2017**

Terminais com estudos iniciados e concluídos em 2017:

<b>Terminal</b>	<b>Localização</b>	<b>Vocação do Terminal</b>
MIR 01	Belém (PA)	Distribuição de GLP - Porto Fluvial
BEL 06	Belém (PA)	Distribuição de GLP - Porto Fluvial
BEL 05	Belém (PA)	Distribuição de GLP - Porto Fluvial
BEL 02A	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
BEL 02B	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
BEL 04	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
BEL 08	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
BEL 09	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
VDC 12	Vila do Conde (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
CDO 01	Cabedelo (PB)	Distribuição de Combustíveis - Porto Marítimo
CDO 02	Cabedelo (PB)	Distribuição de Combustíveis - Porto Marítimo
CDO 03	Cabedelo (PB)	Distribuição de Combustíveis - Porto Marítimo

**Tabela 25 - Terminais com estudos iniciados e concluídos em 2017**

Terminais cujos estudos foram readaptados em 2017, após análise TCU:

Terminal	Localização	Vocação do Terminal
PAR 01	Paranaguá/PR	Terminal de Celulose
PAR 12	Paranaguá/PR	Terminal de Veículos
IQI 18	Itaqui/PA	Terminal de Celulose
MCP 01	Macapá	Terminal de Cavaco de Madeira

**Tabela 26 - Terminais cujos estudos foram readaptados em 2017, após análise TCU**

Para 2018, a EPL manterá sua atuação no sentido de prover todo o apoio técnico necessário à preparação dos estudos de viabilidade de projetos portuários, conforme os estágios em que se encontram dentro do rito ordinário de delegação, quais sejam: i - preparação dos estudos para Audiência Pública, ii - TCU e iii - Publicação do Edital para Licitação.

Além das atualizações de estudos, a atuação da EPL em 2018 para o setor portuário prevê a possibilidade de elaboração de novos estudos de viabilidade que poderão ser ofertados ao mercado.

Dessa forma, além de realizar as revisões e atualizações de estudos para o Governo Federal, a EPL poderá fornecer estudos diretamente às empresas privadas e outros órgãos públicos, em especial às Autoridades Portuárias de Portos Organizados.

### **Modelo de Negócios para utilização das Fibras Ópticas em Concessões**

A partir da 3ª etapa do Programa de Concessões de Rodovias do Governo Federal, instituiu-se que os contratos de concessão passassem a dispor de cláusula específica sobre a obrigatoriedade das concessionárias disponibilizarem fibras ópticas para a EPL ao longo das rodovias. Considerando a oportunidade de desenvolver um modelo de negócios para obtenção de receitas acessórias da EPL, bem como analisar as possibilidades de destinação das fibras ópticas previstas nas referidas cláusulas contratuais de concessão de rodovias, mas também de ferrovias, foi constituído Grupo de Trabalho - GT para estudar e apresentar propostas.

A utilização e exploração dos bens sobre os quais detiver propriedade estão entre as prerrogativas da Empresa, conforme a Lei nº 12.404, de 2011 – Lei de criação da EPL.

No caso específico das fibras ópticas, por se tratar de um ativo diferenciado, embora com alguns modelos de negócios existentes, a estratégia de manter contatos prioritariamente com instituições públicas detentoras de conhecimento do mercado ou interessadas em utilizar tais ativos, foi à opção inicialmente definida pela EPL.

Nesse sentido, foram mantidas tratativas com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Comando do Exército Brasileiro e Telebrás, objetivando formalização de parcerias de interesse mútuo para exploração comercial e/ou uso das fibras ópticas para projetos institucionais, sem que tenha alcançado maturidade para formalização de negócio até o presente momento.

## **Outras Iniciativas de Estruturação de Projetos**

Outra frente de trabalho presente no cotidiano da Empresa se refere ao desenvolvimento de instrumentos, políticas e metodologias para suporte ao Planejamento Inteligente, servindo tais entregas como insumos adicionais de auxílio ao processo de tomada de decisão pelo Governo Federal, alavancando a atratividade de projetos de infraestrutura. Estas iniciativas permearão não apenas o Plano Nacional de Logística – PNL, mas também os projetos de infraestrutura cujo dever de estruturação está a cargo da EPL.

### • Planejamento Inteligente:

O conceito de Planejamento Inteligente remete ao aperfeiçoamento dos instrumentos clássicos de planejamento em transportes. No lugar de apenas uma carteira de projetos, esta abordagem busca agregar inteligência ao processo de planejamento por meio de metodologias que permitam a padronização dos custos referenciais utilizados na elaboração dos projetos, a hierarquização das propostas, a criação de padrões para o processo de transformação de projetos em casos de negócios de sucesso, além de novas abordagens para a implementação de parcerias público-privadas.

Dentre as diversas iniciativas realizadas, cabe destaque especial às seguintes:

- a. Parceria entre EPL e BNDES para realização de estudo no Setor Rodoviário
- b. Metodologia de Priorização de Investimentos – MPI
- c. *Business Case*
- d. Sistema de Custos de Referência Padrão – SCRП
- e. Contratação da Consultoria KPMG/PNUD

### **a. Parceria entre EPL e BNDES para realização de estudo no Setor Rodoviário**

A EPL, por meio de parceria com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES será destinatária de um estudo sobre novas modalidades de concessões e formas de parcerias no setor rodoviário, em elaboração por consórcio liderado pela Consultoria Accenture. O estudo está sendo financiado exclusivamente pelo Fundo de Estruturação de Projetos – FEP, do BNDES, instrumento já utilizado com sucesso para estudos sobre aeroportos (2010) e portos (2012). As propostas decorrentes desse estudo serão analisadas e internalizadas na Administração Federal, sendo possível fonte para novas políticas públicas para o setor rodoviário.

Em 2017, os trabalhos se concentraram na execução da Fase I do referido estudo que, em resumo, se concentrou no desenvolvimento das seguintes atividades principais:

- a) Mapeamento, planejamento de atividades e avaliação do atual Programa de Concessões Rodoviárias Federais;
- b) Estudos de pré-viabilidade e desenvolvimento de propostas de evolução e melhorias; e
- c) Outras modalidades de *funding* voltadas ao setor rodoviário.

Nessa fase do estudo, foi realizado levantamento de todo o arcabouço jurídico-regulatório do setor rodoviário brasileiro, bem como o levantamento das experiências estaduais no setor rodoviário e em outros setores no Brasil e no exterior para possibilitar o

aperfeiçoamento do sistema atual e a formulação de alternativas para a evolução e melhorias de curto, médio e longo prazos do Programa de Concessões de Rodovias Federais. Adicionalmente, foram avaliadas alternativas jurídico-regulatórias, demonstrando vantagens, desvantagens e riscos para cada cenário aventado.

Além do aspecto jurídico-regulatório, também foi realizada análise técnica, econômica e financeira sobre uma malha rodoviária de cerca de 50 mil km, com base em levantamentos e dados já existentes, de modo a permitir uma avaliação mais objetiva sobre a malha a ser priorizada para a Fase II do estudo.

A expectativa para 2018 se resume na continuidade dos trabalhos com o início da Fase II dos estudos. Esta Fase tem o objetivo principal de refinar e detalhar o(s) cenário(s) escolhido(s) ao final da Fase anterior. Para isso, será selecionado um subgrupo representativo da malha estudada na Fase anterior, por meio de método de priorização gerado na Fase I do estudo, para aprofundar os estudos de demanda, engenharia e ambiental, além da modelagem econômico-financeira.

O planejamento da Fase II contempla o detalhamento dos conceitos jurídico-regulatórios desenvolvidos na Fase anterior com o objetivo de elaborar as minutas de todos os documentos jurídicos necessários (leis, decretos, normas, editais, contratos etc.) para a implantação das propostas de evolução do Programa de Concessões de Rodovias Federais, inclusive considerando as outras modalidades e alternativas de subsídios, *funding* e patrocínios às concessões do setor rodoviário já estudado. Deverá ainda ser detalhado um programa de comunicação com a sociedade necessária para garantir a transparência, o nível de informação adequado de todas as partes envolvidas e a mitigação de riscos decorrentes da implantação das propostas.

#### **b. Metodologia de Priorização de Investimentos – MPI**

Diante do atual cenário de restrição orçamentária, e sendo a EPL uma empresa pública destinada ao planejamento no setor de infraestrutura de transportes, iniciou-se em 2017 o desenvolvimento de metodologia de priorização de investimentos com base em método proposto pelo Banco Mundial denominado *Infrastructure Prioritization Framework – IPF*, criando-se assim uma oportunidade de aperfeiçoamento dos resultados do próprio PNL.

O instrumento, intitulado Metodologia de Priorização de Investimentos – MPI consiste em prover análise multicritério para auxílio na determinação de prioridades entre projetos de investimentos, abrangendo indicadores sociais, econômicos e financeiros, além dos riscos envolvidos nos diferentes projetos, basicamente representados pelas vertentes ambientais e de engenharia. A metodologia, em fase de testes, está sendo aplicada em projetos de rodovias e de ferrovias e conta a colaboração de todas as gerências finalísticas da EPL para a determinação dos diversos parâmetros utilizados na análise.

Atualmente, encontra-se em desenvolvimento uma interface tecnológica para o IPF, internamente denominada Plataforma de Priorização de Investimentos – PPI, que facilitará seu uso e permitirá sua divulgação para diversos órgãos interessados. O planejamento para 2018 se resume na continuidade do processo de desenvolvimento da interface tecnológica e do instrumento como um todo, com a ampliação e refinamento de sua capacidade de análise e transformação dos conceitos construídos em ferramenta de *Business Intelligence – BI*.

### c. *Business Case*

A capacidade institucional de planejamento integrado, preparação e estruturação de projetos de infraestrutura logística e de transportes do Brasil foram retomadas por meio da criação da EPL. Dentre as competências institucionais da EPL, definidas nos artigos 3º e 5º de sua lei de criação (Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012), destacam-se o planejamento do sistema de transportes de forma integrada considerando infraestrutura, operação e serviços, assim como a prestação de serviços na área de projetos, estudos e pesquisas. Dessa forma, no exercício de sua função de subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no país, considerando tanto a infraestrutura como os serviços pertinentes, desde sua criação a EPL tem voltado seus esforços para a sistematização e o planejamento de longo prazo.

Esse planejamento, caracterizado principalmente pelo provimento do Plano Nacional de Logística – PNL tem como objetivo propor soluções para os obstáculos logísticos de longo prazo, considerando uma visão integrada do sistema logístico, da segurança nacional, da integridade territorial e da preservação do meio ambiente. Tais soluções precisam ser planejadas de tal forma que todas as possibilidades de projeto sejam avaliadas, inclusive as consequências de não se fazer nada. Os custos, benefícios e riscos devem ser apreciados e as suas escolhas devem ser feitas visando à obtenção dos maiores benefícios possíveis para a sociedade, garantindo que os recursos do contribuinte sejam utilizados da forma mais eficiente possível.

Diante deste cenário, a EPL vem firmando algumas parcerias, com fulcro na absorção de conhecimentos, de modo que sejam assimiladas experiências para aprimorar pesquisas e metodologias voltadas à estruturação de projetos e programas.

Em destaque, aponta-se o desenvolvimento de projeto, em parceria com o Governo do Reino Unido - via *Infrastructure and Projects Authority – IPA*, para transferência de conhecimento sobre o processo de preparação de modelo de *Business Case* para programas e projetos relacionados à infraestrutura. Este instrumento tem por finalidade precípua consolidar os diversos fatores de análise necessários e suficientes ao planejamento da estruturação e preparação de programas e projetos, em qualidade necessária para responder aos anseios da sociedade, bem como pavimentar o caminho para atração de investidores domésticos e internacionais. Essa parceria proporcionou a realização de treinamentos e workshops para a formação de massa crítica e difusão das melhores práticas em metodologias de planejamento, preparação e estruturação de projetos de infraestrutura, momento em que foram apresentados e disseminados os ditames da metodologia denominada 5 Casos de Negócio (*Five Business Case*).

Dentre as diversas produções originadas desta parceria, destaca-se o diagnóstico detalhado a respeito do ciclo de contratação de projetos de infraestrutura adotado no Brasil, no qual se detectou a necessidade de definição de diretrizes e padronização de uma metodologia para modelagem de projetos e monitoramento dos resultados. Apesar de o Brasil possuir diversos manuais que versam sobre a elaboração, estruturação e avaliação de projetos de infraestrutura, não existe um padrão que permita que os projetos sejam desenvolvidos e avaliados sob os mesmos parâmetros. Conclusão semelhante foi apontada pela *Global Infrastructure Hub – GIHUB*, iniciativa do G20, em seu estudo denominado *InfraCompass* - abrangendo 49 países representando cerca de 90% do Produto Mundial Bruto - PMB e quase 75% da população mundial – no qual foi levantada a falta de diretrizes para avaliação de

projetos de infraestrutura no Brasil, resultando em um menor desempenho do país na avaliação comparativa em relação à média dos demais países em desenvolvimento estudados.

A fim de se materializar a criação de uma metodologia padrão para apoio à estruturação de projetos, utilizando-se a própria EPL como canal para disseminação de sua funcionalidade e aplicabilidade, é fundamental a consolidação, aprimoramento e aplicação prática da metodologia, de modo a garantir que a mesma detenha flexibilidade suficiente para ser aplicada aos diversos ramos da infraestrutura. Assim, para 2018, a EPL atuará no sentido de iniciar os trabalhos para desenvolvimento de metodologia capaz de demonstrar o enquadramento, seja de projetos ou de programas, nas vertentes estratégica, comercial, socioeconômica, financeira e gerencial, tal qual preconizado no modelo *5 Business Case*, levando-se em consideração as particularidades legais, regulatórias e institucionais presentes em projetos e programas desenvolvidos no Brasil.

#### **d. Sistema de Custos de Referência Padrão - SCRP**

Tendo em vista o papel da EPL no processo de estruturação de projetos, foi percebida a necessidade de se contar com uma sistemática que auxilie na padronização dos custos das principais obras e serviços, com foco em concessões rodoviárias, facilitando a preparação de estudos de viabilidade. Ademais, tal iniciativa poderá, inclusive, contribuir para discussões realizadas entre ANTT e concessionárias acerca de pleitos de reequilíbrio em curso e futuros. Como resposta a esses desafios, a EPL propôs a criação do Sistema de Custos de Referência Padrão – SCRP.

O SCRP diferencia-se do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, mantido e divulgado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Enquanto o SICRO tem foco em custos unitários e composições de custos, necessários à elaboração dos orçamentos de projetos rodoviários e licitação de obras, o SCRP estará voltado à apuração de custos referenciais sob a perspectiva de obras prontas e serviços executados. Desse modo, o SICRO apresenta-se como um insumo essencial à apuração do SCRP e não como um possível concorrente.

O SCRP focará na apuração de custos referenciais para construção, manutenção e conservação e deverá ser regionalizado segundo as cinco regiões geográficas brasileiras. Na vertente de construção, por exemplo, serão tratados os custos de implantação tanto para rodovias novas como para duplicações e faixas adicionais, considerando pavimentos flexíveis ou rígidos. Também serão levantados os custos referenciais para construção de dispositivos de interseção, retornos, túneis, obras de arte especiais, edificações e instalações operacionais, dentre outros. Além da região geográfica, serão consideradas também as variações nos custos resultantes das diferentes condições geomorfológicas, como o relevo e tipo de solo predominante.

Desse modo, a iniciativa de elaboração do SCRP, programada para ter início em 2018, facilitará o processo de tomada de decisão por meio da utilização de custos paramétricos e possibilitará a elaboração de orçamentos referenciais para novos projetos de concessões rodoviárias. Além disso, permitirá o estabelecimento de metodologia de avaliação técnica e financeira para definição do valor de novas obras que poderão ser incluídas no escopo de contratos de concessão em vigor, com potencial de redução dos riscos de assimetria de

informações, que é danosa à regulação do setor e podendo prejudicar, em última instância, os usuários de rodovias concedidas.

#### **e. Contração de Consultoria KPMG/PNUD**

Contando com a expertise da consultoria da rede global KPMG, foi realizada em 16 de setembro de 2017 assinatura do contrato para o desenvolvimento da metodologia para regular a reversibilidade de bens no âmbito dos contratos para exploração das infraestruturas rodoviária e aeroportuária federal, buscando identificar quais seriam os bens reversíveis das concessões federais, calcular o seu valor e, para os casos em que for necessário estipular o valor das indenizações de ativos não amortizados ou depreciados.

A participação da KPMG para elaboração do estudo é possível graças ao projeto de cooperação técnica internacional da EPL com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Presente em mais de 150 países, a consultoria integra o rol de empresas pré-qualificadas pelas Nações Unidas juntamente com outras empresas internacionais.

### **ESTUDOS E PESQUISAS DE DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO**

#### **Projeto Plano Nacional de Logística (PNL)**

Tendo em vista as mudanças estratégicas ocorridas no âmbito do Governo Federal, desde a criação da SPPI, coube à EPL, além de atuar na estruturação dos projetos prioritários de concessões ferroviárias, portuárias e rodoviárias, elaborar e apresentar à sociedade o Plano Nacional de Logística.

O Plano Nacional de Logística – PNL é um plano dinâmico e abrangente, que contempla a movimentação das cargas que circulam por todo o país, considerando os modos rodoviário, ferroviário, dutoviário e aquaviário – hidrovias e cabotagem, permitindo analisar as projeções de demanda e sua distribuição na rede de infraestrutura disponível e futura. O PNL tem por objetivo apresentar o diagnóstico e as proposições de soluções para subsidiar a elaboração da política do setor, visando à melhoria da eficiência da infraestrutura e logística de transportes no país.

O conhecimento detalhado da infraestrutura existente para cada modo de transporte é condição indispensável, sendo necessário o levantamento de informações sobre as suas principais características e atributos para a realização das análises que permitam atingir os objetivos planejados.

A simulação de transportes utilizou a tradicional modelagem com as quatro etapas de planejamento (geração, distribuição, divisão modal e alocação de viagens) e de projeções de demanda para o período 2015 a 2035, finalizando com a avaliação das diversas alternativas de investimento. Nessa etapa foi finalizado o cenário com horizonte 2025.

Os custos de toda a cadeia logística entre as origens e os destinos dos fluxos de transporte propiciaram a identificação e o planejamento de diversas alternativas, eliminando as dificuldades causadas por gargalos físicos e por ineficiências energéticas e de produtividade nas operações, e conseqüentemente reduzindo o custo de transporte.

A área de abrangência do plano incluiu todo o território nacional, de forma a identificar medidas para melhorar a integração física e econômica das diferentes regiões geográficas, de forma a torná-las mais competitivas.

Adicionalmente, o PNL possui papel fundamental na proposição de estudos de viabilidade, pois permite o balizamento de expectativas quanto ao futuro. Ao sugerir, antecipadamente, um conjunto de soluções com eficácia para melhorar o desempenho logístico, o PNL possibilita a racionalização dos investimentos públicos e privados, garantindo previsibilidade sobre os projetos futuros.

Com o conhecimento sobre o mercado brasileiro, as informações fornecidas pelo PNL permitirão que os agentes privados possam analisar os potenciais investimentos propostos garantindo o menor risco e elevando as chances de sucesso nos certames licitatórios, possibilitando dois efeitos diretos e benéficos ao país: maior concorrência nas licitações de projetos de infraestrutura logística, obtendo menores tarifas ou maiores valores de outorga; e a redução do custo de capital alocado nesses projetos.

Como etapa complementar ao aprimoramento do planejamento de longo prazo, a EPL concluiu no ano de 2017 os trabalhos de campo relativos à pesquisa de custos portuários. Tal pesquisa permitirá a elaboração de ferramenta para o cálculo de custos médios de movimentação por porto e por grupo de mercadorias.

Ademais, merece registro a continuidade da parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA para revisar as projeções das matrizes de origem e destino de cargas e de passageiros, ampliando o horizonte espacial do ano de 2035 para o ano de 2050, além de incorporar os impactos decorrentes das possíveis mudanças climáticas na demanda de cargas.

Para o ano de 2018, as principais atividades previstas a serem desenvolvidas são:

- (i) Realização da consulta pública das propostas contidas no Plano Nacional de Logística, visando incorporar contribuições para o seu aperfeiçoamento.
- (ii) Elaboração da versão final do Relatório Executivo do PNL.
- (iii) Monitoramento dos empreendimentos em execução considerados no PNL e dos propostos como soluções para minimizar os entraves logísticos.
- (iv) Desenvolvimento da ferramenta *bottom-up* de custos portuários.
- (v) Elaboração e publicação do relatório com os resultados da pesquisa no setor portuário.
- (vi) Elaboração e implementação do planejamento do PNL, com proposta de soluções de longo prazo para o ano horizonte 2035.
- (vii) Elaboração de estudos previstos na parceria formalizada com o Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA, com a finalidade de identificar e aprimorar metodologias para quantificar e propor medidas voltadas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e eficiência energética no setor de transportes.

## Licenciamento Ambiental para o Setor de Transportes

Em 2017, a EPL expandiu a atuação da Gerência de Meio Ambiente, a qual, além de conduzir processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos prioritários do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI passou a analisar o componente ambiental dos estudos que estruturam os projetos de infraestrutura logística qualificados pelo PPI.

Além disso, aumentou o rol de modais de transportes sob a sua especialidade, uma vez que passou também a analisar a viabilidade ambiental dos estudos dos terminais portuários que serão concessionados pelo Governo Federal, complementando assim a sua prateleira de soluções, a qual já era composta pelas competências nos modais rodoviário e ferroviário.

Na esfera de planejamento estratégico, iniciou o desenvolvimento da metodologia do Planejamento Ambiental Estratégico, o qual propõe um novo procedimento e articulação entre os intervenientes do processo de licenciamento ambiental do pool de empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento da infraestrutura logística do País, trazendo assim um pensamento inovador e mais adequado às necessidades da eficiência do licenciamento ambiental.

A tabela a seguir apresenta as Licenças Ambientais obtidas pela EPL em 2017, assim com as Licenças obtidas em anos anteriores e que estão em monitoramento:

Rodovia	Segmento	Extensão	Nº da Licença - Data
BR-163/MS	Div. do Mato Grosso do Sul/Paraná, a div. Mato Grosso do Sul/Mato Grosso	847,2	1.083/2015 (10.2015)
BR-060/153/262/DF/GO/MG	Monte Alegre/MG a Pouso Alegre/MG	658,3	1.088/2015 (11.2015)
BR-040/DF/GO/MG	Brasília/DF a Juiz de Fora/MG	941,2	1.121/2017 (04.2017)
BR-153/TO/GO	Km 492,5 ao km 799,2 (TO), e km 0,0 ao km 68,9 (GO)	375,7	553/2017 (09.2017)

**Tabela 27 - Licenças ambientais obtidas pela EPL**

### **Detalhamento das ações realizadas em 2017:**

#### **Rodovias:**

- (i) Análise e protocolo dos Estudos EIA/RIMA das rodovias BR-364/365/GO/MG, BR-153/PR/SC, BR-364/060/MT/GO;
- (ii) Análise dos estudos ambientais das PMIs das rodovias: BR-101/SC, BR-101/386/448/290/RS, BR-364/365/MG/GO, BR-364/060/MT/RO, BR-364/RO;
- (iii) Articulação das audiências/reuniões públicas ambientais das rodovias; BR-101/BA, BR-365/364/GO/MG;
- (iv) Análise dos estudos ambientais da BR-381/262/MG/ES.

#### **Ferrovias:**

- (i) Análise e protocolo do EIA/RIMA – Ferroanel/SP.

#### **Portos:**

- (i) Análise e atualização dos estudos ambientais dos terminais portuários:

- (a) Pará: BEL 05, BEL 06, MIR 01, BEL 02A, BEL 02B, BEL 04, BEL 08, BEL 09, VDC 12;
- (b) Paraíba - Porto de Cabedelo: AE 10, AE 11, AI 01;
- (c) Vitória: VIX 30.

**Perspectiva das ações a serem realizadas em 2018:**

**Rodovias:**

- (i) Análise e protocolo dos Estudos EIA/RIMA das rodovias BR-386/RS, BR-364/MT/RO;
- (ii) Análise e protocolo dos Estudos de Relevância de Cavidades Naturais da BR-040/DF/GO/MG;
- (iii) Análise dos estudos ambientais das PMIs das rodovias: BR-101/SC, BR-364/365/MG/GO, BR-364/RO/MT;
- (iv) Articulação das audiências/reuniões públicas ambientais das rodovias; BR-262/MG, BR-364/060/MT/GO.

**Ferrovias:**

- (i) Análise dos estudos ambientais da FEPASA;
- (ii) Contratação e elaboração dos estudos ambientais da Ferrogrão;
- (iii) Obtenção de Licenças Ambientais do Ferroanel.

**Portos:**

Análise e atualização dos estudos ambientais dos terminais portuários.

**Projeto Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL)**

O Observatório Nacional de Transporte e Logística – ONTL se posiciona como um modelo de inovação inteligente, com a finalidade de reunir dados e informações, de forma regular e sistemática, para subsidiar o planejamento de transportes, produzir e difundir conhecimento para a sociedade e prover informações estratégicas para a governança do setor de transporte e logística, como um ciclo integrado de planejamento compreendido de três níveis indissociáveis: estratégico, tático e operacional.

Em 2017, a partir da base de dados e de indicadores do Sistema Nacional de Informações Logísticas, foram elaborados e disponibilizados para acesso ao público interessado do setor de transporte e logística os seguintes produtos:

- (i) Anuário Estatístico de Transportes 2010 – 2016, em parceria com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA);  
(<http://www.transportes.gov.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/4836-mt-e-epl-lan%C3%A7am-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-transportes-de-2010-a-2016.html>);
- (ii) Diagnóstico Logístico 2010 – 2016;  
([http://www.epl.gov.br/html/objects/\\_downloadblob.php?cod\\_blob=4632](http://www.epl.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=4632));
- (iii) Boletins de Logística:
  - 1º Semestre de 2017;  
([http://www.epl.gov.br/html/objects/\\_downloadblob.php?cod\\_blob=4634](http://www.epl.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=4634))
  - 4º Trimestre de 2016;  
([http://www.epl.gov.br/html/objects/\\_downloadblob.php?cod\\_blob=4270](http://www.epl.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=4270))

- 3º Trimestre de 2016;  
([http://www.epl.gov.br/html/objects/downloadblob.php?cod\\_blob=4202](http://www.epl.gov.br/html/objects/downloadblob.php?cod_blob=4202))
- Portal Geo com aplicações de infraestrutura básica de Transportes;  
(<https://geo.epl.gov.br/portal/home/>).

O principal marco do projeto do ONLT em 2017 foi a celebração de Carta de Acordo no âmbito do Projeto PNUD BRA 13/013 para intercâmbio de conhecimentos e experiências entre a EPL e o Governo Espanhol, por meio da empresa de *Ingeniería y Economía del Transporte – INECO*, tendo em vista seus trabalhos com modelos de inteligência em transporte, mais precisamente a notória experiência no desenvolvimento e na manutenção do Observatório de Transporte e Logística da Espanha.

Em outubro de 2017, foi realizado nas dependências da EPL o Seminário “A experiência Espanhola em Observatório de Transporte e o enfoque definido para o Brasil”, quando se obteve a participação de 120 técnicos da EPL e de órgãos e entidades do setor (ANP, ABCR, CONAB, ANTAQ, ANTT, ANAC, MINISTÉRIO DAS CIDADES, MINISTÈRIO DOS TRANSPORTES, IBGE, IPEA, VALEC, MME, DATAPREV, DNIT, CNI, UNB, DNPM, INFRAERO, SPPI e CGU).

No mês de dezembro de 2017, foram realizados *workshops* entre as equipes técnicas da EPL e especialistas da INECO, para conhecer a experiência espanhola em parcerias e relações institucionais e também de fontes e formatos de dados de sistemas de observatório para aplicar ao projeto do ONTL.

Cumpram também destacar a nova parceria celebrada com a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, colocando o ONTL como provedor de serviços de mapas via internet para aplicações e sistemas daquela Agência, contemplando as camadas de infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias, portos e aeroportos).

Para 2018, além de ações de fortalecimento e de aperfeiçoamento dos produtos já desenvolvidos pelo Observatório, serão executadas demais ações previstas na Carta de Acordo firmada entre EPL, PNUD e INECO, contemplando a concepção de um novo banco de dados e sistema de informações logísticas, a elaboração de indicadores de desempenho para medir a evolução dos sistemas de logística, a construção de um portal de *Internet* para o ONTL e o desenvolvimento de painéis analíticos de dados e informações para disponibilização na Internet.

Considerando o conjunto de ações planejadas para 2018 – ações internas de gestão, articulações institucionais e a cooperação técnica com a INECO, incluindo a entrada em operação de novos produtos do Observatório e o aprimoramento de sua base de dados e indicadores, espera-se que o Observatório torne-se referência em conhecimento de logística e transporte no Brasil.

### **Outras Iniciativas de Estudos e Pesquisas de Desenvolvimento Logístico**

Simultaneamente às ações desenvolvidas em 2017 referentes ao PNL e ao ONTL, anteriormente detalhadas, citam-se as que resultaram em trabalhos finalizados ou previstos para continuidade no ano de 2018:

- (i) Estudos preliminares de pré-viabilidade econômico-financeira utilizados para a proposição e concepção do Programa de Concessão de Rodovias Federais para Manutenção;
- (ii) Estudos de pré-viabilidade econômico-financeira para re-licitação de concessões rodoviárias vigentes:
  - Nova Dutra: BR-116/RJ/SP;
  - CRT: BR-116/RJ;
  - CONCOR: BR-040/RJ/MG.
- (iii) Estudo e Análise da Ligação Ferroviária FICO - FIOL – ILHÉUS – Planta AgriBrasil;
- (iv) Estudo de Simulação e Modelagem de maquete em 3D para a rodovia BRs-153, 364 e 365;
- (v) Estudo de Políticas Tarifárias para Concessão de Rodovias Federais Brasileiras;
- (vi) Análise técnica de custo-benefício de manutenção/ intervenção de rodovias utilizando o software HDM-4;
- (vii) Estudos aplicados de metodologia multicritério da EPL (IPF), para a priorização de projetos de infraestrutura rodoviária, incluindo o desenvolvimento de um sistema de informações com painéis de simulação de investimentos com projetos hierarquizados pelo IPF;
- (viii) Apoio técnico ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no desenvolvimento dos Estudos Técnicos de avaliação do atual Programa de Concessões de Rodovias Federais e proposição de alternativas visando à melhoria, evolução e continuidade do referido Programa;
- (ix) Estudos de Corredores Logísticos em conjunto com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA;
- (x) Estudos Preliminares do Nível de Serviço da Malha Rodoviária Federal, utilizando o software LOS;
- (xi) Análise dos Estudos de Tráfego de projetos de concessão de rodovias federais;
- (xii) Treinamento do software HDM-4 aos técnicos da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Mato Grosso, no âmbito do Acordo de Cooperação EPL – Estado do Mato Grosso.

## **ESTUDOS E PESQUISAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**

### **Ações referentes à Mobilidade Urbana / Transporte de Passageiros**

No ano de 2017, a EPL atuou em diversas tratativas objetivando acordos de cooperação e estudos relevantes para o transporte e logística no País no que concerne ao transporte de passageiros, merecendo menção como resultados alcançados a celebração de acordo de cooperação técnica com a Fundação Dom Cabral - FDC; aquisição do software *Pathfinder do Trimble Quantum Alignment* com o respectivo suporte técnico e a participação no 7º Fórum Mineiro de Gestores de Transporte e Trânsito promovido pela Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP.

A cooperação com a FDC possibilitará à EPL acesso aos trabalhos desenvolvidos por aquela Fundação nas áreas de: mobilidade urbana; clusters logísticos; planejamento industrial

e transporte ferroviário de passageiros, podendo assim, absorver conhecimentos técnicos e aplicá-los diretamente em ações estratégicas e no desenvolvimento de projetos.

A transferência de conhecimento se dará por meio do estudo de caso na Cidade do México, permitindo conhecer metodologia utilizada para otimização da logística de carga em grandes centros urbanos, pelo desenvolvimento de estudo de recomposição da mobilidade urbana na região metropolitana de Belo Horizonte-MG e estudo de caso para melhoria dos acessos ao aeroporto de Confins, com vistas à melhoria dos acessos aos principais aeroportos do País.

Com o apoio da FDC, pretende-se iniciar o desenvolvimento de metodologia com proposição de modelo de negócio visando o reaproveitamento da infraestrutura existente e sua aplicação prática em um projeto piloto de transporte ferroviário de passageiros, além de estudo para implementação/operação de clusters logísticos, dada a potencial influência dos transportes de cargas nos deslocamentos de pessoas nos grandes centros urbanos.

A aquisição do software *Pathfinder do Trimble Quantum Alignment* permitirá a realização pela EPL de estudo de diversas alternativas de traçados, de forma automatizada, para projetos ferroviários e rodoviários, incluindo estudos identificados no PNL. A ferramenta possibilita a EPL um salto de qualidade nas simulações por modelagem, estudos e projetos que vem desenvolvendo, uma vez que a boa utilização da ferramenta possibilita avaliação técnica de quantitativos e custos, além de potenciais impactos socioambientais de forma a melhor subsidiar a tomada decisão.

Com o objetivo de ampliar a formalização de parcerias com outras entidades que tratam do tema mobilidade urbana, a EPL esteve presente no 7º fórum mineiro de gestores de transporte e trânsito e apresentou-se à ANTP e aos municípios mineiros como alternativa para elaboração de estudos e projetos nas diversas áreas de sua competência, com atenção voltada para as metrópoles e grandes aglomerados urbanos do País. Tendo havido, na ocasião, interesse manifesto de gestores da capital mineira e de grandes municípios do estado de Minas Gerais no estabelecimento de tratativas com esta empresa.

Adicionalmente, merecem menção as seguintes iniciativas:

- (i) O desenvolvimento de termos de Referência com vista à parceria com instituição de ensino superior pública contemplando o Transporte Ferroviário de Alto Desempenho para Passageiros (TFAD);
- (ii) A preparação de acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre a EPL e o Ministério das Cidades, visando o apoio recíproco em ações, projetos e estudos para subsidiar o planejamento da mobilidade urbana.  
Para o ano de 2018, pretende-se realizar:
  - (i) Contratação de Estudos e Projetos de Viabilidade Técnico-Econômica de Trem de Passageiros;
  - (ii) O desenvolvimento de metodologia para a elaboração de estudos de avaliação de externalidades da implantação de serviços de transporte ferroviário de passageiros para subsidiar a elaboração do Plano Diretor Nacional (PDN);

- (iii) Formalização de cooperação técnica com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) na identificação dos corredores logísticos estratégicos de passageiros.

## **4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

### **4.1 Descrição das Estruturas de Governança**

A governança no setor público abrange as esferas de liderança, estratégia e controle alinhadas com a finalidade de avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão da instituição. A partir desse entendimento, a estrutura de governança corporativa da EPL inclui:

- (i) Assembleia Geral;
- (ii) Conselho de Administração (CONSAD);
- (iii) Conselho Fiscal (CONFIS);
- (iv) Diretoria Executiva (DIREX), composta pela Presidência (PRE), Diretoria de Planejamento (DPL) e Diretoria de Gestão (DGE);
- (v) Auditoria Interna (AUDINT);
- (vi) Comitê de Auditoria;
- (vii) Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos;
- (viii) Comitê de Elegibilidade; e
- (ix) Comissão de Ética.

O Estatuto Social da EPL, respaldado por sua Assembleia Geral, descreve que a administração da Empresa é exercida pelo CONSAD e pela DIREX. As competências, forma de atuação e atribuições do CONSAD, CONFIS, DIREX e AUDINT, Comitê de Auditoria e Comitê de Elegibilidade estão estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da EPL, disponíveis no sítio eletrônico da EPL, por meio do seguinte link: <http://www.epl.gov.br/institucional>.

Abaixo, estão relacionadas às competências e forma de atuação das demais estruturas de governança.

#### **Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos**

O Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos foi aprovado por meio da Resolução EPL nº001 de 04 de janeiro de 2018 e tem o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito da Empresa.

Entre as competências do Comitê estão: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos, promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos, garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público, emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê, entre outras.

### **Comissão de Ética da EPL - CEEPL**

A Comissão de Ética da Empresa de Planejamento e Logística S.A. foi criada pela Resolução EPL n° 01, de 31 de março de 2015, que adota o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e cria a Comissão de Ética da EPL.

O compromisso da Instituição com a Ética Pública visa, essencialmente, o aperfeiçoamento do servidor público, orientando como comportar-se em sua vida pública e particular, e realçar a dignidade e a respeitabilidade da prestação do serviço público, engrandecendo-o.

No ano de 2017, os trabalhos desenvolvidos foram alocados em cinco processos relacionados a seguir:

- i. **Gestão da Ética:** atividades que envolvem o compromisso institucional, a elaboração do Plano de Trabalho, a disseminação do regramento da ética, a infraestrutura e condições de trabalho da CEEPL, aconselhamento e salvaguardas;
  - ii. **Educação Ética:** atividades que envolvem a capacitação e treinamento tanto dos profissionais da EPL quanto dos integrantes da própria CEEPL, por meio de paletas, seminários e cursos;
  - iii. **Comunicação:** atividades que abarcam desde a elaboração do Plano de Comunicação Básico à sua implementação, por meio de divulgação do Código de Ética e Conduta da CEEPL, informativos, atualização dos portais da Intranet e Internet, entre outros;
  - iv. **Monitoramento e Apurações:** atividades que envolvem consultas e denúncias recebidas pela CEEPL, além das associadas à verificação do grau de conhecimento do tema por parte dos profissionais da EPL, acesso ao sítio eletrônico e consubstancialmente das atividades planejadas e executadas por meio de relatório anual; e
- Avaliação da Gestão: atividades que residem na apuração de indicadores de desempenho.

#### **4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais**

A Lei das Estatais de nº 13.303, de 30 de junho de 2016, definiu novas diretrizes para o estatuto jurídico das empresas estatais (empresas públicas ou de economia mista) e suas subsidiárias, aumentando o patamar de exigência nos quesitos de transparência e segurança na gestão dessas empresas.

Para adequação e cumprimento de regras de *compliance*, o Estatuto Social da Empresa foi reformulado e aprovado em outubro de 2017 observando regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, assim como, composição da administração conforme as exigências constantes nessa Lei.

Com base nas premissas de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, a EPL desempenhou suas atividades com maior eficiência na gestão, alinhando seus interesses estratégicos e valorizando sua imagem, através de ações de integridade, ética e conduta.

As entregas realizadas no decorrer do ano apresentaram resultados significativos, como geração de renda e aumento da empregabilidade. Houve um aumento significativo em licitações de portos, assim como projeções viáveis no setor de ferroviário e rodoviário que geraram competitividade e sustentabilidade para o país.

Os princípios de governança foram respeitados e seus mecanismos seguem gradativamente em evolução na EPL. No decorrer do 1º semestre de 2017, ações como revisão do mapa estratégico e constituição de indicadores para mensuração dos objetivos estratégicos da Empresa serviram de subsídio para definir a relação da organização tanto com o ambiente interno como o externo. A análise dessas relações através do *Balanced Scorecard* (BSC) auxiliou a Empresa na identificação de possíveis oportunidades e ameaças, possibilitando assim, novas projeções, diagnósticos e melhorias.

Como norteador da organização, o planejamento estratégico desenvolvido foi fundamental para o processo gerencial e desencadeou atividades subsequentes. Os esforços foram medidos e ações de controles internos foram intensificadas através da publicação de normativos internos, políticas institucionais e atos administrativos que geraram organização das atividades e comunicação entre as unidades organizacionais.

#### **4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados**

O CONSAD é composto de 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, sendo:

- a) 01 (um) representante indicado pelo Secretário Especial da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- b) 01 (um) representante indicado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
- c) 01 (um) representante indicado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- d) 01 (um) representante indicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- e) o Diretor - Presidente da EPL; e
- f) 01 (um) representante dos empregados da EPL, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e respectiva regulamentação.

Conforme definido no parágrafo 4º do Art. 20 do Estatuto Social, enquanto a EPL não contar com o mínimo de 200 (duzentos) empregados próprios, a vaga do representante dos empregados da EPL deverá ser preenchida por membro indicado pelo Secretário Especial da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O CONFIS, como órgão permanente de fiscalização, compõe-se de 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas com o prazo de atuação de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas, sendo:

- a) 02 (dois) membros indicados pelo Secretário Especial da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, da Secretaria-Geral da Presidência da República; e
- b) 01 (um) membro indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

Os indicados ao CONSAD e CONFIS devem atender aos requisitos previstos no Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, e na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

A Diretoria Executiva da EPL é constituída pelo Diretor-Presidente, Diretor de Gestão e Diretor de Planejamento.

As competências dos colegiados e dos dirigentes estão referenciadas no item 4.1 - Descrição das Estruturas de Governança - deste Relatório.

#### **4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

Abaixo, está descrita, de forma sucinta a estrutura e o funcionamento da unidade de Auditoria Interna da EPL.

- (i) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

A atuação e competências da Auditoria Interna da EPL estão consignadas no Estatuto Social da Empresa, nos artigos 90 a 93, que pode ser verificado na página eletrônica da EPL (link <http://www.epl.gov.br/estatuto-social> ).

As atividades de Auditoria Interna, seu relacionamento com as demais unidades da estrutura organizacional da Empresa, os normativos que regem a atividade, atribuições e escopo do trabalho, bem como sua autonomia e competências necessárias, foram disciplinadas mediante a Resolução nº 1, de 21.11.2014, emitida pelo Diretor-Presidente da EPL, em consonância com a deliberação do Conselho de Administração da Empresa na 26ª Reunião Ordinária de 03.11.2014, conforme pode ser verificado no site da EPL (<http://www.epl.gov.br/auditoria-interna1>).

- (ii) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da Auditoria Interna no Setor Público), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC.

A independência da unidade de Auditoria Interna está caracterizada pela sua vinculação hierárquica, prevista no art. 90 do Estatuto Social da Empresa e art. 26 do Regimento Interno vigente e, ainda, especialmente pelo disposto no Manual de Auditoria Interna, item 2.3 – Vinculação Hierárquica:

*“2.3 Vinculação Hierárquica:*

*A Unidade de Auditoria Interna, hierarquicamente, deve estar subordinada ao Conselho de Administração, e administrativamente a Presidência. Tal vinculação tem por objetivo propiciar a Audint um posicionamento suficientemente elevado de modo a conferir-lhe independência organizacional e*

*permitir-lhe com a devida abrangência desincumbir-se de suas responsabilidades, de acordo com o § 3º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.”*

- (iii) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.

A estratégia de atuação da Auditoria Interna em relação à Empresa está caracterizada especialmente pelas atividades preventivas, de assessoramento e consultoria à gestão, com trabalhos voltados ao aprimoramento da governança e de mitigação de riscos, de acordo com as disposições estatutárias e regimentais e também como preconiza o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

- (iv) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC).

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração, nos termos do art. 90 do Estatuto social da Empresa, sendo o titular designado e destituído pelo Conselho de Administração, por proposta do Diretor Presidente, mediante aprovação da Controladoria-Geral da União, em consonância aos ditames do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000 e Portaria CGU nº 2.737, de 20/12/2017.

Para cumprimento de suas atividades, no exercício de 2017, a Auditoria Interna possuía em sua estrutura 1 (um) Auditor Interno Chefe (cedido da CGU) e 3 (três) Auditores. A equipe é era composta por profissionais com formação acadêmica multidisciplinar em Ciências Contábeis, Engenharia.

- (v) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

No início dos trabalhos de auditoria é realizada uma reunião prévia com a gerência auditada e respectiva diretoria, no intuito de cientificar o gestor sobre o escopo, os objetivos que devem ser atingidos e como serão realizados para o seu alcance.

No término dos trabalhos é realizada com a gerência auditada reunião de busca e soluções sobre os achados de auditoria e posteriormente emitido o Relatório de Auditoria, ou Nota de Auditoria, conforme o caso, sendo tal documento encaminhado à Diretoria da Empresa, para conhecimento e acompanhamento das recomendações, para as ações de gestão necessárias. Estes documentos também são encaminhados ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração para conhecimento.

A partir do encaminhamento dos documentos (relatórios ou notas de auditoria) às áreas e à alta administração da Empresa, a própria auditoria interna monitora o adimplemento das recomendações e cientifica os gestores sobre o eventual não atendimento.

- (vi) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

As recomendações consideradas de alto risco são destacadas e dadas ênfases no acompanhamento de implementação pelos gestores e apresentadas em reunião do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

- (vii) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Não houve adequações na estrutura organizacional da Auditoria Interna no exercício de 2017.

### **4.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos**

A Diretoria Executiva da EPL aprovou em sua 17ª Reunião Ordinária o normativo interno sobre procedimento de apuração de Irregularidades ou de Extravio ou Dano de bens Públicos. Este normativo tem a finalidade de regulamentar os procedimentos de análise e investigação de fato irregular ou de extravio ou dano de bens públicos, com indício de participação de agente, do qual resulte ou não em prejuízo à Empresa.

Durante o ano de 2017, foram tomadas algumas medidas relacionadas às atividades de correição, destacando-se:

- a) Constituição de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio da Portaria nº 06, de 11/05/2017, conduzido diretamente pela Ciset/PR, com vistas a apurar os fatos relacionados ao processo nº. 00190.502611/2015-92, referente à irregularidades no processo de Inexigibilidade nº 4/2012 desta EPL, tendo em vista os agentes envolvidos e os prejuízos apontados;

Encaminhamento à Ciset da Presidência da República, por meio do Ofício nº 530/2017/PRE/EPL, de cópia digital do processo nº 50840.000654/2015-12 para avaliação quanto à oportunidade e conveniência da abertura de processo administrativo disciplinar, considerando que a Comissão de Sindicância Investigativa constituída para apurar os fatos apontados no processo administrativo nº 50840.000654/2015-12, apurou que há entre os possíveis responsáveis pela prática de atos irregulares, servidores público da ativa vinculados a outros Ministérios.

Abaixo, segue Relação de Sindicância constituída e/ou concluída no ano de 2017.

PORTARIA Nº / DATA	OBJETO	DATA DA CONCLUSÃO
Portaria nº 68, de 10/05/2017	Comissão de Sindicância Investigativa com o objetivo de complementar os trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo Administrativo nº 50840.000435/2015-25.	- Foi encaminhado à CISET o Ofício nº 134/2018, de 18/04/2018, para análise de admissibilidade e avaliação quanto à oportunidade e conveniência da abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ou adoção de medida diversa.
Portaria nº 325, de 31/10/2016	Comissão de Sindicância Investigativa com o objetivo de apurar os fatos apontados no Processo nº 50840.000377/2016-11.	- Concluída. Despacho nº 005/2018-PRE/EPL, de 3/1/2018.
Portaria nº 294, de 03/08/2016	Comissão de Sindicância Investigativa com o objeto de apurar os fatos apontados no Processo Administrativo nº 50840.000241/2016-19.	- Concluída. Despacho nº 168/2017 – PRE, de 25/04/2017.
Portaria nº 293, de 03/08/2016	Comissão de Sindicância Investigativa com o objeto de apurar os fatos apontados no Processo Administrativo nº 50840.000654/2015-12.	- Concluída. Despacho nº 395/2017/PRE/EPL. - Encaminhamento dos autos à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – CISET/PR, para avaliação quanto à oportunidade e conveniência da abertura de processo administrativo disciplinar diretamente por aquele órgão Setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e determinação de instauração de Tomada de Contas Especial, observado o inciso I, do art. 6º, da IN/TCU nº 71/2012, cuja autuação se dará nos termos de ato específico, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, com posterior endereçamento ao Tribunal de Contas da União.
Portaria nº 115, de 02/06/2016	Comissão de Sindicância Investigativa com o objetivo de apurar os fatos apontados na versão inicial da Nota de Alerta nº 001/2014 – Audint/EPL – Processo Administrativo nº 50840.000369/2016-74	- Concluída. Despacho nº 137/2017 – PRE, de 30/03/2017. - Arquivamento do procedimento investigativo pela extinção da punibilidade da penalidade de advertência.
Portaria nº 137, de 26/10/2015	Comissão de Sindicância Investigativa com o objetivo de apurar o extravio de 7 notebooks, conforme relato constante do Processo Administrativo nº 50840.000435/2015-25	- Concluída. Despacho nº 183/2017 – PRE, de 10/05/2017. - Foi tomado sem efeito a Portaria nº 291, de 03/08/2016, que deflagrou o procedimento disciplinar, e proferiu novo julgamento, que foi convertido em diligência, para a complementação da investigação, na modalidade de sindicância investigativa. - Instaurada nova comissão investigativa, por meio da Portaria nº 68, de 10/05/2017.

**Figura 2 - Relação de Sindicâncias – Constituída e/ou Concluída em 2017**

#### 4.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

No intuito de evitar fraudes e possíveis adversidades, métodos e procedimentos foram implementados na Empresa, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação das suas atividades e promover a eficiência operacional.

A Auditoria Interna, como unidade competente, dedica atenção sobre a aderência das ações da organização às políticas definidas pela alta direção e avalia o nível de segurança dos controles internos existentes na Empresa. Quando identificada alguma divergência, formula recomendações para implementação de mecanismos internos de prevenção.

Dentre as ações de controle interno, em 2017 foram publicados normativos internos que abordaram temas convenientes à administração pública como Ressarcimento de Dirigentes; Nomeação, Movimentação e Exoneração de Commissionados; Procedimento de Apuração de Irregularidades ou de Extravio ou Dano de Bens Públicos; Ressarcimento de Valores por Profissionais; e o Monitoramento de Marcos. Foram também mapeados processos de gestão de pessoas.

Como instrumento de planejamento e de gestão que visa guiar e acompanhar a atuação logística e tecnológica da Empresa foi definido a Política de Desenvolvimento Tecnológico 2017-2018, a Política de Segurança da Informação e a retomada das atividades do Comitê de Segurança da Informação.

A fim de proteger e conduzir as ações financeiras da EPL, seguindo um conjunto de boas práticas de transparência conforme princípios contábeis aplicáveis e normas internacionais de contabilidade, em 2017 contratou-se empresa especializada para verificação das demonstrações financeiras e empresa especializada em teste de recuperabilidade a qual reavalia o valor patrimonial dos ativos da EPL.

Por fim, a Diretoria Executiva da EPL e o Conselho de Administração, em dezembro de 2017, aprovaram a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da EPL, que abrange os conceitos básicos, princípios, metodologias e diretrizes ligadas a este tema.

A sequência de implementação da gestão de riscos ocorrerá ao longo de 2018, priorizando os processos organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico, em paralelo aos processos projetizados dentro da EPL, tendo como próximo marco a definição de seu primeiro mapa de riscos.

#### **4.5 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados**

A Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal segue orientações emanadas das seguintes bases normativas:

- (i) Lei nº 6.404/1976;
- (ii) Lei 13.303/2016;
- (iii) Decreto nº 89.309/1984;
- (iv) Decreto nº 3.735/01;
- (v) Resolução CGPAR nº 12;
- (vii) Atas das Assembleias Gerais de Acionistas; e
- (viii) Estatuto Social da EPL;

Em resumo, o art. 152 da Lei nº 6.404/76 dispõe que a remuneração dos administradores é de competência da Assembleia Geral de Acionistas que, por sua vez, decidirá após manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que tem a competência de definir os respectivos valores. Assim, não há interferência da UPC na política remuneratória, sendo a mesma definida e disciplinada nas legislações mencionadas.

O objetivo da prática de remuneração com valores fixados pela SEST é a seleção de profissionais atuantes no mercado que sejam capazes de assumir responsabilidades inerentes ao desempenho do cargo e tenham competência e reputação profissional adequado.

A composição da remuneração dos administradores apresenta os seguintes elementos:

- a) Honorário pago em rubrica específica no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), na denominação 00293, equivalente a aproximadamente 66,7% da remuneração total;
- b) Gratificação Natalina, equivalente ao valor de um honorário mensal, paga uma vez ao ano, fundamentada pelo Acórdão 374/2018 do Tribunal de Contas da União, que deu nova redação ao subitem 9.2 e 9.2.1 do Acórdão AC – 2600-40/16 (Processo 029.389/2014-3), diretriz anterior que vedava o pagamento deste honorário.
- c) Gratificação de Férias, equivalente a 1/3 do valor de um honorário mensal, uma vez ao ano, em rubrica genérica (00220), equivalente a aproximadamente 1,8% da remuneração total; e
- d) Auxílio Alimentação, valor mensal de R\$ 429,00, equivalente a aproximadamente 1% da remuneração total.

A composição da remuneração dos conselheiros é definida em 10% (dez por cento) da remuneração de administrador na ordem de 12/12 avos. No caso da EPL, assim como a remuneração dos administradores, a remuneração dos conselheiros também é composta por

rubrica única (00169), que equivale à totalidade do valor devido aos ocupantes dos respectivos cargos; e representa aproximadamente 25% da remuneração total.

Salientamos que o período de remuneração dos administradores e conselheiros não segue o exercício corrente e sim determinado período financeiro, compreendido entre os meses de abril de um ano até o mês de março do ano seguinte. Desta forma para a composição das remunerações constantes dos demonstrativos deste capítulo consideramos parte de dois exercícios financeiros, que somados compõem a remuneração do exercício corrente.

O índice de reajuste é definido pela SEST. O período de atualização compreende abril a março do exercício seguinte. Nos últimos quatro exercícios, 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018, as verbas remuneratórias não sofreram correções, atendendo assim as recomendações do Ministério do Planejamento.

Com relação a indicadores de desempenho, informa-se que, atualmente, não existem indicadores definidos pela Assembleia que influenciam na remuneração de diretores e conselheiros.

No que se refere ao alinhamento da prática de remuneração com os interesses da unidade jurisdicionada, ressaltamos que a SEST estabelece os valores adequados às práticas de mercado de forma a permitir a seleção de profissionais que atendam às necessidades curriculares da empresa.

Na estrutura da empresa não existem subsidiárias, controladas ou controladoras, portanto não há remuneração desta natureza. Além disso, não existem outras remunerações além daquelas aprovadas pela AGO, após manifestação da SEST, bem como ainda não foi instituído plano de remuneração dos membros da diretoria e do conselho de administração.

Por fim, em relação à remuneração variável, diante das características de constituição da EPL, não se aplica, para o momento, o conceito de remuneração variável, motivo pelo qual a remuneração aplicada aos cargos de dirigentes e conselheiros da EPL refere-se somente ao valor relativo ao desempenho da função definido anualmente em função de instrumentos normativos, portarias e/ou decretos das autoridades competentes (SEST, Ministério Supervisor) que tratam do assunto especificamente.

Valores em R\$ 1,00

<b>Conselho de Administração</b>				
<b>Nome do Conselheiro</b>	<b>Período de Exercício</b>		<b>Remuneração (R\$)</b>	
	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>Média mensal</b>	<b>Total no exercício</b>
Batista, DAD	-	-	2.988,42	35.861,01
Neto, AO	-	Junho/17	3.049,40	18.296,43
Filho, JCM	-	-	2.988,42	35.861,01
Pinto, HAC	-	-	2.988,42	35.861,01
Lima, GAF	Agosto/17	-	2.946,95	14.734,73
Pontes, LCR	-	Julho/17	3.031,98	21.223,86
Fortner, CR	Julho/17	-	2.520,84	15.125,05
Leal, BWPS	Julho/17	-	2.520,84	15.125,05

Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Cheng, HY	-	Julho/17	3.031,98	21.223,86
Silva, MAB	-	Abril/17	3.110,39	12.441,57
Silva, MAB	Agosto/17	-	2.478,55	12.392,78
Hagge, VAA	Abril/17	Abril/17	2.927,43	2.927,43
Hagge, VAA	Agosto/17	-	2.478,55	12.392,78
Abreu, MR	Agosto/17	-	2.927,43	14.637,15
Santos, HF dos	Agosto/17	Agosto/17	2.927,43	2.927,43

Tabela 28 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
<b>Órgão: Diretoria Estatutária</b>		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2017	2016
<b>Número de membros: 3 titulares</b>		
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>1.098.591,63</b>	<b>898.369,88</b>
<i>a) salário ou pró-labore</i>	1.083.147,63	886.717,28
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	15.444,00	11.652,60
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros</i>		
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	<b>1.098.591,63</b>	<b>898.369,88</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>		
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>		
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>		
Identificação do Órgão		
<b>Órgão: Conselho de Administração</b>		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2017	2016
<b>Número de membros: 6 titulares</b>		
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>192.088,15</b>	<b>201.748,60</b>
<i>a) salário ou pró-labore</i>	192.088,15	201.748,60
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>		
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		

<i>d) outros</i>		
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	<b>192.088,15</b>	<b>201.748,60</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>		
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>		
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>		
<b>Identificação do Órgão</b>		
<b>Órgão: Conselho Fiscal</b>		
<b>Remuneração dos Membros</b>	<b>EXERCÍCIO</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes</b>		
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>78.943,00</b>	<b>118.072,94</b>
<i>a) salário ou pró-labore</i>	78.943,00	118.072,94
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>		
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros</i>		
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	<b>78.943,00</b>	<b>118.072,94</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>		
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>		
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>		

Tabela 29 - Síntese da Remuneração dos Administradores

#### 4.6 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: Diante das características de constituição da EPL, não se aplica, para o momento, o conceito de remuneração variável, motivo pelo qual a remuneração aplicada aos cargos de dirigentes e conselheiros da EPL refere-se somente ao valor relativo ao desempenho da função definido anualmente em função de instrumentos normativos, portarias e/ou decretos das autoridades competentes (SEST/MP, Ministério Supervisor) que tratam do assunto especificamente.

#### **4.7 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada**

A EPL é uma empresa pública de direito privado de capital societário, e por força da Lei nº 6.404/76, faz-se necessária a publicação das demonstrações financeiras dentro da qual o Relatório da Auditoria Independente especializada é parte integrante. Assevera-se que é de responsabilidade do auditor independente analisar e emitir relatório acerca das demonstrações contábeis da instituição em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Os aludidos serviços foram prestados pela empresa de auditoria Aguiar Feres Auditores Independentes S/S-EPP e contratada pela modalidade Pregão, oportunidade que originou o Contrato Administrativo nº 04/2017, que tem por objeto a prestação de serviços de auditoria independente nas demonstrações contábeis trimestrais, com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e a Lei nº 6.404/76, com vigência contratual de 09/06/2017 a 08/06/2018, no valor de R\$ 17.999,99 (dezessete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

## 5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 5.1 Gestão de Pessoas

A força de trabalho da EPL é composta por cargos comissionados de livre provimento, autorizados pela SEST, por meio da Portaria nº 16, de 2016, e tem como objetivo viabilizar o funcionamento da EPL no período inicial de sua instalação, até a realização de seu concurso público.

A Empresa está submetida a regime de pessoal previsto na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e, pelo fato de ser Empresa Pública, a formação de seu quadro de pessoal próprio, se dará mediante a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

A força de trabalho está distribuída da seguinte forma: 33 profissionais alocados na Presidência da Empresa (contemplando os profissionais da Auditoria), 60 profissionais estão alocados na Diretoria de planejamento – área finalística da Empresa e 48 profissionais na Diretoria de Gestão.

No que se refere à força de trabalho específica de cada uma das Unidades Organizacionais, registramos que o perfil profissional dos empregados subordinados às Gerências foi definido levando-se em consideração as competências regimentais de cada uma delas.

Para tanto, foram feitas entrevistas para seleção de profissionais a fim de identificar aqueles que mais se adequavam ao perfil necessário, tanto em termos de conhecimento técnico-específico como experiência na área de atuação, comprovados mediante apresentação de currículo e desempenho durante a entrevista.

Do total de 141 profissionais atuantes na EPL em 2017, 3,55% possuem Doutorado, 13,48% possuem Mestrado, 42,55% possuem Especialização (MBA e pós-graduação), 32,62% possuem graduação superior e 7,80% ensino médio completo.

No que se refere à capacitação e treinamento, a EPL fortaleceu seu plano de capacitação anual, com a finalidade de, por meio de ações de capacitação, integrar as competências de seus profissionais à consecução das estratégias e propósitos da Empresa.

Como a empresa não tem quadro efetivo, somente cargos comissionados de livre provimento, não foram adotadas políticas de retenção de empregados.

A Unidade Jurisdicionada, quando do início do processo de nomeação ou apresentação de servidor/empregado requisitado pela EPL, tem como procedimento apresentar uma relação de documentos a serem preenchidos com informações pessoais necessárias para a nomeação, sem os quais não será efetuada. Os documentos e respectivos formulários irão compor o assentamento funcional do comissionado, de onde também constarão todas as ocorrências e situações que o acompanharão durante sua estada na EPL.

As formas de controle para a verificação da acumulação indevida é o preenchimento da “Declaração de Acumulação de Cargo e Emprego” no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, bem como a utilização do SIAPE, que identifica as vinculações dos cargos.

Em virtude de a EPL ser dependente 100% (cem por cento) dos recursos da União para efetuar o pagamento dos seus comissionados, utiliza o sistema SIAPE, o qual possui

regra interna para leitura de vínculos empregatícios, permitindo verificar a existência de acumulação de cargos e o devido impedimento de inclusão.

Em se tratando de servidor/empregado requisitado pela EPL, cujo órgão de origem não efetue o pagamento via SIAPE, é solicitado o preenchimento de formulário “Dados de Ingresso no Órgão de Origem”, contendo os dados do órgão de origem, data de ingresso, cargo/emprego efetivo, nível de escolaridade, jornada de trabalho, nível de atuação, entre outros, bem como requerido o último contracheque para fins de inclusão de remuneração extra - SIAPE, cálculo do abate-teto (se for o caso) e também o desconto da Previdência Social.

### 5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não se aplica	32	6	2
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	143	109	13	18
<b>Total de Servidores</b>	<b>143</b>	<b>141</b>	<b>19</b>	<b>20</b>

Fonte: SIAPE – Gerencial de cargos - dez/2017; Ofício nº 24001/2016-MP e Portaria SEST nº 16/2016.

Tabela 30 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira</b>	Não se aplica	Não se aplica
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	22
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	Não se aplica	Não se aplica
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	71	38
<b>4. Total de Servidores</b>	<b>81</b>	<b>60</b>

Tabela 31 - Distribuição da Lotação Efetiva

Fonte: GEPES

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>				
Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não se aplica	32	6	2
Sem Vínculo	143	109	13	18
Aposentados	Não se aplica	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	Não se aplica	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função</b>	<b>143</b>	<b>141</b>	<b>19</b>	<b>20</b>

Fonte: GEPES

Tabela 32 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

(i) **Análise Crítica**

A EPL mantém suas atividades com pessoal ocupante de cargo comissionado de livre provimento, conforme detalham os quadros acima, em quantidade aprovada pela SEST, não havendo questões relevantes que mereçam ser destacadas, como afastamentos por motivo de saúde ou aposentadorias. No quantitativo de profissionais egressos no exercício está sendo computado 1 (um) profissional falecido, que não foi substituído.

**5.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>										
Exercícios	017	0	16.228.787,45	1.674.062,88	355.901,26	1.312.862,23	307.265,58		0	19.878.879,40
	016	0	15.829.548,74	1.424.707,30	0	0	1.072.855,33		0	18.327.111,37
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>										
Exercícios	017	0	2.806.015,38	223.801,66	106.659,71	0	0		0	3.136.476,75
	016	0	1.958.510,64	186.254,17	0	0	0		0	2.144.764,81
<b>Fonte: Sistema SIAPE – Planilha de Provisionamento</b>										
Obs.: Impossibilidade de separação dos valores de ressarcimento auxílio saúde por ser uma única rubrica no SIAPE.										

**Tabela 33 - Despesas de Pessoal**

**5.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal**

A área de Gestão de Pessoas vem atuando no mapeamento de seus processos e no levantamento de riscos. Partimos do pressuposto de que a GEPES – Gerência de Pessoas é uma área estratégica, pois o desempenho da organização está diretamente relacionado com a capacitação, motivação e o bem-estar de seus trabalhadores. Sob essa perspectiva, cabe à área contribuir com a criação de um ambiente propício à participação e ao desenvolvimento das equipes, possibilitando alinhar o potencial das pessoas que compõem a força de trabalho às estratégias organizacionais.

Portanto, o mapeamento de processos das atividades desempenhadas pela Gerência foi realizado, contemplando os processos de movimentação de profissionais, folha de pagamento, concessão de férias, licenças e benefícios, planejamento de capacitações, entre outros. A criação de procedimentos por meio do mapeamento é essencial para padronizar as atividades e mitigar os riscos de falhas técnicas. Esse material serviu de insumo para elaboração de Normas Internas referentes à gestão de pessoas, que normatizam dentro da empresa os procedimentos de pessoal.

Em 2017, com a implementação da Reunião de Avaliação Estratégica (RAE), na Diretoria de Gestão o monitoramento dos riscos foi efetivo e, ainda, por meio de indicadores gerenciais visando o cumprimento das atribuições da unidade, foram definidos 4 indicadores a partir das entregas de valor para a organização:

- **Indicador 1: Resultado da Pesquisa de Clima e Cultura Organizacional**  
Responsável: GEPES  
Objetivo: Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos profissionais da empresa  
Implementado: 2017  
Fórmula de cálculo:  $\frac{\text{Número de categorias favoráveis na pesquisa}}{\text{total de categorias consideradas na pesquisa}} * 100$   
Polaridade: Quanto maior, melhor  
Fonte de dados: Tabulação da pesquisa  
Responsável pela coleta: GEPES  
Unidade de medida: Percentual  
Periodicidade: Anual
- **Indicador 2: Grau de Adequação do perfil de profissionais com as atividades desempenhadas**  
Responsável: GEPES  
Objetivo da mensuração: Mensurar a conformidade dos perfis profissionais e atividades previstas para os cargos com a formação acadêmica.  
Implementado: 2017  
Fórmula de cálculo:  $\frac{\text{Quantidade de perfis com formação adequada com suas responsabilidades}}{\text{total de pessoas na organização}}$   
Polaridade: Quanto maior, melhor  
Fonte de dados: SIAPE e TRON  
Responsável pela coleta: GEPES  
Unidade de medida: Percentual  
Periodicidade: Trimestral
- **Indicador 3: Quantidade de Horas de Capacitação por Profissional**  
Responsável: GEPES  
Objetivo da mensuração: Mensurar a quantidade de horas efetivas de ações de capacitação na empresa.  
Implementado: 2017  
Fórmula de cálculo:  $\frac{\text{Número de horas de capacitação efetivadas}}{\text{número de colaboradores da EPL}}$   
Polaridade: Quanto maior, melhor  
Fonte de dados: Contratos de contratação de capacitações  
Responsável pela coleta: GEPES  
Unidade de medida: horas  
Periodicidade: Trimestral
- **Indicador 4: Absenteísmo.**  
Responsável: GEPES  
Objetivo da mensuração: Mensurar a quantidade de horas de trabalho reduzidas pelo afastamento de trabalhadores e a porcentagem de absenteísmo.  
Implementado: 2017  
Fórmula de cálculo:  $\frac{\text{N}^\circ \text{ de horas de afastamentos}}{\text{Total de funcionários}} \times \text{horas mensais}$

Polaridade: Quanto menor, melhor  
 Fonte de dados: Sistema de Controle de Frequência  
 Responsável pela coleta: GEPES  
 Unidade de medida: horas  
 Periodicidade: Bimestral

### 5.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Nome: Empresa de Planejamento e Logística – EPL						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
11/2016	Serviços continuados de recepcionista, copeira, garçom, carregador e encarregado geral, incluído o fornecimento dos insumos necessários ao atendimento das necessidades da EPL.	Real JG - Serviços Gerais Eirelli - 08.247.960/0001-62	02/12/2017	01/12/2018	Ensino Fundamental/Médio	Vigente
05/2014	Serviços de locação de veículos de pequeno e médio porte, sem e com motoristas habilitados nas categorias correspondentes, para atender às necessidades da EPL.	Unique Rent a Car Locadora de Veículos Ltda - 06.320.095/0001-97	11/04/2017	10/04/2018	Ensino Fundamental/Médio	Vigente
22/2017	Prestação de serviços de vigilância e segurança armada e desarmada, a ser executado com uso de arma letal, a serem prestados nas dependências da EPL.	ASC Service Segurança Ltda - 08.875.253/0001-10	20/12/2017	19/12/2018	Ensino Fundamental/Médio	Vigente
21/2017	Prestação de serviços de limpeza e conservação, a serem realizados de modo contínuo nas dependências da EPL.	RM DE ALMEIDA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – ME – 15.278.975/0001-53	26/12/2017	25/12/2018	Ensino Fundamental	Vigente

**Tabela 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade**

### Contratação de Estagiários

A política de contratação de estagiários é viabilizada a partir do acesso ao banco de estudantes do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), entidade com a qual a EPL firmou contrato para promoção do seu Programa de Estágio.

Assim, a EPL conta com um rol de estudantes pré-selecionados de acordo com o perfil especificado em cada Unidade Organizacional da Empresa.

A EPL instituiu a Norma Interna nº 4, de 13 de março de 2015, a qual dispõe sobre os procedimentos relacionados ao estágio supervisionado e as condições para execução e avaliação dos estagiários.

Para a área meio e presidência, foram disponibilizadas, em dezembro de 2017, 15 (quinze) vagas de estágios e para a área finalística 13 (treze) vagas, totalizando o limite de 28 (vinte e oito) vagas, garantindo assim o cumprimento da Lei nº 11.788/2008, que limita o número máximo de estagiários a 20% do quadro de pessoal da empresa.

Ressaltamos que a parceria entre a EPL e o CIEE vem se consolidando com resultados positivos, contribuindo para a formação de um ambiente de aprendizagem organizacional.

## 5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

### 5.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: A Unidade não possui imóveis da União sob a sua responsabilidade.

## 5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

### 5.3.1 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI

**Descrição:** Documento define o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI da EPL, com abrangência em todas as suas gerências, definindo as estratégias para promover a melhoria contínua da gestão e governança de TI, assim como a sustentação da infraestrutura tecnológica, para o alcance dos seus objetivos, alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI.

**Alinhamento Estratégico:** O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI teve seus objetivos estratégicos alinhados aos do Planejamento Estratégico Institucional – PEI da EPL, na forma do **Anexo 1** deste documento. Contudo, o PEI sofreu recentes alterações, de modo que o PETI será revisado para ajustes de alinhamento que porventura sejam necessários.

### 5.3.2 Descrição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC

**Descrição:** O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é considerado uma ferramenta de planejamento, diagnóstico e gestão dos processos e recursos de TIC, apresentando o direcionamento das ações e necessidade de TIC para sustentação aos objetivos da Empresa. A elaboração do PDTIC da EPL contou com as orientações constantes do Guia de Elaboração de PDTIC, disponibilizadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) e da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 4 de 2014 tendo sido desenvolvido pelo Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 215, de 06 de julho de 2016.

**Alinhamento Estratégico:** O PDTIC, com abrangência em toda a EPL, compreende o período de 2017 a 2018, com a previsão de avaliações da execução e revisões anuais, buscando manter o alinhamento das ações de TIC com os planos estratégicos da Empresa, aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CTI) da EPL. O sucesso do PDTIC será atingido com a entrega das ações planejadas e das metas atingidas, e, para isso, foram identificados os principais riscos que possam impactar na execução do Plano, os quais serão acompanhados periodicamente. Por fim, um dos principais fatores críticos de sucesso do Plano é o comprometimento de todos os perfis em nível estratégico, tático e operacional, envolvidos nos processos e focados na entrega dos resultados.

### **5.3.3 Comitê de Tecnologia da Informação - CTI**

**Competências/Atividades do CTI:** Em conformidade com a Portaria nº 253, de 21/07/2016, da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, o seu Comitê de Tecnologia da Informação – CTI possui as seguintes competências:

- a) Direcionar, monitorar e avaliar a gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC;
- b) Promover alinhamento para que a formulação e a implementação das estratégias e planos de TIC estejam harmonizadas com os objetivos organizacionais as estratégias de negócio da EPL;
- c) Priorizar e coordenar investimentos e projetos de TIC;
- d) Aprovar e acompanhar a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI;
- e) Declarar quais são os Serviços Estratégicos de TIC e quais são as Soluções de TIC que possam comprometer a segurança nacional para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 1º da Instrução Normativa n.º 04, de 2014, da SLTI/MPOG;
- f) Referendar decisões técnicas de segurança, arquitetura e infraestrutura de TIC;
- g) Assessorar na implementação das ações de TIC;
- h) Apoiar a alta direção nos assuntos referentes à TIC;
- i) Propor normas relativas à TIC;
- j) Propor revisões em documentos relacionados ao CTI; e
- k) Propor a criação de grupos de trabalho e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do Comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso.

**Composição do CTI:** Em conformidade com a Portaria nº 253, de 21/07/2016, da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, o seu Comitê de Tecnologia da Informação – CTI possui a seguinte composição:

- a) O Diretor de Gestão, que o preside;
- b) 02 (dois) representantes da Diretoria de Planejamento;
- c) 01 (um) representante da Assessoria de Estratégia e Organização; e
- d) 01 (um) representante da Gerência de Logística e Tecnologia da Informação.

**Reuniões do CTI em 2017:** No ato de 2017 ocorreram 3 (três) reuniões ordinárias do Comitê de Tecnologia da Informação – CTI, das quais decorreram as seguintes decisões principais:

- a) Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC da EPL para o biênio de 2017 e 2018;
- b) Aprovação de alteração do Processo de Desenvolvimento de *Software* da EPL, com a inclusão da metodologia Ágil; e
- c) Aprovação e instituição dos Processos de Gestão de Mudança, Gestão de Incidentes e Gestão de Requisição (ITIL).

### 5.3.4 Sistemas

Descrição	Objetivos	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Criticidade
Sistema de Capacitação - SISCAP	Automatizar o processo de solicitação e aprovação de capacitações vinculados ao Plano Anual de Capacitações.	Gestão do Plano Anual de Capacitações; Solicitações de Capacitações; e Aprovação das capacitações.	Célio Eduardo Peixoto Normando	André Jesus Nonato	Alta
Consulta Pública	Viabilizar os procedimentos de consultas públicas no Portal da EPL.	Registrar informações sobre as consultas públicas da EPL; e Acompanhar o processo de determinada consulta pública.	Diogo Santana Corazolla	Denise Deckers	Alta
Sistema Gerenciador de Documentos - SDOC	Tramitação e gestão de documentos e processos na EPL.	Cadastrar documentos e processos; Controlar a tramitação de documentos e processos na EPL; e Gerenciar documentos e processos na EPL.	Diogo Santana Corazolla	Livia Cristina Oliveira de Souza	Alta
ONTL	Importar planilhas em formato Excel, tratar as informações e emitir relatórios customizados, para estudos e planejamento de transporte.	Importar planilhas em formato Excel; Tratar as informações; Emitir relatórios customizados; e Gerar gráficos.	Diogo Santana Corazolla	Lilian Campos	Baixa
Sistema de Ponto Eletrônico	Automatizar o controle de frequência na EPL.	Consolidar informações sobre o controle de frequência captado por relógio de ponto; e Tratar informações sobre controle de frequência dos empregados da EPL; e Emitir relatórios sobre o controle de frequência dos empregados da EPL.	Ricardo Miranda Santos	André Jesus Nonato	Baixa
Ficha de Monitoramento para Programa de Parcerias e Investimentos - PPI	Automatizar o controle das fichas dos projetos de concessão do PPI, com controle de versão.	Cadastro/controle das informações dos projetos; Versionamento das informações, com identificação do responsável pelo cadastro/alteração da informação; Atualização automática das informações públicas (do site) com informações da ficha; e Geração de relatórios para apoio as decisões dos diretores/secretários do PPI.	Diogo Santana Corazolla	Paula Baratela	Alta
Publicare	Criar os sites da EPL e PPI, a Intranet da EPL e gerenciar as informações (Gerenciador de conteúdo).	Desenvolver e manter sites e a Intranet da EPL.	Diogo Santana Corazolla Thiago Borges Oliveira	Diogo Santana Corazolla Thiago Borges Oliveira	Alta

**Tabela 35 - Sistemas da EPL**

### 5.3.5 Capacitação

**Plano de Capacitação:** Não há plano de capacitação específico para a Tecnologia da Informação de Comunicação – TIC. Os treinamentos da área estão inseridos no Plano Anual de Capacitação da EPL de 2017. Foram realizados os seguintes treinamentos em 2017:

Treinamento	Carga Horária	Quantidade de Profissionais Treinados
ENAP: Café com Projetos: Realizando a Gestão de Riscos em Projetos de TI (ENAP)	3 horas	1
ENAP: Café com Projetos - Realizando a Gestão de Riscos de Projetos de TI com COBIT 5 for Risk	4 horas	2
ENAP: Planejamento da Contratação de Tecnologia da Informação (PCTI)	40 horas	1
ENAP: Planejamento Estratégico para Organizações Públicas	40 horas	1
Coursera/UCI: <i>An Introduction to Programming the Internet of Things (IOT)</i>	-	1
Coursera/CBS: <i>Strategic Management</i>	-	1

Tabela 36 - Plano de Capacitação

### 5.3.6 Força de Trabalho de TI

Força de Trabalho da TI	Quantidade
Quantitativo Total	11
Servidores/Empregados efetivos da carreira de TI da Unidade	0
Servidores/Empregados efetivos de outras carreiras da Unidade	0
Servidores/Empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	0
Servidores/Empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	1
Terceirizados	1
Estagiários	1

Tabela 37 - Força de Trabalho da TI

### 5.3.7 Processos de Gerenciamento de Serviços de TIC:

Processos de Gerenciamento de Serviços de TIC Implementados	Infraestrutura	Método Utilizado
Gestão de Requisição	Configurado no Sistema OTRS	Utilizada a biblioteca <i>ITIL</i> e a linguagem “bpm”.
Gestão de Incidentes	Configurado no Sistema OTRS	Utilizada a biblioteca <i>ITIL</i> e a linguagem “bpm”.
Gestão de Mudança	Configurado no Sistema OTRS	Utilizada a biblioteca <i>ITIL</i> e a linguagem “bpm”.

Tabela 38 - Processos de Gerenciamento de Serviços de TIC Implementados

### 5.3.8 Projetos de TIC:

Projeto	Resultados Esperados	Alinhamento PETI	Valor Orçado	Valor Despendido	Prazo de Conclusão
Aquisição de Fitas Magnéticas LTO 5, com etiquetas numeradas e com códigos de barra; e Fitas de Limpeza Universal para dispositivos de leitura e gravação.	Segurança e garantia de recuperação de dados, aplicações e sistemas de informação, em casos de falhas em equipamentos, procedimentos e operação de ferramentas utilizadas pela EPL.	OE7. Promover a segurança dos ativos de informação; e  OE11. Assegurar a continuidade do negócio.	7.303,40	7.303,40	17/05/2017
Aquisição de ferramentas computacionais de desenho auxiliado por computador (CAD), modelagem de informações de construção (BIM) e desenho 2D e 3D para desenvolvimento de projetos viários.	A presente contratação proporcionará à EPL os seguintes resultados: a) Executar sua competência técnica de engenharia de forma efetiva e eficiente; b) Viabilizar e aprimorar os estudos e as análises técnicas dos projetos viários em projeções planares, verticais e tridimensionais; c) Construir, analisar e visualizar, nas escalas e resoluções adequadas a cada etapa do processo de um projeto viário, os parâmetros de geometria, volumetria, custos e desempenho; d) Especificar e ser capaz de fornecer ajustes e alterações nos modelos ou em qualquer atributo geométrico viário, em qualquer escala, resolução e dimensão; e e) Fornecer suporte ao gerenciamento de decisões.	OE1. Entregar produtos e serviços de valor agregado;  OE4. Inovar de forma contínua os recursos e serviços de TI; e  OE10. Manter infraestrutura compatível com as necessidades.	279.000,00	279.000,00	13/07/2017
Renovação das licenças de <i>Software</i> para elaboração de mapas e análises espaciais em 2D e 3D para desenvolvimento de projetos viários que atendam às necessidades de modelagem espacial, análise dinâmica, concepção e visualização de modelos geométricos, publicação de cenários e gerenciamento de desempenho das alternativas de projeto (Arcgis).	Proporcionará à EPL: a) Executar sua competência técnica de planejamento, estudos e projetos de forma efetiva e eficiente; b) Análises econômicas; c) Análises técnicas; d) Análises financeira; e) Análises social; f) Análises ambiental; e g) Permite fornecer suporte ao gerenciamento de decisões.	OE2. Disponibilizar ambiente tecnológico adequado.  OE11. Manter infraestrutura compatível com as necessidades.	1.427.697,24	1.395.826,16	13/07/2017

<p>Contratação de <i>Software</i> para Edição Vetorial</p>	<p>A presente contratação proporcionará à EPL os seguintes resultados:</p> <p>a) Criação profissional de peças gráficas impressas e online como jornal, banner, cartão, placa, folders, etc;</p> <p>b) Maior visibilidade da empresa;</p> <p>c) Padronização da comunicação visual; e</p> <p>d) Fomenta a comunicação interna e externa.</p>	<p>OE10. Manter infraestrutura compatível com as necessidades.</p>	<p>15.600,00</p>	<p>7.760,00</p>	<p>18/07/2017</p>
<p>Contratação de empresa para prestação de serviços de suporte técnico e manutenções preventiva e corretiva para os equipamentos de infraestrutura de TI da EPL, incluindo o custo de reposição de peças, componentes, bem como <i>software/firmware</i>.</p>	<p>A presente aquisição proporcionará à EPL os seguintes resultados:</p> <p>a) garantia da disponibilidade do funcionamento dos equipamentos existentes alocados no CPD da EPL;</p> <p>b) continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação; e</p> <p>c) continuidade dos serviços das áreas de negócio da EPL.</p>	<p>OE7. Promover a segurança dos ativos de informação.</p> <p>OE11 Assegurar a continuidade do negócio</p>	<p>309.567,79</p>	<p>157.309,20</p>	<p>20/10/2017</p>
<p>Contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, para sustentação do ambiente tecnológico da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, segundo as práticas preconizadas pelo <i>Information Technology Infrastructure Library – ITILv3</i> e <i>Control Objectives for Information and related Technology – COBIT 5</i>, por meio de suporte telefônico e remoto (1º nível), suporte presencial (2º nível), suporte a infraestrutura (3º nível) e monitoria (NOC).</p>	<p>A contratação de serviço de suporte técnico especializado em TIC no âmbito da EPL promoverá:</p> <p>a) O aumento do grau de satisfação dos usuários com os produtos e serviços fornecidos pela área de TIC;</p> <p>b) A sustentabilidade dos serviços da EPL no tratamento das informações;</p> <p>c) O bom desempenho dos serviços da EPL na área administrativa, os quais dão sustentação às atividades finalísticas;</p> <p>d) A alta disponibilidade de seus serviços, propiciando o acesso ao Governo Federal e à sociedade;</p> <p>e) O monitoramento constante dos ativos de TIC de maneira a maximizar os aspectos relacionados à Segurança da Informação;</p> <p>f) A melhoria da capacidade da EPL em atender aos seus objetivos, por meio da utilização da TIC;</p> <p>g) A melhoria do nível de atendimento às demandas dos usuários finais, relacionadas ao apoio técnico no uso dos recursos computacionais e serviços disponibilizados na rede;</p>	<p>OE4. Inovar de forma contínua os recursos e serviços de TI.</p> <p>OE5. Otimizar o uso dos recursos e serviços de TI.</p> <p>OE10. Manter infraestrutura compatível com as necessidades.</p> <p>OE11. Assegurar a continuidade do negócio;</p>	<p>2.766.590,44</p>	<p>2.405.380,32</p>	<p>01/12/2017</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>h) A melhoria do processo de gestão dos recursos tecnológicos da EPL (hardware, software e aplicativos);</li> <li>i) A internalização das melhores práticas de gestão e execução de serviços na área de TIC;</li> <li>j) A documentação de todos os incidentes, demandas e processos de infraestrutura; e</li> <li>k) A disponibilidade, confiabilidade e integridade das informações relacionados à Infraestrutura.</li> </ul>				
Renovação de licença de <i>software</i> para orçamento de obras de infraestrutura.	Com a contratação, espera-se maior agilidade e precisão na elaboração dos orçamentos referenciais dos projetos, maior autonomia e rapidez para ajustes, inserções e alterações que se façam necessárias, além de formação do banco de dados das composições de custos utilizadas pela empresa.	<p>OE1. Entregar produtos de valor agregado.</p> <p>OE10. Manter infraestrutura compatível com as necessidades.</p>	3.151,08	3.151,08	07/12/2017
Aquisição de uma solução de descoberta de dados (Data Discovery), com licenças de <i>software</i> de uso perpétuo, em conjunto com os serviços de instalação e configuração, suporte técnico e atualização de versão, treinamento (capacitação técnica) e de suporte especializado.	<p>Proporcionará à EPL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Executar sua competência técnica de planejamento, estudos e projetos de forma efetiva e eficiente;</li> <li>b) Análises econômicas;</li> <li>c) Análises técnicas;</li> <li>d) Análises financeira;</li> <li>e) Análises social;</li> <li>f) Análises ambiental;</li> <li>g) Exportar dados em diversos formatos;</li> <li>h) Construção de gráficos, tabelas e mapas para explanação de informações; e</li> <li>i) Suporte à tomada de decisões pela Direção da EPL.</li> </ul>	<p>OE1. Entregar produtos e serviços de valor agregado.</p> <p>OE4. Inovar de forma contínua os recursos e serviços de TI.</p> <p>OE10. Manter infraestrutura compatível com as necessidades.</p>	1.027.620,00	1.027.620,00	11/12/2017
Contratação de solução de antivírus corporativo, com gerenciamento centralizado, suporte técnico do fabricante e atualizações do produto por, no mínimo, de 36 (trinta e seis) meses.	<p>A contratação propiciará os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Maior eficiência na proteção contra código malicioso;</li> <li>b) Atualizações diárias das bases de dados de antivírus de forma a ser mais efetivo no bloqueio de código malicioso;</li> <li>c) Garantia do software de antivírus por no mínimo 36 (trinta e seis) meses;</li> <li>d) Suporte técnico local ou remoto; e</li> <li>e) Instalação e configuração do software de antivírus e da gerência centralizada na rede da EPL.</li> </ul>	<p>OE4. Inovar de forma contínua os recursos e serviços de TI.</p> <p>OE10. Manter infraestrutura compatível com as necessidades.</p> <p>OE11. Assegurar a continuidade do negócio.</p>	13.161,75	13.161,75	15/12/2017

<p>Contratação de licença de uso de <i>software</i> automatizado para modelagem e estudos de traçados para rodovias e ferrovias.</p>	<p>a) Otimização do processo de elaboração, análise e tomada de decisão em relação a estudos e projetos de infraestrutura de transportes no que se refere à definição de traçados rodoviários e ferroviários;</p> <p>b) Redução de tempo e dos custos investidos na elaboração de estudos e projetos de engenharia, comparativamente ao método tradicional, ou seja, manual; e</p> <p>c) Contribuição para a implementação do processo de inovação tecnológica escabeceio no Planejamento Estratégico da Empresa.</p>	<p>OE1. Entregar produtos e serviços de valor agregado.</p> <p>OE4. Inovar de forma contínua os recursos e serviços de TI.</p> <p>OE10. Manter infraestrutura compatível com as necessidades.</p>	<p>5.311.205,00</p>	<p>5.311.205,00</p>	<p>22/12/2017</p>
<p>Aquisição de solução de alta disponibilidade de <i>Next Generation Firewall - NGFW</i> com gerenciamento centralizado e integrado, com atualizações de proteção e suporte técnico local e remoto, 24x7, pelo prazo de 36 meses, incluindo serviços de instalação e treinamento.</p>	<p>a) Maior eficiência na proteção contra ameaças e ataques oriundos da Internet;</p> <p>b) Atualizações diárias das bases de dados de aplicações e sites de forma a ser mais efetivo no bloqueio de aplicações e sites inapropriados aos interesses institucionais da EPL;</p> <p>c) Garantia dos equipamentos contra falhas de hardware e software da solução de NGFW por mais 36 (trinta e seis) meses;</p> <p>d) Suporte técnico local ou remoto, 24x7;</p> <p>e) Treinamento da equipe técnica da EPL na solução adquirida; e</p> <p>f) Instalação da solução de NGFW no CPD da EPL.</p>	<p>OE4. Inovar de forma contínua os recursos e serviços de TI.</p> <p>OE10. Manter infraestrutura compatível com as necessidades.</p> <p>OE11. Assegurar a continuidade do negócio.</p>	<p>294.000,00</p>	<p>294.000,00</p>	<p>26/12/2017</p>

**Tabela 39 - Projetos de TIC**

### 5.3.9 Medidas para Mitigar Dependência Tecnológica de Empresas Terceirizadas:

Medidas adotadas para mitigar a dependência das empresas terceirizadas:

- a) utilização de sistemas de gestão de serviços e em plataforma livre;
- b) utilização de sistemas de testes e monitoramento em plataforma livre;
- c) desenvolvimento de *software* em linguagem aberta (java e php);
- d) treinamentos em contagem de pontos de função e nos sistemas desenvolvidos por empresa terceirizada;
- e) procedimentos de transição contratual; e
- f) desenvolvimento de software com processo de software da EPL.

### 5.3.10 Principais Sistemas de Informações

Descrição	Manutenção	Riscos Continuidade	Riscos Disponibilidade	Medidas Mitigadoras
Sistema de Capacitação - SISCAP	Própria	Ausência de Manutenção	-	Realizar manutenções com corpo técnico próprio ou terceirizado
		Ausência de treinamento dos usuários	-	Disponibilização de tutorias na Intranet da EPL; Realização de Capacitações periódicas
		-	Indisponibilidade do acesso à Rede EPL	Monitoramento da Disponibilidade da Rede EPL
Consulta Pública	Própria	Ausência de Manutenção	-	Realizar manutenções com corpo técnico próprio ou terceirizado
		-	Indisponibilidade de conexão com a Internet	Monitoramento da Disponibilidade da Internet na EPL
Sistema Gerenciador de Documentos - SGDOC	Própria	Migração para o Sistema Eletrônico de Informações - SEI	-	Não há. A migração é desejável.
		Ausência de treinamento dos usuários	-	Disponibilização de tutorias na Intranet da EPL; Realização de Capacitações periódicas
		-	Indisponibilidade do acesso à Rede EPL	Monitoramento da Disponibilidade da Rede EPL
ONTL	Própria	-	Indisponibilidade de conexão com a Internet	Monitoramento da Disponibilidade da Internet na EPL
		-	Indisponibilidade do acesso à Rede EPL	Monitoramento da Disponibilidade da Rede EPL

Sistema de Ponto Eletrônico	Própria	Ausência de Manutenção	-	Realizar manutenções com corpo técnico próprio ou terceirizado
		Ausência de treinamento dos usuários	-	Disponibilização de tutorias na Intranet da EPL; Realização de Capacitações periódicas
		-	Indisponibilidade do acesso à Rede EPL	Monitoramento da Disponibilidade da Rede EPL.
		-	Indisponibilidade dos Relógios de Registro de Ponto	Manutenções preventivas e corretivas dos Relógios de Registro de Ponto; e  Prover insumos (bobinas) necessários para o correto funcionamento dos Relógios de Registro de Ponto.
Ficha de Monitoramento para o Programa de Parcerias e Investimentos - PPI	Própria	Ausência de Manutenção	-	Realizar manutenções com corpo técnico próprio ou terceirizado.
		-	Indisponibilidade de conexão com a Internet	Monitoramento da Disponibilidade da Internet na EPL; e Criação de Site de Contingência (em outro órgão/parceria).
Publicare	Própria	Obsolescência	-	Migração para outro gerenciador de conteúdo – utilizado mais amplamente.
		-	Indisponibilidade de conexão com a Internet	Monitoramento da Disponibilidade da Internet na EPL
		-	Indisponibilidade do acesso à Rede EPL	Monitoramento da Disponibilidade da Rede EPL

**Tabela 40 - Principais Sistemas de Informações**

## 5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

### 5.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

A Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de

bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

No intuito de atender questões legais, assim como, ser uma Empresa de conscientização sustentável, a EPL promove e realiza atitudes positivas em relação à conservação dos recursos naturais através da colaboração dos seus profissionais. Para isso, adota práticas diárias de sustentabilidade e racionalização dos gastos em processos de aquisição de bens, na contratação de serviços ou obras, além de, realizar economia da manutenção e operacionalização predial, redução do consumo de energia e água, utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

As ações tomadas na EPL vão de encontro aos Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS criado pelo art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e contemplam o uso racional de papel para impressão, economia da energia elétrica ao desligar equipamentos de ar condicionado, computador, luzes ao final do expediente, utilização de copos de vidro para consumo de água nas estações de trabalho e reuniões, coleta seletiva para reciclagem de material de trabalho, compras e contratações sustentáveis e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

No ambiente interno da Empresa, são utilizadas, lâmpadas fluorescentes tubulares com luminárias espelhadas, as quais possuem longa duração, alta eficiência e baixo consumo de energia, bem como são utilizadas torneiras automáticas em todos os banheiros da Empresa.

Para redução de consumo próprio de papel, os funcionários são orientados a imprimir apenas documentos estritamente necessários, utilizando sempre a opção de impressão em frente e verso da folha, além da utilização da fonte Ecofont em todos os atos elaborados pela Empresa.

No que se refere à coleta seletiva, o edifício em que a EPL está locada disponibiliza 4 (quatro) contêineres para coleta de papelão, papel e jornal para os locatários. O material é recolhido toda sexta-feira, sendo realizada coleta, triagem e distribuição para indústrias de reciclagem fora de Brasília. Além disso, é realizado o descarte ecológico das lâmpadas com auxílio de parceiro qualificado no gerenciamento de resíduos, no tratamento e acondicionamento correto dos materiais para proteção ambiental.

Por fim, em atendimento ao artigo 8º, inciso IX da Lei nº 13.313 de 30 de junho de 2016, a Empresa de Planejamento e Logística esta fase de elaboração do Relato Integrado (RI) que é um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto do seu ambiente externo, geram valor em curto, médio e longo prazo. Este documento está previsto para ser divulgado em 2018 e com isso agregará ainda mais as questões de adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras da EPL.

## **6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **6.1 Canais de Acesso do Cidadão**

Os canais de acesso do cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões disponibilizados pela EPL são os seguintes: e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão); telefone (não deve ser usado para encaminhar pedidos de informações, pois os mesmos devem ser feitos pessoalmente, no SIC físico da EPL, ou de forma eletrônica, por meio do e-SIC); carta e atendimento presencial.

Para acompanhar as ações vinculadas ao cumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), de 18 de novembro de 2011, foi utilizado o método de avaliação baseado em indicadores medidos mensalmente. Os indicadores são: Número de Atendimentos, Tempo de Resposta e Canais de Solicitação.

No período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017 foram registradas 60 (sessenta) demandas recebidas e atendidas pelo SIC, que representam um aumento de 25% no total de solicitações em relação a 2016. Dessas, 2 (duas) eram dúvidas, solicitações duplicadas e/ou não pertinentes à EPL. Os outros canais de solicitação (carta, telefone e presencial) não foram utilizados por nenhum cidadão.

Cada uma das solicitações foi encaminhada à área específica da EPL. O tempo médio de Respostas do início da demanda ao final tem sido de 20 (vinte) dias, sendo que o prazo legal estabelecido pela LAI é de 20 (vinte) dias prorrogáveis por mais 10 (dez) dias.

É importante observar que em uma só demanda os solicitantes costumam fazer mais de uma pergunta, tanto sobre o mesmo tema quanto relacionadas a temas totalmente diferentes.

Foram registradas 55 (cinquenta e cinco) solicitações de pessoas físicas e 5 (cinco) de pessoas jurídicas (empresas).

Com relação ao demonstrativo de satisfação dos cidadãos/usuários, das 60 (sessenta) demandas registradas e respondidas no e-SIC, apenas 18 (dezoito) demandantes responderam ao questionário de satisfação, composto por duas afirmativas. Para a afirmativa de que a resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido, 12 dos 18 respondentes (66,666%) manifestaram concordância parcial a total. Já em relação à afirmativa de que a resposta fornecida foi de fácil compreensão, 16 dos 18 respondentes (88,888%) concordaram total ou parcialmente.

O e-Ouv, Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, é uma importante interface entre o cidadão e o Estado. Muito mais que um canal para resolver problemas individuais, a ouvidoria pública é um dos principais mecanismos de participação social direta.

Nesse canal, o cidadão pode fazer sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias. O contato do cidadão se dá através do e-Ouv: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>.

Dentre as melhorias estão os relatórios gerencial, estatístico e operacional, para facilitar o trabalho dos órgãos. Foram também estabelecidos sinalizadores para lembrar às áreas técnicas o vencimento dos pedidos.·.

## 6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: O art. 11, do Decreto nº 6.932, de 11 de Agosto de 2009, dispõe que: Art. 11. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Cidadão, no âmbito de sua esfera de competência. § 1o A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público [...]. Considerando que a EPL não presta serviços diretamente ao cidadão, a empresa está isenta da publicação da Carta de Serviços.

## 6.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: As informações referentes a este item devem ser consignadas pelas unidades integrantes do Poder Executivo que prestam serviços diretamente ao cidadão nos termos do art. 12 do Decreto 6932/2009. Considerando que a EPL não presta serviços diretamente ao cidadão, a empresa está isenta da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.

## 6.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

As informações referentes à atuação do SIC, julgadas úteis à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, encontram-se disponíveis no link <http://www.epl.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic-epl>.

As informações acerca dos relatórios institucionais, tais como Relatório de Administração e Relatório de Gestão, estão disponíveis para acesso em <http://www.epl.gov.br/relatorios>.

As informações referentes a Processos de Contas Anuais encontram-se disponíveis no link <http://www.epl.gov.br/auditorias>.

## 7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 7.1 Desempenho Financeiro no Exercício

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes financeiras emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*) – assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os fatos contábeis foram registrados pelo Valor Original e os saldos apresentados em unidade de Real (R\$ 1).

	2017	2016
Receita Bruta de Subvenções Governamentais	43.632.212	43.307.536
Outras Receitas Operacionais	263	0
Despesas Operacionais	55.172.734	58.345.511
Receitas (-) Despesas Financeiras	-758.353	-5.351.922
Tributos Sobre Lucro Real	0	0
Receita Não Operacional	0	2.285
Despesa Não Operacional	2.898	0
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-12.301.510	-20.387.612
Liquidez Corrente	6,83	7,54
Capital Social Integralizado	53.492.397	83.562.951

Tabela 41 - Informações Econômico-Financeiras EPL 2017

No exercício de 2017, a EPL recebeu o valor de R\$ 43 milhões a título de subvenção governamental, recursos que suportaram majoritariamente as despesas com pessoal e encargos, bem como serviços de terceiros. A Empresa recebeu ainda R\$ 14 milhões para investimentos nas ações do PAC, sendo contabilizado como adiantamento para aumento de capital, no Passivo Não Circulante.

PREJUÍZOS - R\$ 12 milhões foi ocasionado basicamente pelas apropriações de despesas não financeiras e despesas de infraestrutura, a saber:

Despesas Apropriadas	Valor
a) Amortização de Intangíveis	747.310
b) Amortização de Instalações em bens de terceiros	528.832
c) Amortização de Software	94.498
d) Depreciação de Bens Móveis	2.722.933
e) Atualização Monetária dos Créditos de Acionista	1.574.573
f) Despesa com Estudos de Infraestrutura	7.230.325
<b>Total</b>	<b>12.898.471</b>

Tabela 42 - Prejuízos

(i) Amortização de Intangíveis - R\$ 747.310 mil correspondem às despesas apropriadas com amortização das imobilizações classificadas como intangíveis, a base 20% ao ano, de conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000/99, o qual determina esse percentual, com base na vida útil de cada bem.

(ii) Amortização de Instalações em Bens de Terceiros – R\$ 528.832 mil correspondem às despesas apropriadas em 2017 com amortização à base 20% ao ano, das instalações que a EPL efetuou no Edifício Sede desta empresa.

(iii) Amortização de Software – R\$ 94.428 mil correspondem às despesas apropriadas em 2017, com amortização das imobilizações com Software, amortizados em conformidade com o Instrumento Contratual, que determina a vida útil de cada software.

(iv) Depreciação com Bens Móveis – R\$ 2.722.933 milhões correspondem às despesas apropriadas em 2017, derivadas da aplicação de taxas de depreciação aplicadas de forma linear, variando de 10% a 3,33% em conformidade com a vida útil dos mesmos.

(v) Atualização Monetária dos Créditos de Acionistas – R\$ 1.574.573 milhão correspondem à correção dos repasses como AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, contabilizados como crédito para aumento de capital, com aplicação da variação da taxa SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/98.

(vi) Despesas com Estudos de Infraestrutura – R\$ 7.230.325 milhões, correspondem ao valor das despesas com os Estudos e Projetos que não são considerados intangíveis.

## **7.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos**

A depreciação e amortização dos bens patrimoniais da empresa são feitas de forma linear, de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCT 16.9 e 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, com depreciação dos bens corpóreos/imobilizado, com base na vida útil estimada, e amortização dos bens intangíveis/incorpóreos.

Depreciação – redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Bens Móveis - os bens móveis de propriedade da EPL são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, desenvolvido pelo Serviço Federal e

Processamento de Dados – SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda, e são depreciados mensalmente pela Coordenação de Contabilidade. Os cálculos são realizados por meio do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, Decreto nº 3.000 de 26/03/1999.

Amortização – redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto seja bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Intangíveis - os bens intangíveis de propriedade da EPL são registrados na Contabilidade Societária e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Os cálculos são realizados por meio do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, Decreto nº 3.000, de 26/03/1999.

## **7.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade**

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC, ainda não foi implementado pela EPL, contudo, está em fase de desenvolvimento pela Secretaria de Tesouro Nacional – STN, a implantação será em 2018, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em todas as unidades gestoras pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

#### **7.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas**

As demonstrações financeiras da EPL constam como Anexos do Relatório de Gestão, e estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.epl.gov.br/demonstracoes-financeiras](http://www.epl.gov.br/demonstracoes-financeiras).

ANEXO I – Balanço Patrimonial

ANEXO II – Demonstrações do Resultado

ANEXO III – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ANEXO IV – Demonstrações do Fluxo de Caixa

ANEXO V – Demonstrações do Resultado Abrangente

ANEXO VI – Notas Explicativas

## 8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 8.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

No exercício de 2017 o Tribunal de Contas da União não deliberou acórdãos com expedição de determinações e recomendações expressas à Empresa de Planejamento e Logística.

### 8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

A EPL realiza o monitoramento e saneamento de recomendações formuladas pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU, através do Plano de Providência Permanente – PPP. A exigência de elaboração desse Plano está prevista na Portaria CGU nº 522, de 04 de março de 2015, e no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. As recomendações do PPP são relativas ao Relatório de Gestão 2014 e ao Relatório Final de Auditoria Anual de Contas nº 201503648, encaminhado pela CGU em 29 de setembro de 2015, não tendo sido apresentadas novas recomendações desde então.

Atualmente, o PPP está sob monitoramento da CISET - Secretaria de Controle Interno da Presidência da República. Após a migração do Sistema de Monitoramento da CGU, no ano de 2017 a EPL obteve acesso ao sistema da CISET para dar continuidade ao atendimento das recomendações solicitadas.

Com o interesse de fortalecer o aprimoramento da gestão, consolidar as medidas a serem tomadas pela Instituição e auxiliar a unidade de Auditoria Interna no cumprimento de sua atribuição de acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em 2017 foram tomadas providências para atendimento do Plano, conforme especificação gráfica abaixo:



Figura 3 - Recomendações Plano de Providência Permanente

### **8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Processo de Tomada de Contas Especial – TCE nº 50840.000539/2017-00, instaurado em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei 8.443/1992 e na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012 e alterações, que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, tendo como finalidade o ressarcimento de eventuais prejuízos causados a Empresa, em face de pagamentos indevidos à ex-dirigentes da EPL, devidamente contextualizado no Processo, cujos autos foram remetidos primeiramente a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República para avaliação e pronunciamentos previstos em regulamento.

### **8.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

Tal regra decorre do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, onde preconiza que “cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem de cronológica das datas de suas exigibilidades

A EPL esclarece que não elabora lista com ordem cronológica de pagamentos em razão de não haver, no âmbito da Empresa, histórico de processos pendentes de pagamento ou outra situação que pudesse gerar dúvida quanto à quebra de cronologia dos compromissos pagos pela Empresa.

Contudo, a EPL segue as melhores práticas de gestão, entre as quais se insere a transparência. Nesse sentido, planeja ajustar suas rotinas para disponibilizar, no exercício de 2018, listagem que demonstre a sequência cronológica de pagamentos em seu website ([www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br)), bem como se encontra em elaboração norma interna para instituir a cronologia de pagamentos no âmbito da EPL”.

### **8.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento**

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: Suspensão, em caráter liminar, dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão n 2859/2013-TCU. Portanto, amparadas pela suspensão liminar, esta Empresa encontra-se desobrigada de atender ao item em questão, até que sobrevenha do colegiado do TCU decisão definitiva, conforme consta no documento do referido órgão de controle.

## 8.6 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidades no ano de 2017 encontram-se no quadro:

\* R\$4.909,38 com recursos de restos a pagar.

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Não	Não	Não
Legal	26.122.2126.2000.0001	15.509,26	4.909,38*
Mercadológica	Não	Não	Não
Utilidade pública	Não	Não	Não

**Tabela 43 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda**

## 9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

Neste item, estão elencados os Relatórios, Pareceres e Declarações que deverão ser apresentados pela EPL neste Relatório de Gestão, conforme orientações disponíveis no Sistema e-contas do TCU:

- (i) Parecer e/ou relatório da unidade de auditoria interna com os principais resultados de sua atuação sobre a gestão da unidade prestadora da conta no exercício (Anexo VII);
- (ii) Parecer de colegiado que esteja obrigado por dispositivo legal ou regimental a se pronunciar sobre as contas anuais da UPC que serão apresentadas aos órgãos de controle (Anexos VIII e IX);
- (iii) Relatório da Auditoria Independente, com a opinião de auditor independente ou de empresa de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis ou sobre a gestão (Anexo X);
- (iv) Declarações de Integridade sobre aspectos ou áreas relevantes da gestão da unidade para comprometimento com a fidedignidade das informações objeto da declaração (Anexo XI);

### 9.1 Relatório de Instância ou Área de Correição

Durante o ano de 2017, foram tomadas algumas medidas relacionadas à atividades de correição, destacando-se:

- a) Constituição de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio da Portaria nº 06, de 11/05/2017, conduzido diretamente pela Ciset/PR, com vistas a apurar os fatos relacionados ao processo nº.00190.502611/2015-92, referente à irregularidades no processo de Inexigibilidade nº 4/2012 desta EPL, tendo em vista os agentes envolvidos e os prejuízos apontados;
- b) Encaminhamento à Ciset da Presidência da República, por meio do Ofício nº 530/2017/PRE/EPL, de cópia digital do processo nº 50840.000654/2015-12 para avaliação quanto à oportunidade e conveniência da abertura de processo administrativo disciplinar, considerando que a Comissão de Sindicância Investigativa constituída para apurar os fatos apontados no processo administrativo nº 50840.000654/2015-12, apurou que há entre os possíveis responsáveis pela prática de atos irregulares, servidores público da ativa vinculados à outros Ministérios.

### 9.2 Declarações de Integridade

#### 9.2.1 Declaração de Integridade e Completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissões e Concessões

Em relação à integridade e completude dos registros de informações no sistema de apreciação e registro dos atos de admissão e concessões, o inciso III, art. 71 da Constituição Federal dispõe que:

*Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

[...]

*III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório (grifo nosso).*

Tendo em vista que o quadro atual da empresa é formado por cargos comissionados de livre provimento, tal obrigatoriedade está excetuada à EPL nos termos da CF (Constituição Federal).

### **9.2.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto á entrega das declarações de Bens e Rendas**

No tocante à integridade e completude do atendimento dos requisitos da lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas, a EPL exige, para todos os seus comissionados, a declaração prevista na Instrução Normativa TCU nº 67, de 6 de julho de 2011.

A empresa, no ato da admissão do comissionado, cumpre a obrigação, mediante preenchimento e assinatura de formulário próprio de autorização para que a CGU e o TCU possam ter acesso às declarações de bens e rendas, conforme definido no art. 3º da IN TCU nº 67/2011:

*Art. 3º Em alternativa ao formulário a que se refere o artigo anterior, as autoridades, os empregados e os servidores mencionados no art. 1º desta Instrução Normativa poderão apresentar, à unidade de pessoal do órgão ou entidade a que se vinculem, autorização de acesso exclusivamente aos dados de Bens e Rendas exigidos nos arts. 13, caput e § 1º, da Lei 8.429/1992, e 2º, caput e §§ 1º a 6º, da Lei 8.730/1993, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à RFB, nos termos do anexo II a esta Instrução Normativa.*

*Parágrafo único. A autorização perderá efeito sobre os exercícios subsequentes àqueles em que a autoridade, o empregado ou o servidor deixar de ocupar o cargo, emprego ou função.*

Tal formulário é condição para que seja finalizado o processo de nomeação. Caso o interessado não apresente o documento devidamente assinado, sua nomeação não é efetivada.

A Declaração de que todos os funcionários da EPL disponibilizam suas declarações de bens e rendas para análises da própria empresa e para acesso dos órgãos de controle está disponível no Anexo 11 deste Relatório.

## 10. ANEXOS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### ANEXO I: Balanço Patrimonial

		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016				
		Notas			Notas			
<b>Balanço Patrimonial</b>								
		 Empresa de Planejamento e Logística S.A.						
		Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	
<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>						
<b>Ativo Circulante</b>		<b>3.1</b>	<b>13.841.587</b>	<b>20.343.960</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>4.1</b>	<b>2.026.745</b>	<b>2.696.808</b>
<b>Banco Conta Movimento</b>		<b>3.1.1</b>	<b>4.649.667</b>	<b>4.218.077</b>	<b>Contas a Pagar</b>	<b>4.1.1</b>	<b>1.050.069</b>	<b>1.290.604</b>
Tesouro-limite de Saque			4.649.667	4.218.077	Fornecedores		1.045.180	1.188.065
<b>Aplicações Financeiras</b>		<b>3.1.2</b>	<b>7.723.631</b>	<b>7.095.184</b>	Consignações a Recolher		3.200	4.819
Caixa Econômica Federal			7.723.631	7.095.184	Encargos Sociais a Recolher		-	93.740
<b>Conta Vinculada</b>			<b>1.689</b>	<b>4.151</b>	Caução de Terceiros em Dinheiro		1.689	3.980
Caução			1.689	3.980	<b>Outros Débitos</b>	<b>4.1.2</b>	<b>976.676</b>	<b>1.406.204</b>
Salário			-	171	Credores Diversos		45.329	16.765
<b>Outros Créditos</b>		<b>3.1.3</b>	<b>1.466.600</b>	<b>9.026.548</b>	Provisões		931.347	1.389.439
Estoque			133.898	136.762	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.2</b>	<b>17.764.585</b>	<b>27.290.004</b>
Adiantamento a Empregados			240.737	259.346	Crédito para Aumento de Capital	4.2.1	17.416.457	25.611.008
Imposto a Recuperar			704.007	628.392	Provisões p/Causas Trabalhista/Cível	4.2.2	348.128	1.678.996
Créditos a Receber			14.000	962.680	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.3</b>	<b>36.108.694</b>	<b>43.723.273</b>
Despesas Diferidas/Outros Créditos			-	82.554	Capital Integralizado	4.3.1	53.492.397	83.562.951
Adiantamento para Acordos e Termos			-	6.584.655	Crédito Para Aumento de Capital	4.3.2	14.935.525	-
Depósito Recursal/Judicial			373.958	372.139	Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.3.3	-32.319.228	-39.839.678
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.2</b>	<b>42.058.437</b>	<b>53.366.125</b>				
<b>Imobilizado</b>		<b>3.2.1</b>	<b>4.938.069</b>	<b>8.224.231</b>				
Bens Móveis			4.842.615	7.589.945				
Bens Imóveis			95.454	624.286				
<b>Intangíveis</b>		<b>3.2.2</b>	<b>37.120.368</b>	<b>45.141.894</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>55.900.024</b>	<b>73.710.085</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>55.900.024</b>	<b>73.710.085</b>

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias

  
José Carlos Medaglia Filho  
Diretor Presidente  
CPF.: 388.908.820-20

  
Adailton Cardoso Dias  
Diretor  
CPF.: 159.812.569-00

  
Maurício Baptista Malta  
Diretor  
CPF.: 507.460.655-15

  
Francisco Antônio Martins  
Contador  
CRC/MA 1855/O-8 T-DF

## ANEXO II: Demonstrações de Resultado

		31 de dezembro de	
		2017	2016
<b>Demonstração do Resultado</b>			
			
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
	Notas		
Receita Operacional		-	-
Outras Receitas Operacionais		-	-
Custos dos Produtos e dos Serviços		-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>			
		-	-
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
		<b>55.172.734</b>	<b>58.345.512</b>
<b>Despesas Administrativas</b>			
	5.1	47.942.409	58.345.512
Pessoal e Encargos	5.1.1	33.144.288	29.452.849
Despesa com Material de Consumo		32.074	28.379
Serviços de Terceiros		9.335.219	10.054.398
Outros Serviços de Terceiros	5.1.2	1.029.736	1.894.213
Despesas Tributárias		227.519	218.659
Despesa Depreciação/Amortização	5.1.3	4.093.573	16.499.214
Provisões por Causas Trabalhistas		80.000	200.000
<b>Despesas com Infraestrutura</b>			
	5.1.4	7.230.325	-
<b>Despesas com Estudos e Projetos</b>			
		2.000.599	-
<b>Despesas de Custeio com Acordo de Cooperação Técnica</b>			
		5.229.726	-
<b>Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras</b>		<b>55.172.734</b>	<b>58.345.512</b>
<b>Receitas e Despesas Financeiras</b>			
	5.2	(758.353)	(5.351.921)
Receitas Financeiras	5.2.1	816.220	980.075
Despesas Financeiras	5.2.2	1.574.573	6.331.996
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE SUBVENÇÃO</b>		<b>(55.931.087)</b>	<b>(63.697.433)</b>
<b>SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO</b>			
		43.632.212	43.307.536
<b>Repasses Recebidos da União</b>			
		43.632.212	43.307.536
<b>OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>263</b>	<b>2.285</b>
<b>Alienação de Bens</b>			
		263	2.285
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(12.298.612)</b>	<b>(20.387.612)</b>
<b>RECEITA NÃO OPERACIONAL</b>			
		-	-
<b>DESPEZA NÃO OPERACIONAL</b>			
		<b>2.898</b>	-
<b>Multas Punitivas</b>			
		2.898	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO CSLL/IRPJ</b>		<b>(12.301.510)</b>	<b>(20.387.612)</b>
<b>Contribuição Social</b>			
		-	-
<b>Imposto de Renda</b>			
		-	-
<b>RESULTADO FINAL DO PERÍODO</b>		<b>(12.301.510)</b>	<b>(20.387.612)</b>

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis intermediárias

  
José Carlos Medaglia Filho  
Diretor Presidente  
CPF.: 388.908.520-20

  
Adilton Cardoso Dias  
Diretor  
CPF.: 159.812.585-00

  
Maurício Pereira Malta  
Diretor  
CPF.: 507.460.855-15

  
Francisco Antônio Martins  
Contador  
CRC/MA 1855/O-8 T-DF

### ANEXO III: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

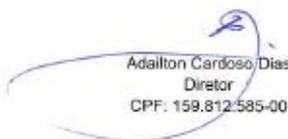
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



Histórico	Notas	Capital Social	Créditos p/ Aumento do Capital-AFACs	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>50.000.000</b>		<b>(20.346.756)</b>	<b>29.653.244</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores				894.690	894.690
Resultado do Exercício		-		(20.387.612)	(20.387.612)
Integralização do Capital c/AFACs		33.562.951			33.562.951
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>83.562.951</b>		<b>(39.839.678)</b>	<b>43.723.273</b>
Integralização do Capital c/AFACs		9.769.124		-	9.769.124
Redução do Capital Social Integralizado		(39.839.678)		-	(39.839.678)
Amortização Prejuízo Acumulado		-		39.839.678	39.839.678
Créditos para Futuro Aumento de Capital-AFACs	7.2	-	14.935.525		14.935.525
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.3	-		(20.017.718)	(20.017.718)
Resultado do Exercício	7.3	-		(12.301.510)	(12.301.510)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>7.1</b>	<b>53.492.397</b>	<b>14.935.525</b>	<b>(32.319.228)</b>	<b>36.108.694</b>

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis intermediárias

  
 José Carlos Medaglia Filho  
 Diretor Presidente  
 CPF: 388.908.520-20

  
 Adailton Cardoso Dias  
 Diretor  
 CPF: 159.812.585-00

  
 Mauricio Pereira Malta  
 Diretor  
 CPF: 507.460.655-15

  
 Francisco Antonio Martins  
 Contador  
 CRC - MA-001855/O-8-T-DF

## ANEXO IV: Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### Demonstração dos Fluxos de Caixa



Fluxo de caixa das atividades operacionais:	2017	2016
(+) Receita Financeira	816.220	980.075
(+) Receita Eventual	283	-
(-) Fornecedores	6.1 10.397.030	11.847.628
(+) Estoque (Almoxnafado)	2.854	34.778
(+) Despesa com Acordo de Cooperação Técnica	6.2 5.229.726	2.683.410
(-) Adiantamento a Empregados - Resgate	18.609	8.208
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	6.3 181.639	655.444
(-) Impostos a Recuperar	6.4 75.614	181.972
(-) Despesas, Diferidas	-	79.345
(+) Outros Valores a Recuperar	6.5 -	962.681
(-) Depósito Recursal	6.6 1.819	347.687
(+) Pagamento de Obrigações de 2016	6.7 670.064	315.922
(-) Despesas Tributárias	6.8 227.519	356.021
(-) Despesas Financeiras - MULTAS PUNITIVAS	2.898	4.886
(-) Pessoal e Encargos Sociais da EPL	33.552.101	29.452.649
(-) Despesas com Custeio de Estudos e Projetos	6.9 2.000.699	-
(-) Outras Variações do Ativo Circulante	239.100	-
(-) Provisões Trabalhistas	-	105.348
<b>Total das Atividades Operacionais (A)</b>	<b>- 51.740.133 -</b>	<b>39.361.780</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
(-) Aquisição de imobilizado	105.800	11.311
(+) Aquisição Intangível	6.10 5.664.058	15.277.259
(-) Apropriação conta vinculada a salário	-	171
(+) Receb. por vendas de permanentes coonidas:	-	3.425
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	-	2.460
<b>Total das Atividades de Investimentos (B)</b>	<b>-5.769.858</b>	<b>-15.282.856</b>
(+) Repasses recebidos	31.965.265	32.070.470
(+) Repasse por Operação Intrasiati	11.668.947	11.237.066
(+) Crédito para Futuro Aumento de Capital - Recursos para Investim.	6.11 14.935.525	12.239.330
<b>Total das Atividades de Financiamentos (C)</b>	<b>58.567.737</b>	<b>55.546.866</b>
<b>Total Geral (A+B+C)</b>	<b>1.057.746</b>	<b>902.230</b>
Disponibilidades – no início do período	11.317.241	10.415.010
Disponibilidades – no final do período	12.374.987	11.317.241

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias

  
 José Carlos Medaglia Filho  
 Diretor Presidente  
 CPF.: 388.908.520-20

  
 Mauricio Pereira Malta  
 Diretor  
 CPF.: 507.460.655-15

  
 Adailton Cardoso Dias  
 Diretor  
 CPF.: 159.812.585-00

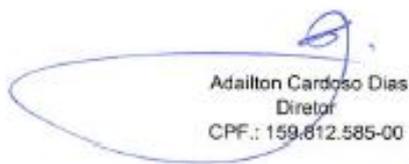
  
 Francisco Antônio Martins  
 Contador  
 CRC/MA 1855/O-8 T-DF

**ANEXO V: Demonstração do Resultado Abrangente**

	
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>	
Histórico	Outros Resultados Abrangentes
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(420.188)</b>
Resultado do Exercício	(742.659)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>(1.162.846)</b>
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	(21.316)
Resultado do Exercício	(19.162.594)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>(20.346.756)</b>
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	894.690
Resultado do Exercício	(20.387.612)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>(39.839.678)</b>
Amortização do Prejuízo pelo Capital Social	39.839.678
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	(20.017.718)
Resultado do Exercício	(12.301.510)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>(32.319.228)</b>

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis intermediárias

  
 José Carlos Medaglia Filho  
 Diretor Presidente  
 CPF.: 388.908.520-20

  
 Adailton Cardoso Dias  
 Diretor  
 CPF.: 159.812.585-00

  
 Francisco Antônio Martins  
 Contador  
 CRC/MA-1855/O-8 T-DF



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, nos termos da Lei nº 13.334 de 13/09/2016, autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. E tem por objeto social:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

b) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;

c) A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência,



## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017

observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;

e) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

f) As provisões para contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Procuradoria Jurídica Geral, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 4.2.2.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### BALANÇO PATRIMONIAL

#### ATIVO

##### 3.1 - ATIVO CIRCULANTE

**3.1.1 – BANCO CONTA MOVIMENTO - R\$ 4.649.667** corresponde ao saldo da conta única em 31/12/2017, aumento de recursos financeiros em conta em 10,23% comparando com o saldo em 31/12/2016.

**3.1.2 – APLICAÇÃO FINANCEIRA - R\$ 7.723.631** Aplicação financeira na Caixa Econômica Federal, agência governo, nos termos da Resolução nº 4034/2011-BACEN, registrada pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos acumulados até 31/12/2017, tendo obtido uma variação positiva de 8,86%, com relação a 2016.

**3.1.3 – OUTROS CRÉDITOS - R\$ 1.466.600** – variação negativa de 83,75%, sendo este subgrupo composto por:

OUTROS CRÉDITOS	31/12/2017	31/12/2016
- Estoque	133.898	136.782
- Adiantamento a Empregados	240.737	259.346
- Impostos a Recuperar	704.007	628.393
- Créditos a Receber	14.000	962.680
- Despesas Diferidas/Outros Créditos	0	82.554
- Depósito Recursal/Judicial	373.958	372.139

- Adiantamento para Acordos e Termos	0	6.584.655
<b>Total</b>	<b>1.466.600</b>	<b>9.026.548</b>

Essa variação negativa de 83,75% foi ocasionada principalmente pela conta de Créditos a Receber, devido a contabilização do Termo Aditivo de Rescisão ao Contrato Administrativo nº 21/2013 no valor de R\$ 962.680 da empresa Axiomas do Brasil Pesquisa Cursos, ficando pendente ainda de recebimento, o depósito judicial por conta de terceiros no valor de R\$ 238.810.

Outro fator relevante foi a conta de Adiantamento para Acordos e Termos no valor de R\$ 6.584.655, em que o Tribunal de Contas da União - TCU por meio do Acórdão 1.320/2017, se manifestou que estes adiantamentos devem ser registrados como despesas no momento do repasse financeiro, e não mais como adiantamentos. A EPL vinha registrando esse adiantamento no Ativo Circulante, e quando o detentor do adiantamento apresentava a comprovação das despesas ou investimentos, registrava nas contas adequadas.

### 3.2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

#### Composição do Ativo Permanente

TÍTULO	VALOR RESIDUAL 2016	AQUISIÇÕES/BAIXAS/TRANSF.	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO 2017	TAXA DE DEPRECIÇÃO %	VALOR RESIDUAL 2017
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>7.599.945</b>	<b>115.801</b>	<b>2.873.131</b>	<b>%</b>	<b>4.842.615</b>
Mobiliário em Geral	1.455.006		228.852	10%	1.226.154
Máquinas e Equipamentos	58.110		6.845	10%	51.265
Aparelhos	11.189		1.421	10%	9.768
Computadores e Periféricos	2.123.896	68.812	1.422.502	20%	770.206
Biblioteca	13.886		1.742	10%	12.144
Equipamentos de Telecomunicação	95.410		50.190	20%	45.220
Software	2.163.180		901.184	20%	1.261.996
Equipamentos Energia Elétrica	1.619.859		249.465	10%	1.370.394
Utensílio de Copa e Cozinha	1.549		225	10%	1.324
Aparelho de Medição e Orientação	2.400		640	10%	1.760
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	4.637	44.299	2.605	10%	46.331
Outros Bens de Uso Duradouro	50.823	2.690	7.460	10%	46.053




<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>624.286</b>		<b>528.832</b>	<b>%</b>	<b>95.454</b>
Instalações em Bens de Terceiros	624.286		528.832	20%	95.454
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>8.224.231</b>	<b>115.801</b>	<b>3.401.963</b>		<b>4.938.069</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>45.141.894</b>	<b>-15.200.606</b>	<b>-7.179.080</b>	<b>%</b>	<b>37.120.368</b>
CESSÃO DE USO DE PROGRAMA DE INFORMATICA	1.924.851	-765.791	67.414	20%	1.091.646
CT - 21/2013 - Axiomas do Brasil	6.636.175	-6.636.175		20%	0
CT - 21/2012 - Centro Von Braun	585.024	-585.024		20%	0
CT - 33/2013 - Instituto Olhar	2.743.200	-2.743.200		20%	0
CT - 12/2014 - Mark Sistema	964.127	-964.127		20%	0
CT - 12/2013 - BR-116 - STE	3.587.894	903.317	-1.322.648	20%	5.813.859
CT - 09/2014 - BR/153 PROFILL	2.051.121	582.582	-1.039.055	20%	3.672.758
CT - 04/2014 - BR-153/262 - MRS	2.437.868		747.310	20%	1.690.558
CT - 32/2013 - BR-101/324/367 - Prosul	1.822.506		-757.431	20%	2.579.937
CT - 06/2014 - BR-163 - JGP	3.202.112		-1.757.765	20%	4.959.877
CT - 15/2014 - BR/262 - Prosul	1.509.647	362.717	-520.099	20%	2.392.463
CT - 13/2013 - BR/040 - STE	3.772.832	711.405	-2.169.680	20%	6.653.917
Projeto Pnud BRA 13-013	6.400.956	-6.400.956		20%	0
CT - 02/2015 - BR/101 - STE/SISCON	1.373.417	-1.373.417		20%	0
CT - 02/2016 - SPAZIO	464.998	-464.998		20%	0
CT - 17/2015 - BR/367 - MRS	1.620.945	787.875	-164.877	20%	2.573.697
Projeto da Modelagem - TAV - FUB	650.756	-650.756		20%	0
CT - 16/2015 - BR/156/476/282/480 - MRS	2.004.548	582.933	-220.999	20%	2.808.480
Origem e Destino Acordo de Cooperação IPEA	62.381	-62.381		20%	0
CT - 03/2016 - BR/364/365 - STE	1.008.750	1.833.176	-41.250	20%	2.883.176
CT - 01/2016 - EF/151 - MPB/ENECON	156.560	-156.560		20%	0
CT - 27/2013 - Imagem Geosistemas	161.226	-161.226		20%	0

**3.2.1 – IMOBILIZADO - R\$ 4.938.069.** Correspondem ao valor do immobilizado, deduzido da depreciação e amortização em 2017, houve uma redução de 39,96% com o ano anterior, efeito produzido pela amortização em 2017.

**3.2.2 – INTANGÍVEL – R\$ 37.120.368,** corresponde ao saldo de 31/12/2017, ocorreu uma redução de 17,77% em relação a 2016, devido a alteração do procedimento contábil.

Desde a Lei nº 12.743, de 19/12/2012 que autorizou a alteração da denominação



social de ETAV para EPL, todos os Estudos e Projetos contratados desde então, vinham sendo contabilizados como Ativo Intangível, contudo, no 1º Trimestre de 2017, a empresa de auditoria Independente recomendou que os Estudos e Projetos que não atendessem ao CPC 04 R1, deveriam ser contabilizados como despesa. De imediato a EPL, se manifestou que estes estudos iriam promover benefícios futuros, e que não deveriam compor despesa operacional. Em resposta, a auditoria independente não acatou a manifestação da EPL, mantendo a recomendação em seu relatório do 3º Trimestre de 2017.

No sentido de definir um entendimento, foi realizado uma reunião com a Setorial Contábil da Presidência da República e a Setorial Contábil da Secretaria do Tesouro Nacional, onde foi debatido exaustivamente sobre o reconhecimento de Estudos e Projetos como intangível ou despesa, tendo chegado a conclusão do mesmo entendimento da auditoria independente, cabendo a EPL, realizar um levantamento de todos Intangíveis e reclassificar de imediato.

Seguindo o entendimento do CPC 04 R1, os estudos e projetos ambientais, em que a EPL será ressarcida, com base na Legislação e Contratos de Concessão, continuam contabilizados no Ativo Intangível, pois obedecem a legislação vigente.

## PASSIVO

**4.1 – PASSIVO CIRCULANTE - R\$ 2.026.745** – Variação negativa de 24,85%, correspondem aos registros contábeis das obrigações da EPL, em 31/12/2017.

**4.1.1 – CONTAS A PAGAR – R\$ 1.050.069** – Redução de 18,64% em referência a 2016, ocasionado principalmente pela conta de Fornecedores, devido as apropriações realizadas no regime de competência, e Encargos Sociais a recolher, cujo os valores foram recolhidos em 2017.

**4.1.2 – OUTROS DÉBITOS - R\$ 976.676**, diminuição de 30,55% ocorrida principalmente pela atualização dos critérios efetuados pela gestão de pessoas, das provisões trabalhistas, conforme evidenciado abaixo:

TÍTULO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO %
Provisão Férias + 1/3	679.901	876.659	(22,44)
Provisão INSS s/Férias	193.630	431.714	(55,15)
Provisão FGTS s/Férias	57.816	81.066	(28,68)
<b>TOTAL</b>	<b>931.347</b>	<b>1.389.439</b>	<b>(32,97)</b>

**4.2 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE – R\$ 17.764.585**, diminuição de 34,90% em relação a 2016;

**4.2.1 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL – R\$ 17.416.457**, redução de 32,00%, cujos valores correspondem aos adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC, repassados até 31/12/2016, corrigidos pela taxa SELIC, capitalizado o



valor de R\$ 9.769.124 em AGE na data de 23/02/2017. Esses créditos estão classificados no passivo não circulante em conformidade com a Nota Conjunta 13/2013 da COPAR/STN, no entanto, os créditos recebidos a partir de 01/01/2017, estão classificados no Patrimônio Líquido, em conformidade macro função Siafi nº 021122 de 08/11/2017.

**4.2.2 – PROVISÃO PARA CAUSAS TRABALHISTAS E CÍVEIS – R\$ 348.128**  
variação de 79,27%, com base no posicionamento da Procuradoria Jurídica Geral da EPL, em que classifica os processos como prováveis, possíveis ou remotos, ficando provisionado apenas o quantitativo de ações com pagamento provável, em conformidade com o CPC 25.

PROCESSO	ORIGEM	2017	2016
072590-04.2014.4.01.3400	Cível		1.217.764
001381-03.2014.5.10.0017	Trabalhista	50.000	50.000
001429-95.2014.5.10.0005	Trabalhista		40.000
001689-60.2014.5.10.0010	Trabalhista	30.000	30.000
001719-71.2014.5.10.0018	Trabalhista	30.000	30.000
000853-38.2015.5.10.0015	Trabalhista		35.870
001045-65.2015.5.10.0016	Trabalhista		37.234
001235-24.2016.5.10.0006	Trabalhista	80.000	
001017-05.2015.5.10.0008	Trabalhista	35.870	35.870
005006-56.2015.5.10.0002	Trabalhista		80.000
005013-88.2015.5.10.0021	Trabalhista	40.000	40.000
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista	80.000	80.000
001612-08.2015.5.10.0013	Trabalhista	2.258	2.258
<b>TOTAL</b>		<b>348.128</b>	<b>1.678.996</b>

Em atendimento ao CPC 25 e com a relação da Procuradoria Jurídica Geral desta EPL, todos os processos judiciais com a situação de possível pagamento, atualizados até 31/12/2017, os quais totalizam o valor de R\$ 52.038.670, estão evidenciados no quadro abaixo e não houve provisão.

Processo	Origem	Valor
001013-11.2016.5.10.0021	Trabalhista	10.990
001253-24.2016.5.10.0013	Trabalhista	179.056
001217-91.2016.5.10.0009	Trabalhista	310.449
001437-71.2016.5.10.0015	Trabalhista	56.512
001368-27.2016.5.10.0019	Trabalhista	105.114
001262-10.2016.5.10.0005	Trabalhista	36.000
001629-28.2016.5.10.0007	Trabalhista	80.000
001565-76.2016.5.10.0020	Trabalhista	166.232
000107-47.2017.5.10.0001	Trabalhista	188.228
000345-27.2017.5.10.0014	Trabalhista	79.391

000517-93.2017.5.10.0005	Trabalhista	55.599
000518-57.2017.5.10.0012	Trabalhista	40.000
000535-72.2017.5.10.0019	Trabalhista	80.000
000565-61.2017.5.10.0002	Trabalhista	45.000
000608-92.2017.5.10.0003	Trabalhista	133.234
001656-38.2017.5.10.0019	Trabalhista	350.000
001617-77.2017.5.10.0007	Trabalhista	340.000
1513/2016	Fiscal	644.370
072590-04.2014.4.01.3400	Cível	1.217.763
005357-53.2015.4.01.3400	Cível	47.723.499
001045-65.2015.5.10.0016	Trabalhista	37.233
000486-74.2016.5.10.0016	Trabalhista	50.000
001025-76.2016.5.10.0004	Trabalhista	50.000
000954-32.2016.5.10.0018	Trabalhista	60.000
<b>TOTAL</b>		<b>52.038.670</b>

**4.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ 36.108.694**, ocorreu uma redução de 17,42%, composto do quadro abaixo:

	2017	2016
Capital Social Integralizado	53.492.397	83.562.951
Crédito para Futuro Aumento de Capital Social	14.935.525	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-32.319.228	-39.839.678
<b>Total</b>	<b>36.108.694</b>	<b>43.723.273</b>

**4.3.1 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO – R\$ 53.492.397** redução do capital social em 35,99%, devido a amortização do prejuízo acumulado até 31/12/2016 no valor de 39.839.678, aprovado em AGE em 24/04/2017, além da capitalização no valor de R\$ 9.769.124 por meio da AGE em 23/02/2017, referente a atualização Selic.

**4.3.2 – CRÉDITO PARA AUMENTO CAPITAL SOCIAL – R\$ 14.935.525**, valor referente aos créditos repassados pela União a partir de 2017, devido a alteração dos procedimentos contábeis orientados pela COPAR/STN em 2017, e que deverá ser aprovado sua integralização na AGO de aprovação das contas de 2017, nos termos da legislação vigente.

**4.3.3 – LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS – R\$ 32.319.228**, este valor se refere somente ao exercício de 2017, sendo o prejuízo do exercício no valor de R\$ 12.301.510, e os ajustes de exercício anteriores no valor de R\$ 20.017.718, evidenciado no quadro abaixo:

Créditos de Exercícios Anteriores	
Baixa de Provisões Cíveis e Trabalhistas	1.291.865

Estorno de Amortização Sobre Intangíveis em Andamento – CPC 04 R1	1.779.962
Baixa de Provisões de INSS e FGTS s/Provisão de Férias	207.502
Devolução de Taxa de Uso de Solo de 2016	30.863
Devolução de Adiantamentos de 13º salário	10.613
Baixa de Depósito Judicial da EPL como solidária	120.000
Valores Devolvidos por Empregado	4.121
<b>Total</b>	<b>3.444.926</b>

<b>Débitos de Exercícios Anteriores</b>	
Reclassificação de Intangíveis – CPC 04 R1	22.476.905
Pagamento Auxílio Alimentação de dezembro/2016	121.931
Pagamento Auxílio Creche de dezembro/2016	37.398
Prestação de Contas IPEA Por Termo de Execução (TED)	133.800
Pagamento Ressarcimento Pessoal Requisitado	392.125
Contribuição Patronal Confederação Nacional de Transportes	176.097
Ajuste Previdências sobre Rescisões Contratuais	22.941
PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras	84.470
Pagamento Fornecedores	5.692
Baixa de 13º Descontado a maior	10.967
Ressarcimento Despesas Médicas	318
<b>Total</b>	<b>23.462.644</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As despesas de custeios da EPL, foram classificadas como Despesas Administrativas – as relacionadas a atividade meio e as Despesas com Infraestrutura, as relacionadas as atividades com Pesquisas, Estudos e Projetos.

**5.1 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS – R\$ 47.942.409**, redução de 17,83%, em relação ao ano anterior.

**5.1.1 – PESSOAL E ENCARGOS – R\$ 33.144.288**, variação 12,53%, considerando todas as despesas relacionadas a pessoal, como assistência médica, vale alimentação, curso e seleção, auxílio creche e bolsa auxílio CIEE- Centro de Integração Empresa Escola.

**5.1.2 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – R\$ 1.029.736**, variação negativa de 45,64%, considerando principalmente despesas indiretas com pessoal, que passaram a ser integradas como despesas de pessoal.

**5.1.3 – DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO R\$ 4.093.573**, redução considerável de 75,19%, motivada pela reclassificação de parte do intangível para despesas de infraestrutura, sendo estornadas as amortizações correspondentes, e alteração do critério de classificação, em conformidade com a legislação vigente.



**5.1.4 – DESPESAS COM INFRAESTRUTURA – R\$ 7.230.325**, devido alteração do critério de reconhecimento do Intangível, esta despesa foi criada para evidenciar os Estudos e Projetos que não são intangíveis.

**5.2 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS** tiveram variação negativa de 85,83% comparado com 2016.

**5.2.1 – RECEITAS FINANCEIRAS – R\$ 816.220**, variação negativa de 16,72%, obtidas pela aplicação financeira, afetada em 2017 pela queda da taxa SELIC.

**5.2.2 – DESPESAS FINANCEIRAS – R\$ 1.574.573**, diminuição de 85,83%, considerando que houve aumento de capital com parte dos créditos que existiam até 31.12.2016, bem como os créditos recebidos em 2017 que não são mais atualizados, além da redução das taxas SELIC, que atualizou os créditos recebidos até 2016.

**5.3 – RESULTADO DO EXERCÍCIO – R\$ -12.301.511**, redução de 30,66% do prejuízo comparado com 2016, principal motivo foi a redução das despesas com depreciação e amortização, em virtude de alteração de classificação contábil.

#### **DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

**6.1 – FORNECEDORES - R\$ 10.397.029** – Variação negativa de 12,24% motivada pela redução das aquisições e prestação de serviços.

**6.2 – DESPESAS COM ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – R\$ 5.229.726**, variação de 94,89% motivada principalmente pela classificação dos intangíveis como despesas com infraestrutura face o Acordo 1.320/2017.

**6.3 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES FINANCEIRO – R\$ 181.639**; redução de 72,29%, composto principalmente com despesas de Pessoal requisitado de exercício anterior.

**6.4 – IMPOSTO A RECUPERAR – R\$ 75.614**; ocorreu uma variação negativa de 58,45%, ocasionada pela redução da taxa Selic, que ocasionou um rendimento menor, e consequentemente retenção de IR sobre ganho de aplicação financeira, menor, contabilizado como imposto a recuperar menor que 2016.

**6.5 – OUTROS VALORES A RECUPERAR** – Zerado em 2017 devido a contabilização do Termo Aditivo de Rescisão ao Contrato Administrativo nº 21/2013 no valor de R\$ 962.680 da empresa Axiomas do Brasil Pesquisa Cursos.

**6.6 – DEPÓSITO RECURSAL - R\$ 1.819** – valores referentes aos depósitos



recursais realizados no exercício de 2017, redução de 99,48% em relação aos efetuados em 2016;

**6.7 – PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES – R\$ 670.064** – variação de 112,10%, obrigações que viraram o exercício de 2016 para serem pagas no exercício de 2017.

**6.8 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS – R\$ 227.519**, redução em 36,09%, afetada principalmente pela contabilização de taxas ambientais adequada ao bem principal em 2017.

**6.9 – DESPESAS COM ESTUDOS E PROJETOS – R\$ 2.000.599** correspondem a pagamento de Estudos e Projetos que antes eram classificados como intangíveis.

**6.10 – AQUISIÇÃO DE INTANGÍVEIS - R\$ 5.664.058** – variação negativa de 62,92%, considerando a reclassificação dos intangíveis.

**6.11 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL – R\$ 14.935.525**, variação de 22,03%, e correspondem aos repasses recebidos como AFACs, em 2017 serem superiores a 2016.

#### **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO**

**7.1 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO – R\$ 53.492.397**, redução do capital social em 35,99%, devido a amortização do prejuízo acumulado até 31/12/2016 no valor de 39.839.678, aprovado em AGE em 24/04/2017, além da capitalização no valor de R\$ 9.769.124 por meio da AGE em 23/02/2017, referente a atualização Selic.

**7.2 – CRÉDITO PARA AUMENTO CAPITAL SOCIAL – R\$ 14.935.525**, valor referente aos créditos repassados pela União a partir de 2017, devido há alteração dos procedimentos contábeis orientado pela COPAR/STN em 2017, e que deverá ser aprovado sua integralização na AGO de aprovação das contas do exercício de 2017.

**7.3 – LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS – R\$ 32.319.228**, este valor se refere somente ao exercício de 2017, sendo o prejuízo do exercício no valor de R\$ 12.301.510, e os ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 20.017.718, evidenciado no quadro abaixo:

<b>Créditos de Exercícios Anteriores</b>	
Baixa de Provisões Cíveis e Trabalhistas	1.291.865
Estorno de Amortização Sobre Intangíveis em Andamento – CPC 04 R1	1.779.962
Baixa de Provisões de INSS e FGTS s/Provisão de Férias	207.502
Devolução de Taxa de Uso de Solo de 2016	30.863



Devolução de Adiantamentos de 13º salário	10.613
Baixa de Depósito Judicial da EPL solidária	120.000
Valores Devolvidos por Empregado	4.121
<b>Total</b>	<b>3.444.926</b>

<b>Débitos de Exercícios Anteriores</b>	
Reclassificação de Intangíveis – CPC 04 R1	- 22.476.905
Pagamento Auxílio Alimentação de dezembro/2016	- 121.931
Pagamento Auxílio Creche de dezembro/2016	- 37.398
Prestação de Contas IPEA Por Termo de Execução	- 133.800
Pagamento Ressarcimento Pessoal Requisitado	- 392.125
Contribuição Patronal Confederação Nacional de Transportes	- 176.097
Ajuste Previdências sobre Rescisões Contratuais	- 22.941
PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras	- 84.470
Pagamento Fornecedores	- 5.692
Baixa de 13º Descontado a maior	- 10.967
Ressarcimento Despesas Médicas	- 318
<b>Total</b>	<b>- 23.462.644</b>

Créditos de Exercícios Anteriores	3.444.926
Débitos de Exercícios Anteriores	- 23.462.644
<b>Saldo de Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	<b>- 20.017.718</b>

**QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO SALARIAL EPL**

Relação	Gratificação			Benefícios			
				Saúde			Refeição
	Menor	Maior	Média	Menor	Maior	Média	
Conselheiros	2.927,43	2.927,43	2.927,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Diretores	29.274,26	29.274,26	29.274,26	0,00	0,00	0,00	429,00
Demais	2.875,75	22.990,00	12.558,90	102,00	205,00	141,87	667,90

**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - R\$ 1.374.013** em conformidade com CPC-Comitê de Pronunciamento Contábil, relacionamos abaixo os benefícios que os colaboradores receberam em 2017:

Auxílio Creche	117.299
----------------	---------

11



Auxílio Alimentação	940.092
Assistência Médica	314.250
Adicional por Tempo de Serviço (Pessoal requisitado com ônus)	2.372
<b>TOTAL</b>	<b>1.374.013</b>

**Quadro comparativo entre as Leis 4.320/64 e 6.404/76**

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06/11/2006, apresentamos o quadro dos saldos levantados pelo sistema contábil Societário e sistema SIAFI, em 31/12/2017, com as respectivas informações:

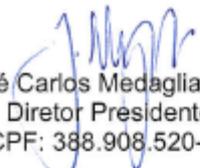
**EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A. – EPL**

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO	SOCIETÁRIO	SIAFI	DIFERENÇA	NOTA
Disponível	12.374.987	12.374.987		
Estoques	133.898	133.898		
Adiantamentos	240.737	240.737		
Outros Valores a Receber	14.000		14.000	a
Impostos a recuperar	704.007	700.603	3.404	b
Depósito Recursal	135.148	135.148		
Depósito Judicial	238.810	238.810		
Imobilizado	4.938.069	44.087.237	-39.149.168	c
Intangível	37.120.368	-2.724.700	39.845.068	c
<b>Total Ativo</b>	<b>55.900.024</b>	<b>55.186.720</b>	<b>713.304</b>	<b>d</b>
PASSIVO	SOCIETÁRIO	SIAFI	DIFERENÇA	NOTA
Contas a pagar	679.901	701.516	-21.615	e
Consignações a recolher	3.200	3.200		
Encargos Sociais a recolher	251.446	1.635.581	-1.384.135	f
Fornecedores	1.082.661	1.488	1.081.173	g
Impostos e Taxas a recolher	2.081	2.081		
Outros Credores	5.767	5.767		
Passivo Cauções	1.689	1.689		
Provisões	348.128	348.128		
Crédito para AFACs	32.351.982	32.351.982		
Capital Social	53.492.397	53.492.397		
Prejuízo Acumulado	- 32.319.228	-33.357.109	1.037.881	h
<b>Total Passivo</b>	<b>55.900.024</b>	<b>55.186.720</b>	<b>713.304</b>	<b>i</b>

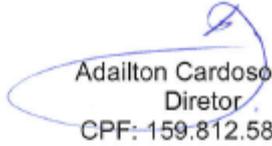


**Nota Explicativa**

- a) Valor apurado de adiantamentos de 13º salário a receber após encerramento do período no SIAFI.
- b) Imposto a recuperar reclassificado após encerramento do período no SIAFI.
- c) Apropriação de software na contabilidade societária após fechamento do SIAFI.
- d) Soma da diferença do ativo.
- e) Valor regularizado na contabilidade societária após encerramento do período no SIAFI.
- f) Valores referentes apropriações de provisões trabalhistas regularizada, após encerramento do SIAFI.
- g) Fornecedores a pagar apropriados na contabilidade societária, após encerramento do período no SIAFI.
- h) Composição de valor devido a contabilizações ocorridas após o fechamento do SIAFI.
- i) Valor referente aos itens "e" ao "h"

  
José Carlos Medaglia Filho  
Diretor Presidente  
CPF: 388.908.520-20

  
Maurício Pereira Malta  
Diretor  
CPF: 507.460.655-15

  
Adailton Cardoso Dias  
Diretor  
CPF: 159.812.585-00

  
Francisco Antonio Martins  
Contador  
CRC MA - 001855/O-8 T-DF

## ANEXO VII: Parecer da Unidade de Auditoria Interna



EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD  
AUDITORIA INTERNA

### PARECER DA AUDITORIA INTERNA

#### CONTAS DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL

#### EXERCÍCIO 2017

Em conformidade com o disposto no § 6º, Art. 15 do Decreto Nº 3.591/2000, a competência atribuída pelo no inciso VIII, art. 26 do Regimento Interno da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, em cumprimento ao disposto no art. 13 – III da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; das Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e 163/2017; da Portaria TCU nº 65/2018; e com base nas normas de auditoria interna aplicáveis, nas técnicas e procedimentos amostrais realizados, informações e exames documentais pertinentes a Empresa, realizados em 2017, e especialmente baseado nas informações e registros constantes no Relatório de Gestão de 2017, a Auditoria Interna da EPL– AUDINT, emite o presente parecer sobre as Contas da Gestão da EPL, correspondente ao exercício de 2017, na forma prevista no manual do e-contas/TCU/2017.

#### 1. TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA REALIZADOS EM 2017

As ações e atividades previstas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2017 foram as discriminadas nos quadros a seguir:

##### I - AÇÕES DE AUDITORIA PREVISTAS NO PAINT/2017

AÇÃO DE AUDITORIA	SEQ	ESCOPO DO TRABALHO	OBJETIVOS DA AUDITORIA
Elaboração do Relatório de Atividades da Auditoria Interna PAINT/2016	1	Relatar sobre as atividades de auditoria interna, em função das ações planejadas no PAINT/2016, incluindo as ações relevantes e não planejadas.	Atender o art. 14 da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17/11/2015.
Revisão do Plano de Atividades da Auditoria Interna PAINT/2017	2	Realização de ajustes à versão preliminar do PAINT/2017 as eventuais ressalvas da CGU.	Atender o art. 6º da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17/11/2015 e avaliar a pertinência das ressalvas e, se for o caso, fazer os ajustes.
Ações de Controle	3	Follow Up – acompanhar e monitorar o cumprimento do Plano de Ação dos exercícios anteriores. Controles Internos – avaliação da eficácia dos controles internos.	Acompanhar a implementação do Plano de Ação; Verificar os controles relacionados às áreas, incluindo as rotinas, a existência de normas aplicadas, a conformidade dos atos e fatos;
Relatório de Gestão 2016	4	Emissão do Parecer de Auditoria Interna.	Emissão de parecer sobre as contas da gestão, correspondente ao exercício de 2016 da EPL.
Processo de Planejamento Áreas Fim	5	Avaliar os processos, rotinas e conformidades nas áreas finalística da Empresa, quais sejam: Infraestrutura e Logística Meio Ambiente	Verificar os processos, as rotinas e as normas aplicadas e efetuar a aplicação de testes quanto às informações da área, avaliando os resultados alcançados. Identificar os principais pontos de fragilidade dos processos finalísticos que possam prejudicar ou inviabilizar o desenvolvimento da missão institucional da Empresa
Conselhos	6	Assessorar o Conselho de Administração – CONSAD na tomada de decisão e no cumprimento de sua missão institucional. Auxiliar e orientar o Conselho Fiscal – CONFIS no cumprimento de sua missão institucional.	Assessorar os Conselhos no desempenho e eficiência de suas atividades.
Elaboração do PAINT/2018	7	Elaboração das metas, planos, objetivos, programas e políticas, planejamento do plano de trabalho para o próximo exercício.	Atender a IN/CGU nº 24, de 17/11/2015.

## 1.1 Síntese dos Resultados dos Trabalhos de Auditoria

Em 2017, a Auditoria Interna iniciou um relevante trabalho de tratamento do estoque de recomendações, decorrentes das auditorias realizadas de 2013 a 2016. Foram identificadas 53 recomendações em monitoramento, referentes aqueles exercícios.

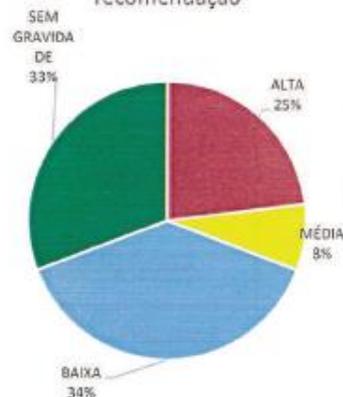
Tendo em vista o volume de recomendações, abordando diferentes assuntos e setores da Empresa, decidiu-se realizar o tratamento do estoque de recomendações de forma fracionada, em etapas, a serem discutidos com os respectivos gerentes das áreas.

A situação atual do acompanhamento do estoque de recomendações, até o fechamento deste Parecer, é a seguinte:

### Relatório de Acompanhamento Tratamento do "Estoque de Recomendações" Audint Sumário Executivo

Situação de atendimento	Situação Inicial	Situação maio/2018
Sem manifestação do auditado	22	0
Não atendida	2	0
Em andamento	29	5
Suspensa	0	1
<b>Em análise pela Audint</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
Sem manifestação do auditado (situação inicial)		2
Em andamento (situação inicial)		4
Subtotal recomendações ainda não solucionadas	<b>53</b>	<b>12</b>
Solucionada	0	20
Cancelada	0	21
Subtotal recomendações baixadas	<b>0</b>	<b>41</b>
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>53</b>

Estoque de recomendações ainda não solucionadas - de acordo com a gravidade da recomendação



#### LEGENDA

**Sem manifestação do auditado**: a recomendação é considerada nesta situação quando a unidade responsável ainda não encaminhou à Audint manifestação informando sobre as providências adotadas com vistas ao seu atendimento.

**Não atendida**: quando as providências adotadas pela unidade responsável não foram consideradas suficientes pela análise da Audint.

**Em andamento**: quando a Audint considera que a unidade responsável está adotando providência adequadas, mas que é necessário aguardar a conclusão dessas providências para considerar a recomendação como atendida.

**Suspensa**: quando a Audint avalia que a unidade auditada não tem condições de adotar providências efetivas com vistas ao atendimento da recomendação, por exemplo, quando tais providências dependem de discussões e definições de outras áreas da empresa.

**Suspensa** : quando a Audint avalia que a unidade auditada não tem condições de adotar providências efetivas com vistas ao atendimento da recomendação, por exemplo, quando tais providências dependem de discussões e definições de outras áreas da empresa.

**Em análise pela Audint** : recomendações cuja situação de atendimento ainda serão analisadas pela Audint. Seja porque ainda não foi efetuada/concluída a análise da manifestação da unidade auditada. Seja, no caso do trabalho de tratamento do estoque, a recomendação que ainda sofrerá uma análise mais aprofundada pela Audint, envolvendo, inclusive, consulta e discussão com as áreas auditadas.

**Solucionada** : quando a Audint considera que as providências adotadas pela unidade responsável são suficientes para o atendimento da recomendação.

**Cancelada** : quando a Audint considera que a recomendação não é mais pertinente, seja pela alteração de cenários, objetivos ou processos da empresa que resultem na perda do objeto da recomendação, ou até mesmo pela reformulação do entendimento da Audint.

Este trabalho de tratamento do estoque de recomendações continuará no exercício de 2018, até que todas as recomendações sejam atendidas e/ou baixadas, para que a Auditoria Interna possa dar seguimento de maneira mais racional à atividade de monitoramento do atendimento das recomendações, facilitando, inclusive, o esforço para inclusão das mesmas no Sistema de Auditoria Interna - Siauí.

Foram também analisados três contratos da área finalística, verificando-se impropriedades que não comprometeram a legalidade e os controles internos, cujas recomendações foram encaminhadas para as áreas competentes, que já se manifestaram informando das providências adotadas para corrigi-las ou mitigá-las, as quais estão sendo monitoradas pela Audint.

## 2. AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS, RISCOS E INTEGRIDADE

A avaliação dos controles internos administrativos realizada pela Auditoria Interna é feita no momento da execução das ações de auditoria e encontra-se refletida nas constatações e recomendações consignadas nos relatórios de auditoria. Dessa forma, todo trabalho é voltado a identificar a existência de vulnerabilidades, fragilidades, deficiências e riscos que possam comprometer os resultados.

Assim, com base nos trabalhos de auditoria realizados em 2017, foram elaborados relatórios contendo recomendações para adoção de providências por parte do gestor, com o objetivo de mitigar as impropriedades constatadas, como também de tratamento do estoque de recomendações pendentes de atendimento, emitidas pela Audint em exercícios anteriores.

Verifica-se, contudo, que a eficácia dos controles internos é testada de modo não sistemático pelas próprias gerências das unidades organizacionais, ou seja, na primeira linha de defesa. Neste sentido, em caso de serem identificadas falhas ou impropriedades, compete às gerências promoverem ou proporem atualização e/ou revisão nos processos internos, nos normativos e nos manuais de procedimentos. Pelo lado da Auditoria Interna, no âmbito da terceira linha de defesa, por meio dos seus trabalhos, têm sido identificadas eventuais fragilidades nos controles internos e potenciais riscos, os quais são levados ao conhecimento das gerências e da alta administração, a fim de serem corrigidos ou mitigados.

Cabe ressaltar a edição e aprovação pela Diretoria Executiva da EPL, ao longo do exercício de 2017, do conjunto de 11 (onze) normas internas, as quais regulam procedimentos e orientam atos de gestão, quais sejam:

23/02/2017 - Norma Interna nº 21/2017 - Férias  
17/04/2017 - Norma Interna nº 20/2017 - Concessão de Auxílio Refeição/Alimentação  
17/04/2017 - Norma Interna nº 10/2017 - Elaboração e Publicação de Normas Internas da EPL.  
18/04/2017 - Norma Interna nº 04/2017 - Estágio Supervisionado  
25/04/2017 - Norma Interna nº 09/2017 - Ressarcimento de Dirigentes  
06/09/2017 - Norma Interna nº 13/2017 - Nomeação, Movimentação e Exoneração de Comissionados  
08/11/2017 - Norma Interna nº 22/2017 - Procedimento de Apuração de Irregularidades ou de Extravio ou Dano de Bens Públicos  
22/11/2017 - Norma Interna nº 23/2017 - Serviço de transporte de pessoal a serviço da Empresa de Planejamento e Logística - EPL  
28/11/2017 - Norma Interna nº 25/2017 - Ressarcimento de valores por profissionais.  
28/11/2017 - Norma Interna nº 24/2017 - Monitoramento de marcos, projetos de concessão, SMM.  
28/12/2017 - Norma Interna nº 26/2017 - Funcionamento e Procedimentos da Biblioteca

Com relação à Política de Riscos, a Assessoria de Organização e Estratégia da Empresa - ASSEO, com o apoio da Auditoria Interna, implementou um trabalho onde foram reunidos os principais referenciais bibliográficos que versam sobre a gestão de integridade, de riscos e de controles internos e realizado um *benchmarking*. Finalmente, conforme a Ata nº 19ª da DIREX, reunião ordinária de 07/12/2017, subitem 1.2, e Ata nº 12ª do CONSAD, de 13/12/2017, subitem nº 1.6, foi aprovada a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Empresa, que abrange conceitos básicos, princípios, metodologias e diretrizes.

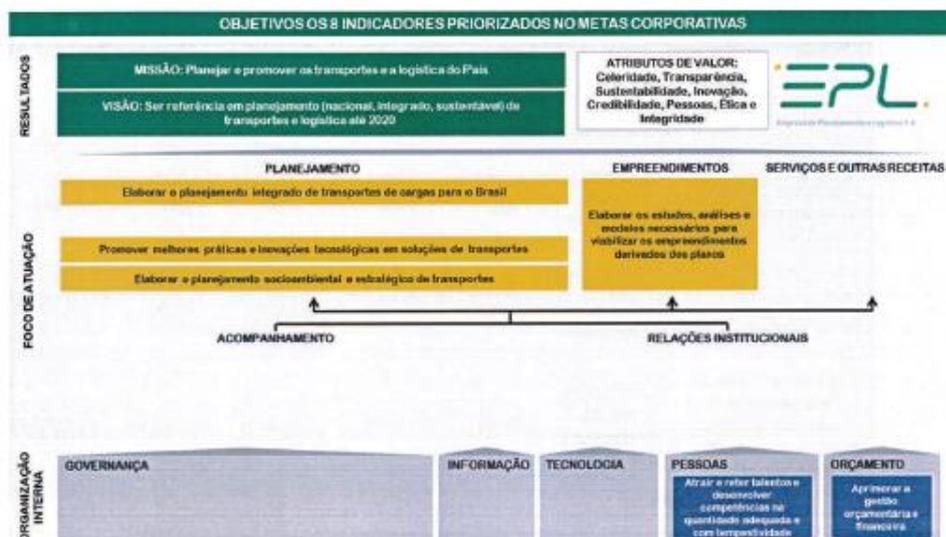
Destaca-se que foi editada a Portaria nº 41, de 8/3/2018, que dispõe sobre a constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos no âmbito da Empresa, o que representa mais um grande passo para organizar a gestão de riscos. Contudo, é imprescindível a adoção de providências, no sentido de estabelecer a gestão de riscos, o seu gerenciamento e a consequente supervisão e monitoramento, reforçando que a introdução da gestão de riscos e a garantia de sua contínua eficácia requer forte comprometimento por parte da alta administração (necessário, mas não suficiente), à qual convém, além de aprovar política de gestão de riscos, assegurar que a cultura da organização e a política de gestão de riscos estejam alinhadas e atribuir responsabilidades nos níveis apropriados (massa crítica em condições de ver janelas de oportunidade).

Quanto ao Planejamento Estratégico, este foi desenvolvido utilizando como referência a metodologia do *Balanced Scorecard* – BSC, contemplando serviços de formulação, desdobramento, alinhamento, implementação e monitoramento.

De acordo com a metodologia BSC, os seguintes elementos, em conjunto, compõem o Mapa Estratégico:

- Objetivos Estratégicos
- Indicadores Estratégicos de Desempenho
- Metas Estratégicas
- Iniciativas Estratégicas

Os indicadores de gestão para o ano de 2017 foram priorizados através dos objetivos estratégicos que estão representados a seguir:



Fonte: Asseo/EPL

No decorrer do ano, foram medidos a cada trimestre, 8 (oito) indicadores estabelecidos no ano de 2017, conforme discriminado nos seguintes quadros:

**MEDIÇÃO DE INDICADORES – FOCO DE ATUAÇÃO**

Objetivo	Indicador	Meta 2017	Status da Meta - final 2017	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Elaborar o planejamento socioambiental e estratégico de transportes	Estudos Ambientais analisados, aprovados e protocolados em órgão competente	03	03	01	02	Meta concluída	-
Elaborar o planejamento integrado de transportes de cargas para o Brasil	Relatório Técnico do PNLII aprovado	01 Relatório Executivo	01 Relatório Executivo	Preliminar do Relatório Executivo	Preliminar 2 do Relatório Executivo	Revisão do Relatório Executivo	Relatório Executivo finalizado
Promover melhores práticas e inovações tecnológicas em soluções de transportes	Publicação de Boletim de Logística	05	05	01	02	00	02
Elaborar os estudos, análises e modelos necessários para viabilizar os empreendimentos derivados dos planos	Análise de Estudos e Projetos	10	36	04	11	06	15

Fonte: ASSEO/EPL

MEDIÇÃO DE INDICADORES – ORGANIZAÇÃO INTERNA

Objetivo	Indicador	Meta 2017	Status da Meta - final 2017	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Índice de execução financeira PAC	76%	62,58%	59,37%	69,86%	72,28%	48,83%
	Índice de execução orçamentária PAC	95%	36,91%	3,28%	3,44%	43,89%	97,05%
	Índice de execução das aquisições	85%	26,99%	4,00%	18,66%	26,66%	58,66%
Atrair e reter talentos e desenvolver competências na quantidade adequada e com tempestividade	Quantidade de horas de capacitação por colaborador	12 horas	17,21 horas	2,99 horas	9,06 horas	11,12 horas	17,21

Fonte: ASSEO/EPL

Ética e Integridade são elementos de compliance vinculados à prevenção, detecção e remediação dos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Para desenvolver um ambiente íntegro, a empresa deve adotar medidas e políticas internas de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, dentre outras. Tais práticas são indispensáveis para que a EPL entregue seus processos, produtos e serviços em conformidade com as exigências legais.

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, destaca a necessidade de as Empresas Públicas observarem requisitos mínimos de transparência como, por exemplo, a elaboração e divulgação de Código de Conduta e Integridade. Norteada por essas legislações vigentes, em fevereiro de 2017, os profissionais da EPL assinaram Termo de Compromisso relativo ao conhecimento dos princípios, valores e regras estabelecidas no Código de Ética e Conduta da Empresa e se comprometeram a exercer integralmente tais padrões de comportamento.

Com base no Relatório de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais nº 201602153, elaborado em 2016 pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU e Auditoria Interna da EPL, a Empresa consignou práticas e elaborou diversos normativos e políticas referentes às questões de integridade já instituídas ou em curso. Como exemplo, foi aprovada em 8 de novembro de 2017 a Norma Interna nº 22/2017 sobre Procedimento de Apuração de Irregularidades ou de Extravio ou Dano de Bens Públicos.

Ademais, em cumprimento às boas práticas de governança corporativa, os contratos administrativos e congêneres da EPL contam com cláusulas específicas sobre a necessidade de os contratados darem ciência aos seus funcionários acerca da observância dos preceitos estabelecidos

no Código de Ética e Conduta da EPL, como também de dispositivos relacionados à vedação à prática de nepotismo e ao conflito de interesses.

Ressalta-se também que, em 31 de janeiro de 2018, foi aprovado o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, conforme previsto no Estatuto Social da Empresa. A EPL dispõe, inclusive, de um Comitê de Elegibilidade que visa auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais. O Estatuto Social reafirma, ainda, a atuação das unidades internas de governança como Auditoria Interna, Área de Integridade e Gestão de Riscos e Ouvidoria.

Merece destaque o resultado da segunda certificação do Indicador de Governança – IG-Sest, promovido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MP), focado em conformidade de práticas de governança, que elevou a EPL ao posto de Nível 2, atingindo a Nota 5.14.

### **3. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UPC IDENTIFICAREM, EVITAREM E CORRIGIREM FALHAS E IRREGULARIDADE, BEM COMO DE MINIMIZAREM RISCOS RELACIONADOS AOS PROCESSOS RELEVANTES**

Verificou-se nos trabalhos de auditoria realizados ao longo dos últimos exercícios e nos respectivos acompanhamentos de providências, ações corretivas e mitigatórias e a consequente evolução das adequações e consistência dos controles internos. Tem sido política da Empresa a implementação de atos administrativos com vistas a disciplinar e cumprir as competências e atribuições preestabelecidas, o que constitui importantes ações de controles internos e mitigação de riscos. A instituição da política de riscos, como norma de cumprimento, foi um grande avanço para a boa governança, ainda que necessite melhor internalizá-la, como também é premente colocar em prática a gestão de riscos. Observou-se também evolução na percepção dos colaboradores e gerentes identificarem os papéis e responsabilidades para a governança corporativa explicitada formalmente, bem como o conhecimento do monitoramento e decisões estratégicas, considerando os níveis de risco dos processos executados pela empresa. Houve um grande avanço na política de capacitação com a implantação de regulamento específico, plano de capacitação e sistema de controle de capacitação para suprir as necessidades de desenvolvimento e adequação de competências. Com a integração da gestão de riscos nos processos internos organizacionais colocada em prática, aliada ao novo planejamento estratégico, com indicadores baseados em riscos e a continuidade de investimentos em capacitação, esta auditoria interna avalia que a Empresa estará colocada num patamar de excelência nos níveis de controles internos e capaz de identificar falhas, minimizar riscos e proporcionar maior nível de segurança a gestão e negócios.

#### 4. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS RELACIONADOS À ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

No exercício de 2017, não foi realizada auditoria na área de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Entretanto, o Relatório de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais nº 201602153, dirigido a EPL, apresentou as sugestões de melhoria, a saber:

*“Com relação aos registros e controles contábeis que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica, a EPL possui controles internos de registros contábeis. Destacamos por exemplo i) o Estatuto Social da EPL; (ii) a Resolução Consad nº 01/2013; (iii) a Deliberação DIREX 02/2016; e (iv) a Portaria nº 108/2016.*

As sugestões de melhoria foram as seguintes::

1. *Que a EPL avalie a conveniência e oportunidade de utilizar o framework “Controle Interno – Estrutura Integrada”, publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO 2013).*

2. *Que a EPL preveja que a eficácia dos controles internos seja testada de modo sistemático pela auditoria interna e/ou por entidade externa, de acordo com as seguintes etapas: (a) determinação dos controles internos a serem testados; (b) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos; (c) identificação, avaliação e correção das deficiências; e (d) certificação dos controles internos.*

3. *Que a EPL realize as capacitações necessárias aos empregados das áreas contábil, financeira e de patrimônio da entidade, integradas em um programa de educação continuada relacionado à aplicação das normas de contabilidade e demais dispositivos legais ou regulatórios, que possam alterar, de forma relevante, as demonstrações contábeis da entidade.*

4. *Que a EPL desenvolva indicadores capazes de apontar alterações anormais em ativos, passivos, receitas e despesas (red flags)”.*

As demonstrações contábeis são apresentadas mensalmente aos conselhos de administração e fiscal da Empresa e, trimestralmente, a auditoria independente emite relatório sobre essas demonstrações. Também, trimestralmente a gerência de finanças realiza apresentação dos relatórios financeiros e das demonstrações contábeis da Empresa para os conselhos de administração e fiscal, com a presença da auditoria interna.

O Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, relativo ao exercício de 2017, constitui peça do conjunto da Prestação de Contas apresentado ao TCU, cuja opinião foi:

##### **“Opinião**

*Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.*

*Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam*

*adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”*

## 5. DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO E DE IMPLEMENTAÇÃO, PELA UPC, DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

Registra-se a existência de procedimentos próprios para o acompanhamento e implementação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna da EPL sobre as áreas auditadas, nos termos da Resolução nº 01, de 21 de novembro de 2014/EPL, que aprovou o Manual de Auditoria Interna da EPL. Observa-se que os procedimentos internos para implementação das recomendações exaradas pela Auditoria Interna estão em constante aprimoramento, no intuito de haver uma maximização de ações proativas. A exemplo disso é a implantação do Sistema Integrado de Auditoria Interna – Siaudi, que contém um módulo específico de acompanhamento das recomendações e que será também disponibilizado para o Comitê de Auditoria e para os Conselhos de Administração e Fiscal

## 6. CONCLUSÃO

Na opinião da Auditoria Interna, a Prestação de Contas Anual da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, referente ao exercício de 2017, consubstanciado no seu Relatório de Gestão, observadas as suas informações, bem como os destaques apontadas no corpo deste parecer encontra-se em condição de ser submetido à apreciação do Egrégio Tribunal de Contas da União e disponibilizada à sociedade brasileira em obediência ao princípio constitucional da publicidade e necessidade da transparência, fazendo especial menção a evolução qualitativa da gestão da Empresa, notada no exercício em apreço.

Brasília, 17 de maio de 2018.



Lauro César de Vasconcelos  
Auditor Interno

## ANEXO VIII: Manifestação do Conselho de Administração

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD

NIRE 53 5 0000 487-4  
CNPJ n.º 15.763.423/0001-30

### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na Sede da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), localizado no Setor Comercial Sul, SCS, Quadra 9, Lote C, 8º andar, Brasília, DF, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da EPL (CONSAD), na forma do disposto no Estatuto Social. Estiveram presentes o Presidente Substituto do Conselho, Sr. **Gustavo Augusto Freitas de Lima**, e os Conselheiros Sr. **José Carlos Medaglia Filho**, Sr. **Dino Antunes Dias Batista**, e o Sr. **Bruno Westin Prado Soares Leal**. Ausente, justificadamente, o Sr. **Carlos Roberto Fortner**. Presentes, ainda, o Gerente de Finanças, Sr. **Herbert Marcuse Megeredo Leal**, o Contador, Sr. **Francisco Antônio Martins**, o Auditor Interno, Sr. **Lauro César de Vasconcellos**, o Auditor Interno Substituto, Sr. **Jivago Granjeiro Ferrer**, o Auditor Independente, Sr. **Tanagildo Aguiar Feres** e, em observância ao disposto no § 3º do art. 163, da Lei 6.404/76, os representantes do Conselho Fiscal da Empresa, Sr. **Marco Aurélio de Barcelos Silva**, Sra. **Márcia Ribeiro Abreu**, e Sra. **Virgínia Alice Almeida Hagge**. Presente o quórum exigido pelo artigo 26 do Estatuto Social da EPL, foi declarada aberta a sessão, passando o CONSAD a examinar a pauta. **ITEM I – DELIBERAÇÕES: SUBITEM 1.1. Relato nº 02/2018/DGE/EPL, de 09/01/2018 (Processo nº 50840.00002/2018-12). Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação da Proposta de Aumento do Capital Social da EPL, na importância de R\$ 14.935.525,01 (quatorze milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e um centavo), a partir da incorporação dos repasses recebidos da União, durante o exercício de 2017, por intermédio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. Deliberação do SUBITEM 1.1. Os membros do CONSAD, aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital social da EPL na importância de R\$ 14.935.525,01 (quatorze milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e um centavo), na forma proposta no Relato nº 02/2018/DGE/EPL, e determinaram o encaminhamento da matéria ao CONFIS, para análise e manifestação, e conseqüente envio ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias à submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Em seguida, passou-se ao SUBITEM 1.2. Memorando nº 117/2018-DGE/EPL, de 06/02/2018. Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017, compostas por: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; f) Notas Explicativas; g)**

Proposta da Administração para Destinação do Resultado; h) Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes - AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES.

**Deliberação do SUBITEM 1.2.** Após análise dos documentos, ouvidos os membros do Conselho Fiscal, a Diretoria da EPL e, ainda, considerando o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, cujo parecer não apresentou ressalvas, os membros do CONSAD, constatando que as demonstrações examinadas refletem, adequadamente, a posição financeira e patrimonial da Empresa, aprovaram, por unanimidade os seguintes documentos: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; f) Notas Explicativas; g) Proposta da Administração para Destinação do Resultado; h) Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado. Determinaram, ainda, o encaminhamento da matéria ao CONFIS, para análise e manifestação e conseqüente envio ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias à submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Em seguida, passou-se ao SUBITEM 1.3. Nota Técnica nº 8/2018-GEPEs, de 09/02/2018 (Processo nº 50840.000010/2018-69). Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação da Proposta de Remuneração dos Dirigentes da EPL para o período de abril/2018 a março/2019.

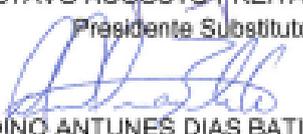
**Deliberação 01 do SUBITEM 1.3.** Durante a discussão da matéria, o Diretor-Presidente fez um breve relato sobre as dificuldades enfrentadas pela EPL em relação aos limites estabelecidos para ressarcimento de dirigente cedido pela Caixa Econômica Federal, e entendeu ser oportuno incluir nessa proposta um item destinado a "Ressarcimento a Órgãos ou Entidades cedentes de Dirigentes". Após ampla discussão da matéria, o CONSAD, deliberou por aprovar a proposta de remuneração de Dirigentes 2018-2019, com o reajuste de 10% (dez por cento) em relação ao período anterior e todos os seus reflexos, condicionado à manifestação favorável da Procuradoria Jurídica da Empresa, e pela inclusão nessa proposta do item "Ressarcimento a Órgãos ou Entidades cedentes de Dirigentes", com subsídios fornecidos pela Gerência de Pessoas da EPL, exclusivo para cobertura: a) do saldo acumulado anterior à 01/10/2017 atualizado monetariamente; b) das diferenças apuradas de 10/2017 à 03/2018 entre o teto constitucional e o teto da remuneração de dirigentes fixado pela Assembleia Geral de Acionistas, atualizadas monetariamente; c) da projeção da diferença a serem apuradas de 04/2018 a 03/2019 entre o teto constitucional e o teto da remuneração de dirigentes a ser fixado pela Assembleia Geral de Acionistas. Os membros do CONSAD fazem questão de manifestar que consideram válida a proposta da DIREX no sentido de recuperar as perdas sofridas ao longo dos anos, mas considerando o momento econômico-financeiro pelo qual o país atravessa, o reajuste proposto foi alterado para 10 %, percentual abaixo do solicitado, mas muito aquém da defasagem remuneratória acumulada desde 2014. Determinaram, ainda, o encaminhamento da proposta ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias a

**EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD**

submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Em seguida, passou-se ao **SUBITEM 1.4. Nota Técnica nº 7/2018-GEPEs, de 09/02/2018, (Processo nº 50840.000009/2018-34). Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação da Prestação de Contas da Remuneração dos Dirigentes e Conselheiros do período de abril/2017 a março/2018, acompanhada da Nota Técnica nº 001/2018/AUDINT/CONSAD/EPL, de 16/02/2018, da Auditoria Interna da EPL, que ratifica o Relatório de Conformidade apresentado pela Gerência de Pessoas, quanto aos valores realizados a título de remuneração de Dirigentes e Conselheiros no período de abril/2017 a março/2018, em comparação com os limites globais e individuais aprovados para o mesmo período. Deliberação do SUBITEM 1.4. Os membros do CONSAD, tomaram conhecimento da Prestação de Contas da Remuneração dos Dirigentes e Conselheiros do período de abril/2017 a março/2018 na forma apresentada, e determinaram o encaminhamento da matéria ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias à submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Em seguida, passou-se ao SUBITEM 1.5. Memorando nº 35/2018-COGER/PRE, de 16/02/2018, da Assessoria de Organização e Estratégica (Processo nº 50840.000082/2018-14). Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação do Relatório de Administração do exercício de 2017. Deliberação do SUBITEM 1.5. Os membros do CONSAD, após leitura e ampla discussão do teor do relatório apresentado por meio do Memorando nº 35/2018-COGER/PRE, aprovaram, por unanimidade, o Relatório de Administração do exercício de 2017, e determinaram o encaminhamento do material ao CONFIS, para análise e manifestação, e consequente envio ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias à submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Nada mais a deliberar, passou-se ao **ITEM 2. ENCERRAMENTO:** Não havendo manifestações adicionais, o Presidente Substituto do CONSAD encerrou a reunião e determinou a lavratura da presente Ata por mim, Joseandra Oliveira Beche, secretária *ad hoc*, que segue assinada pelos presentes.**

  
GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA  
Presidente Substituto

  
JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO  
Conselheiro

  
DINO ANTUNES DIAS BATISTA  
Conselheiro

  
BRUNO WESTIN PRADO SOARES LEAL  
Conselheiro

  
JOSEANDRA OLIVEIRA BECHE  
Secretária

## ANEXO IX – Parecer do Conselho Fiscal



NIRE 53.5.0000.487-4  
CNPJ n.º 15.763.423/0001-30

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017, compostas por: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e f) Notas Explicativas; assim como o Relatório de Administração do Exercício de 2017.

O Conselho Fiscal também procedeu ao exame da proposta da Administração para a Destinação do Resultado, correspondente ao prejuízo de R\$ 12.301.510,40 (doze milhões, trezentos e um mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos), para a conta de prejuízos acumulados; bem como da proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado em 31/12/2017, correspondente a R\$ 32.319.228,28 (trinta e dois milhões, trezentos e dezenove mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), nos termos do Art. 173, da Lei n.º 6404/76, à vista do Parecer dos Auditores Independentes AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil, e que concluiu que *“as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”*

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial, financeira e de gestão da EPL.

Adicionalmente, por unanimidade, o Conselho não se opõe à submissão da proposta da Administração para a Destinação do Resultado, correspondente ao prejuízo de R\$ 12.301.510,40 (doze milhões, trezentos e um mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos), para a conta de prejuízos acumulados, à Assembleia Geral de Acionista na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, por unanimidade, e nos termos do Art. 173, § 1º, da Lei nº 6.404/76, o Conselho Fiscal também se manifesta favorável à submissão da Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado em 31/12/2017, correspondente a R\$ 32.319.228,28 (trinta e dois milhões, trezentos e

4  
11/10/17

dezenove mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), à Assembleia Geral de Acionista na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Ressalta-se que o parecer é emitido considerando-se que as Demonstrações Financeiras foram elaboradas nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2018.



MARCO AURÉLIO DE BARCELOS SILVA  
Conselheiro Fiscal – Titular  
CPF nº 013.543.946-90



MÁRCIA RIBEIRO ABREU  
Conselheira Fiscal - Titular  
CPF nº 545.988.856-53



VIRGÍNIA ALICE ALMEIDA HAGGE  
Conselheira Fiscal – Titular  
CPF nº 320.885.745-49

**ANEXO X: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

 <b>AGUIAR FERES</b> AUDITORES INDEPENDENTES	<b>EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL</b> Rua Vinte e Nove de Abril, 1166 - Conjunto 1166 Brasília Fone - SP - Cap. 14616-166 14616-116 - 14616-111	E-mail: <a href="mailto:contabilidade@aguiaferes.com.br">contabilidade@aguiaferes.com.br</a> Telefone/Fax: <a href="tel:+551133333333">+551133333333</a> CNPJ 06.966.000/0001-00 Homologação D.N.C.C.F. 000/000000
--	---	---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Gestores da  
**EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL**  
Brasília (DF)

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Empresa de Planejamento e Logística - EPL, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Os chamados "Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

A seguir, relatamos os principais assuntos tratados:

- O saldo do Ativo Não Circulante – Intangível foi reduzido devido à mudança do tratamento contábil utilizado para reconhecimento, definição, mensuração, geração de benefício econômico futuro por este ativo, tendo como objetivo o atendimento do Pronunciamento Técnico - CPC 04 R1 – Ativo Intangível.
- O Capital Social Integralizado, durante o exercício, teve o saldo inicialmente, aumentado em função da capitalização da atualização monetária. Em seguida foi reduzido devido à proposta de redução do Capital Social mediante a amortização de prejuízos acumulados.
- Teste de recuperabilidade dos ativos (Impairment);
- Confirmações externas.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da empresa é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso conduirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa de Planejamento e Logística - EPL em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa de Planejamento e Logística - EPL são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.  
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos desta empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa de Planejamento e Logística - EPL. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

## Outros

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por nossa firma, cujo relatório foi emitido em 15/02/2017 o qual não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 01 de fevereiro de 2018.



**AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S**  
CRC2SP D22486/O-4 CVM - 9555  
Tanagilda Aguiar Feres  
Contador - CRC15PD67118/O "5" DF

## **ANEXO XI: Declaração de Integridade**

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores.



### **DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os ocupantes de cargos comissionados temporários de livre provimento da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a Gerência de Pessoas (GEPES) para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, \_\_\_\_ de abril de 2018.

---

**JORGES BASTOS**  
**CPF 408.486.207-04**  
**Diretor-Presidente**  
**Empresa de Planejamento e Logística (EPL)**

Área Responsável: GEPES  
Titular: André Jesus Nonato

---

Visto